

INDICADORES DA
♦QUALIDADE♦
NA EDUCAÇÃO
RELAÇÕES RACIAIS
NA ESCOLA

Parcerias
Ação Educativa | Unicef | Seppir | Ministério da Educação

Apoio
Comissão Européia no Brasil

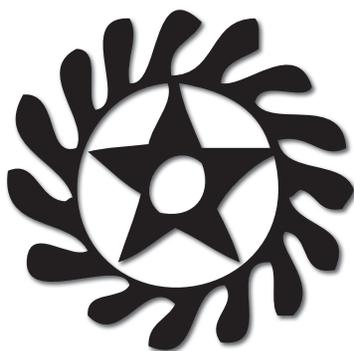
INDICADORES DA
♦QUALIDADE♦
NA EDUCAÇÃO
RELAÇÕES RACIAIS
NA ESCOLA





INDICADORES DA
QUALIDADE
NA EDUCAÇÃO

RELAÇÕES RACIAIS NA ESCOLA





Adinkra: EXAMINAÇÃO,
CONTROLE DE
QUALIDADE

INDICADORES DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO (www.indicadoreseducacao.org.br)

- Indicadores da Qualidade na Educação – Ensino Fundamental (2004)
- Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (2008)
- Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola (2013)

Parceiros da coleção Indicadores: Ação Educativa, Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância – e Ministério da Educação, além dos parceiros vinculados especificamente a cada uma das publicações.

Realização: Ação Educativa

Coordenação executiva: Vera Masagão Ribeiro (2004-2011) e Denise Carreira

Concepção da metodologia (2004): Vanda Mendes Ribeiro e Joana Buarque de Gusmão

Os **Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola** integram a coleção de materiais Educação e Relações Raciais: apostando na participação da comunidade escolar, desenvolvida a partir de projeto apresentado por Ação Educativa ao edital público da linha de micro projetos em Direitos Humanos da Comissão Europeia no Brasil. O projeto contou com a contrapartida do Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef, Instituto C&A e Save the Children UK.

Coordenação: Denise Carreira; **Consultoria técnica:** Ana Lúcia Silva Souza; **Assessoria:** Tania Portella (2008-2010), Uvanderson Silva (2011-2012) e Jaqueline Santos (2012-2013); **Colaboração:** Suelaine Carneiro, Renato Nascimento e Thais Bernardes

Escolas que participaram da construção dos materiais: Escola Municipal Armando Righetti (diretora: Maria Cláudia Fernandes), Escola Municipal Fernando Azevedo (diretora: Silvana Marques), Escola Municipal Amorim Lima (diretor: Marcos Mendonça) e Escola Municipal Capistrano de Abreu (diretor: Josafá Rehem), localizadas na cidade de São Paulo. Agradecemos a todos e a todas estudantes, profissionais de educação e familiares que participaram do processo de construção dos materiais.

Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola

Parceiros: Ação Educativa, Unicef, Seppir (Secretaria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial) e Ministério da Educação

Texto: Denise Carreira e Ana Lúcia Silva Souza

Leitoras e leitores críticos: Allan Augusto Moraes Ribeiro; Angela Nascimento (Seppir); Antônio César Marques Silva (Se essa Rua fosse minha); Azoilda Loretto da Trindade (Universidade Estácio de Sá); Claudia Bandeira (Ação Educativa); Gevanilda Santos (Soweto Organização Negra); Helena Oliveira Silva (Unicef); Ilma Fátima de Jesus (Secadi/MEC); Joana Buarque de Gusmão; Júlia Ribeiro (Unicef); Lauro Cornélio da Rocha (Rede Municipal de Ensino de São Paulo); Lídia Vasconcelos (Instituto Formação); Luiz Barcelos (Seppir); Luiz Serrão (Ação Educativa); Macaé Evaristo (Secadi/MEC); Maria Lúcia Silva (AMMA Pique e Negritude); Maria Nazaré Mota de Lima (CEAFRO); Maria de Salette Silva (Unicef); Marilândia Frazão (Fórum de Educação e Diversidade Étnico-racial do Estado de São Paulo); Patrícia Santana (Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte); Paulino Cardoso (UFSC e ABPN); Paulo Neves (Ação Educativa); Petronilha Gonçalves Silva (UFSCar); Rosana Batista Monteiro (UFRRJ); Rute Miriam Albuquerque (Núcleo de Estudos Negros – NEN); Suelaine Carneiro (Geledés – Instituto da Mulher Negra); Thiago Thobias (Secadi/MEC); Valter Roberto Silvério (UFSCar); Vanda Mendes Ribeiro; Vera Lúcia Benedito e Verônica Maia (Seppir)

Coordenação dos pré-testes com escolas locais: **São Luís (MA):** Lidia Vasconcelos (Instituto Formação em parceria com o Centro de Cultura Negra do Maranhão); **Salvador (BA):** Maria Nazaré Mota de Lima (CEAFRO); **Belo Horizonte (MG):** Patrícia Santana e **São Paulo:** Cláudia Bandeira (Ação Educativa).

Revisão de texto: Alessandra Miranda de Sá e Beatriz Simões

Projeto gráfico: Sandra Kaffka

Diagramação: Signorini Produção Gráfica



FICHA CATALOGRÁFICA

Indicadores da Qualidade na Educação: Relações Raciais na Escola / Ação Educativa, Unicef, SEPPIR, MEC (Denise Carreira e Ana Lúcia Silva Souza) – São Paulo: Ação Educativa, 2013, 1ª edição.
ISBN: 978-85-86382-26-0

104 p.

1. Educação. 2. Relações Raciais. 3. Racismo. 4. Discriminação.
I. Título. II. Ação Educativa. III. Unicef. IV. SEPPIR. V. MEC

CDD 370

Os símbolos Adinkras, utilizados nesta publicação, foram criados pelos povos akan, presentes em Gana, Costa do Marfim e no Togo, países da África do Oeste. Os Adinkras constituem um sistema de escrita pictográfica e de ideias comprometidas com a preservação e transmissão de valores fundamentais. Um dos adinkras mais conhecidos é o Sankofa, representando por um pássaro olhando para trás (que consta na capa da publicação). O Sankofa representa o desafio humano de retomar e aprender com o passado esquecido e negado, para transformar o presente e avançar no futuro.

Maio de 2013

Ação Educativa – Rua General Jardim, 660

São Paulo SP – CEP: 01223-010

Tel: (11) 3151-2333

www.acaoeducativa.org

relacoesraciais@acaoeducativa.org

INDICADORES DA
QUALIDADE
NA EDUCAÇÃO

**RELAÇÕES RACIAIS
NA ESCOLA**

Adinkra: (acima) UNIVERSO E (marca d'água)
CRIATIVIDADE, COMPLEXIDADE DA VIDA



Secretaria de
Políticas de Promoção
da Igualdade Racial

Ministério da
Educação



Apoio



União Europeia

APRESENTAÇÃO

A Lei nº 10.639/2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, tornando obrigatória a inclusão no currículo da Rede de Ensino da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, completa uma década.

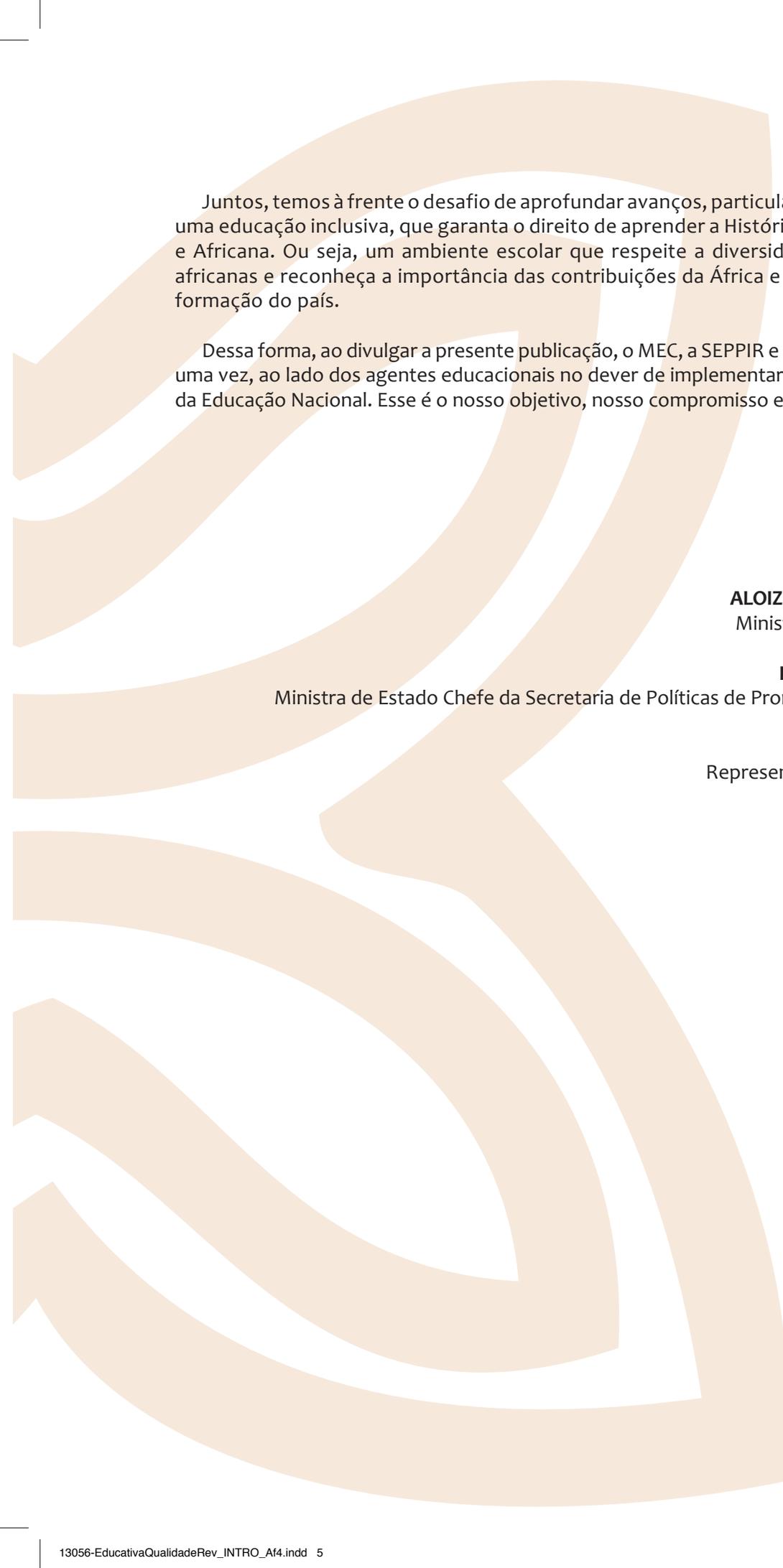
Ao longo desse período, em especial dois documentos orientaram a sua efetivação no cotidiano das comunidades escolares: o Parecer 03/04 e a Resolução 01/04, do Conselho Nacional de Educação, que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, e o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes, elaborado e publicado pelo Ministério da Educação (MEC) e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em 2009.

Esses marcos legais buscam eliminar estigmas e dar visibilidade à contribuição de homens e mulheres africanos e seus descendentes para a formação social brasileira. No entanto, para que efetivamente sejam assegurados os direitos de cada criança e cada adolescente no Brasil, é necessário um amplo esforço de atualização da formação de profissionais da educação e produção de novos materiais e metodologias para trabalho junto aos estudantes.

Essa é uma das principais contribuições da publicação **Indicadores de Qualidade na Educação – Relações raciais na escola**. Trata-se de um instrumento que permite à comunidade escolar avaliar suas práticas, ao tempo em que descobre novos caminhos para construção de uma educação com a marca da igualdade racial. Essa metodologia participativa orientou a própria elaboração dos indicadores, desenvolvidos por meio de amplo trabalho coletivo por iniciativa da organização não governamental Ação Educativa.

É importante ressaltar que, entre os significativos avanços na legislação brasileira, se destacam ainda o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) e a Lei de Cotas para ingresso nas universidades e instituições de ensino técnico federais (Lei nº 12.711/2012), frutos do reconhecimento aos esforços dos movimentos sociais antirracistas, cuja rica contribuição à democracia apenas podemos registrar brevemente nesse espaço. Sobretudo, o histórico pronunciamento unânime do Supremo Tribunal Federal sobre a constitucionalidade das ações afirmativas consagra a legitimidade e a necessidade de políticas públicas de promoção da igualdade racial.

Toda criança e todo o adolescente têm direito a uma educação de qualidade e inclusiva, baseada no reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos diversos povos que ajudaram a formar nossa sociedade multiétnica e multirracial. Nesse sentido, todos os setores do Estado e da sociedade, assim como cada cidadão e cidadã, são agentes indispensáveis na tarefa de assegurar a inclusão equânime de todos os grupos sociais nos processos de desenvolvimento do país. Isso só será possível por meio da universalização de uma educação antidiscriminatória e de qualidade.



Juntos, temos à frente o desafio de aprofundar avanços, particularmente na construção de uma educação inclusiva, que garanta o direito de aprender a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Ou seja, um ambiente escolar que respeite a diversidade, valorize as matrizes africanas e reconheça a importância das contribuições da África e de seus descendentes na formação do país.

Dessa forma, ao divulgar a presente publicação, o MEC, a SEPPIR e o UNICEF se colocam, mais uma vez, ao lado dos agentes educacionais no dever de implementar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Esse é o nosso objetivo, nosso compromisso e nosso trabalho.

ALOIZIO MERCADANTE DE OLIVA
Ministro de Estado da Educação

LUIZA HELENA DE BAIROS
Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial

GARY STAHL
Representante do UNICEF no Brasil

BOAS VINDAS

Caras(os) educadoras(es), gestoras(es), estudantes, familiares e ativistas

É com imenso prazer que apresentamos a vocês a publicação Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola. Ela foi elaborada para ajudar a construir um retrato, um diagnóstico, sobre como andam os esforços para a implementação da Lei n. 10.639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e para a superação do racismo nas escolas. A publicação busca contribuir com questões, referenciais e indicadores que permitam provocar o debate público em escolas e comunidades, e tornar mais preciso o significado e as implicações da implementação da lei no cotidiano das instituições educacionais.

A Lei n. 10.639 completa dez anos de sua promulgação em 2013. Ela estabeleceu a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira, bem como a educação das relações étnico-raciais na educação básica (pública e privada). Fruto da atuação histórica do movimento negro brasileiro, ela foi criada para que todo o Brasil avance no sentido de transformar suas relações sociais em prol da igualdade racial e conheça culturas e histórias ainda pouco abordadas em creches, escolas e universidades brasileiras. Histórias essas ainda em grande parte invisíveis, negadas e desvalorizadas pelo currículo abordado em muitas instituições educativas. Currículo que não é “neutro”, mas sim construído a partir da perspectiva de determinados grupos sociais.

O racismo ainda é um problema pouco assumido na sociedade brasileira. Muita gente diz: *Aqui na minha escola ele não existe!* Ou: *Aqui a gente não vê racismo!* Porém, as estatísticas oficiais e diversas situações cotidianas dizem o contrário: o racismo existe, está presente entre nós. É necessário nos dispormos a reeducar nossos olhares, ouvidos e atitudes para reconhecê-lo, e atuar para superá-lo, bem como outras discriminações presentes na sociedade e nas escolas, sejam elas contra mulheres, homossexuais, deficientes, nordestinos, imigrantes, entre outras.

O racismo afeta profundamente a qualidade das instituições educacionais, prejudicando a trajetória escolar e comprometendo a garantia do direito humano à educação de milhões de crianças, adolescentes, jovens e adultos de nosso país. Enfrentá-lo é um desafio de toda sociedade brasileira, conforme destaca o Parecer das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana¹, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação em 2004.

É fundamental reconhecer que muito já vem sendo criado e reinventado por diversas pessoas, em diferentes lugares do Brasil, para fazer da Lei n. 10.639/2003, e de outras ações comprometidas com a melhoria da qualidade da educação, uma realidade. Enfrentando as diversas dificuldades que marcam

1. O Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE/CP3/2004) foi elaborado pela professora-doutora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, professora emérita da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR/SP), intelectual reconhecida nacional e internacionalmente por seu trabalho no campo da educação das relações étnico-raciais. Por indicação do movimento negro, Petronilha foi a primeira mulher negra a ocupar um assento no Conselho Nacional de Educação (CNE), exercendo mandato no período de 2002 a 2006. Nessa condição, foi relatora do Parecer das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, aprovado pelo CNE em 2004.



a educação brasileira, inúmeras experiências e práticas inovadoras desenvolvidas por educadoras(es), gestoras(es), estudantes e familiares ganham raízes, constroem redes de troca e apoio, ensinam novos caminhos, lançando sementes e alimentando a esperança de um Brasil mais justo para todos e todas.

Pois é justamente com base nessa capacidade criativa e no necessário compromisso político que convidamos todos e todas a se abrir a descobertas e reflexões sobre como o racismo e outras discriminações estão presentes no cotidiano das escolas e em políticas educacionais. Mas não podemos apenas parar no diagnóstico, não é mesmo? Ele precisa resultar em um plano de ação – com metas viáveis, realistas, “pé no chão” – que responda “o que fazer com o que descobrimos” e que permita dar novos passos rumo à melhoria da situação. O diagnóstico realizado na escola também pode apontar demandas que devem ser apresentadas às secretarias de educação do seu município ou estado – ou seja, nem tudo cabe às escolas; há necessidades e desafios que precisam ser enfrentados pelas políticas públicas.

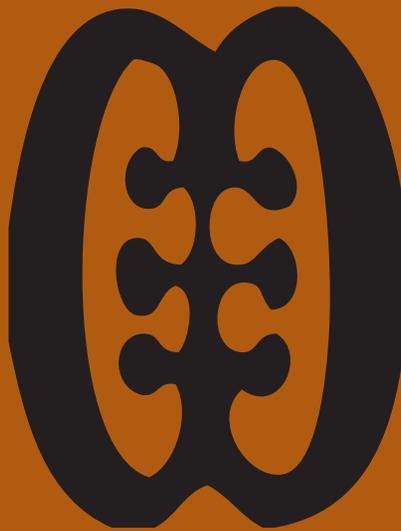
Os **Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola** foram desenvolvidos em decorrência da magnitude e da complexidade da questão racial no Brasil e, especificamente, na educação do país. Eles podem ser usados de forma articulada com outros **Indicadores da Qualidade na Educação** (Ensino Fundamental e Educação Infantil) e também com demais materiais da coleção **Educação e Relações Raciais**. São eles:

- o Guia Metodológico;
- o vídeo **Educação e relações raciais: apostando na participação da comunidade escolar**;
- o vídeo **Educação e relações raciais: diálogos Brasil e África do Sul**; e
- os dez cartazes **Afro-brasilidades em Imagem**.

Voltaremos a falar sobre todos esses materiais na seção “Como utilizar os Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola”. Ao final desta publicação, você pode encontrar outras informações sobre os outros materiais da coleção **Educação e Relações Raciais** em sua escola.

Aproveitamos também para convidá-los a compartilhar as experiências com o uso dos Indicadores de Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola, Ensino Fundamental e Educação Infantil, apresentando críticas, comentários e sugestões pelo site www.indicadoreseducacao.org.br.

Ao trabalho!



Adinkra: INTERDEPENDÊNCIA E AMIZADE

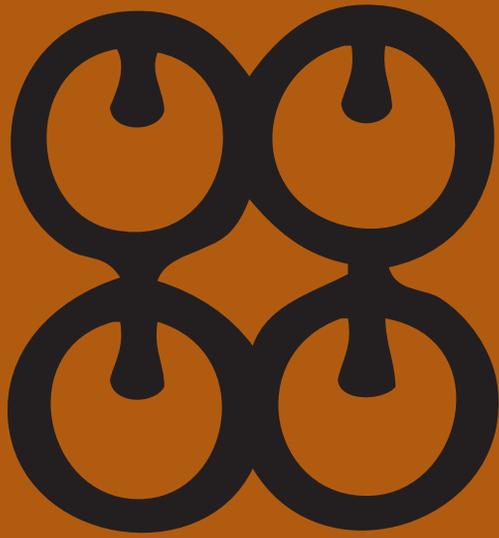
Os símbolos Adinkra foram extraídos do livro *Adinkra: sabedoria em símbolos Africanos*, de Elisa Larkin Nascimento. Rio de Janeiro. Editora Pallas, 2009.

SUMÁRIO

Apresentação:	4
Boas vindas	6
Introdução: O racismo e a qualidade na educação	11
Como utilizar os Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola ...	17
Dimensão 1: Atitudes e relacionamentos	32
Dimensão 2: Currículo e proposta político-pedagógica	48
Dimensão 3: Recursos didático-pedagógicos	58
Dimensão 4: Acesso, permanência e sucesso na escola	64
Dimensão 5: A atuação das/os profissionais de educação	74
Dimensão 6: Gestão democrática	82
Dimensão 7: Para além da escola	88
Para saber mais	94
Anexo - Conheça a Coleção Educação e Relações Raciais: apostando na participação da comunidade escolar.....	100



*Adinkra: CONSTANTE BUSCA POR
CONHECIMENTO, EDUCAÇÃO PARA A VIDA*



Adinkra: PERSEVERANÇA, COMPROMISSO

INTRODUÇÃO

O racismo e a qualidade na educação

O que o racismo tem a ver com o direito humano à educação de todas as pessoas? Qual a relação entre o debate atual sobre como melhorar a qualidade da educação brasileira e as desigualdades raciais na educação? Como o racismo e outras discriminações têm impacto nas condições do atendimento educacional, na aprendizagem e no desempenho escolar? O que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), principal referência atual para se medir a qualidade em uma rede de ensino, tem a ver com os efeitos do racismo?

De modo geral, os gestores e gestoras educacionais e muitos educadores se acostumaram à ideia de que uma coisa é pensar em qualidade educacional, ancorada nos sistemas de avaliação de larga escala, debatida em muitas reuniões e em grandes eventos, e outra é abordar a agenda de discriminações na escola. Desafios reconhecidos até como um problema “de fato”, uma reivindicação “justa” de “grupos discriminados” diante da experiência histórica de exclusão – algo tão sério que até se tornou “lei” (como a Lei n. 10.639/2003, que alterou a lei máxima da educação brasileira, a LDB), mas que ainda impacta muito pouco as decisões do que é prioritário nas escolas e políticas educacionais.

Com esta publicação, queremos chamar a atenção para o fato de que a relação entre qualidade educacional e racismo no Brasil é muito mais profunda do que se imagina, como apontam diversas pesquisas¹. O aprimoramento de estratégias e políticas que promovam a qualidade educacional e o direito humano à educação no Brasil exige enfrentar esse que é um dos grandes desafios históricos, ainda negado e invisibilizado nos debates sobre a educação brasileira. O salto de qualidade também passa por aí.

Um grande obstáculo ao direito humano à educação

Durante muito tempo, a ideia de raça foi encarada como um conceito biológico, defendido por teorias racistas do século XIX, noção que foi duramente denunciada e superada. Em dias atuais, a raça é assumida por movimentos negros e outros movimentos sociais, e também por pesquisadores/as, como um conceito político que nos permite compreender determinadas desigualdades sociais, econômicas, culturais e políticas – construídas e vivenciadas historicamente em função de características físicas ou de origem regional ou cultural – e atuar pela superação delas.

Tal perspectiva nos permite entender o racismo como fenômeno que desumaniza pessoas e marca estruturalmente a distribuição desigual de acesso a oportunidades, recursos, informações e poder no cotidiano, na sociedade e nas políticas de Estado – fenômeno esse que é revelado por diversas estatísticas de institutos de pesquisa e denunciado por movimentos de mulheres e homens negros, entre outros movimentos sociais.

1. Entre as pesquisas, destacamos Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar, coordenada por José Afonso Mazzon e realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe/USP), a pedido do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC). A partir de levantamento nacional, a pesquisa mostra que as escolas que vivenciam mais o preconceito e a discriminação apresentam piores médias na Prova Brasil, avaliação educacional desenvolvida anualmente pelo governo federal em todas as escolas brasileiras de Ensino Fundamental. O relatório da pesquisa Preconceito e Discriminação está disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmndocuments/relatoriofinal.pdf>>.

DESIGUALDADES RACIAIS NO BRASIL

O Brasil tem apresentado, nos últimos anos, avanços importantes em vários indicadores sociais. No entanto, essa melhoria pouco tem alterado as desigualdades raciais no país. Alguns dados que ilustram o desafio:

- a taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais de idade, por raça/cor, era de 13,7% entre os negros, enquanto para os brancos era de 5,9% (IBGE/2010). Veja outros dados sobre educação na Dimensão 4 (Acesso, permanência e sucesso na escola);
- 8,5% da população brasileira é extremamente pobre, sendo 70,8% dela constituída por famílias negras. Nesse grupo incluem-se famílias sem rendimento ou as que vivem com renda per capita de até R\$ 70,00 (IBGE/2010);
- no rendimento médio do trabalho por raça/cor, os homens brancos recebiam o valor mensal de R\$ 1.817,70; as mulheres brancas, R\$ 1.251,87; os homens negros, R\$ 952,14; e as mulheres negras, R\$ 702,17 (IBGE/2010);
- segundo estudo de 2012 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), na faixa etária de 15 a 24 anos, as jovens mulheres negras expunham os maiores índices de desigualdade, com taxa de desemprego de 25,3%. O número era 12,2% superior ao grupo de jovens homens brancos (13,1%);
- o Mapa da Violência 2012 aponta que as taxas de homicídio para cada 100 mil habitantes entre 1980 e 2010 cresceram de 11,7 para 26,2. Enquanto o número de homicídios de brancos caiu em 27,1% entre 2002 e 2010, entre os negros houve aumento de 19,6% no mesmo período. Se em 2002 morriam proporcionalmente 45,8% mais negros do que brancos, em 2010, o índice chegou a 139%.

Nas relações cotidianas, o racismo prejudica o desenvolvimento da autoconfiança e autoestima de milhões de pessoas negras, indígenas e de outros grupos sociais discriminados. Ele também é um obstáculo para a construção de relações respeitadas, de reconhecimento positivo e de solidariedade entre as pessoas, ao alimentar a ideia de uma sociedade hierarquizada, na qual uns “valem mais que outros”, que determinadas histórias e culturas são melhores do que outras. Em decorrência disso, é possível entender – mas não aceitar – o lugar ainda estereotipado e desvalorizado da cultura e da história africana e afro-brasileira na construção da identidade e da nacionalidade brasileira.

Mais do que nas relações pessoais, o racismo está presente, de forma enraizada, nas instituições – é o chamado racismo institucional. Trata-se de um obstáculo muito concreto para o acesso ao direito à educação e a outros direitos humanos. É um obstáculo para que todos participem de maneira igualitária, a partir de suas diferenças, da esfera pública e da construção de uma sociedade efetivamente democrática. O racismo institucional aumenta as barreiras para o acesso à aprendizagem em um sistema educacional caracterizado historicamente por diversos problemas, desafios e desigualdades.

O que queremos destacar é que não é possível garantir o direito humano à educação de qualidade para todos e todas no Brasil sem enfrentar as desigualdades e discriminações de raça, articuladas a outras desigualdades que marcam a realidade brasileira, como as de renda, gênero (homens e mulheres), região (campo/cidade), as relativas a deficiências, orientação sexual, entre outras. Ou seja, ao deixar de enfrentar tais problemáticas de modo adequado, as políticas educacionais cometem omissão perversa e mantêm grandes obstáculos à garantia do direito humano à educação para a população, a sua maioria constituída por pessoas negras (IBGE/2010).

A herança racista na política educacional

É necessário ter consciência de que a história da política educacional no Brasil, e de seus graves problemas de qualidade, é marcada profundamente pelo racismo, entendido de maneira ampla pela negação do outro, pelo não reconhecimento pleno da condição humana àquelas e àqueles considerados diferentes em decorrência de determinadas características físicas ou heranças culturais.

O racismo deu base para que a elite econômica do começo do século XIX, pós-independência do Brasil, em 1822, justificasse a falta de investimento em uma política universal de educação pública como parte de um projeto de nação². Naquela época, a gigantesca maioria da população do recém-criado país era constituída por mulheres e homens descendentes de diferentes povos africanos, com suas diversas culturas, conhecimentos, línguas e histórias – pessoas que, em decorrência da experiência da escravização, eram chamadas (de modo homogêneo e pejorativo) de negras³. Muito tempo depois, o termo negro foi ressignificado pelos movimentos negros do Brasil e de outros países, adquirindo um caráter de afirmação positiva da população negra como sujeito político na luta contra o racismo centrado na cor da pele.

No entanto, no recente país independente do século XIX, essa grande população negra era temida por muitos setores das elites econômicas em decorrência dos inúmeros movimentos de resistência e rebeliões contra o sistema escravagista, que surgiram desde quando os primeiros navios negreiros aportaram em terras brasileiras, no século XVI. Nesses movimentos, a educação ocupou muitas vezes um lugar de destaque. Foram nas fazendas, nos quilombos, nas irmandades religiosas, em clubes, terreiros de candomblé, oficinas profissionais e diversos outros espaços que experiências educativas promovidas por coletivos de pessoas negras se multiplicaram em todo o país⁴, ampliando o acesso à escolarização à margem do Estado e à luta pelo direito à educação, mesmo depois da Abolição da Escravatura, em 1888.

A República foi proclamada em 1889, e o investimento em uma política de educação universal não vingou. Foi somente a partir da década de 1930, após o forte investimento na imigração europeia como forma de “branquear” a população brasileira, que a proposta de uma política de educação pública avançou, em meio a conflitos entre grupos progressistas e conservadores, expressos na Constituição de 1934. Dessa disputa política, em prol da democratização da educação pública, fizeram parte diversos movimentos e organizações negras, destacando-se entre elas a Frente Negra Brasileira, criada em 1931 na cidade de São Paulo, e o Teatro Experimental do Negro, surgido no Rio de Janeiro em 1944. Depois vieram os golpes políticos e uma nova tentativa de construir um projeto republicano de educação ancorado na Constituição de 1961, que também foi sabotado pelo golpe militar de 1964.

A construção de uma política educacional nacional foi assumida pela ditadura militar (1964-1985) como parte de seu projeto desenvolvimentista, baseado em um modelo de expansão do acesso à escolarização com baixo investimento por aluno e forte desvalorização salarial do professorado – profissionais que viram seu poder de compra e voz despencar, assim como outros sujeitos políticos da época, submetidos à profunda repressão que assolou o país. Mesmo nesse contexto, muitas

2. CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à Educação: direito à igualdade, direito à diferença. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n. 116, p. 245-262, jul. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742002000200010&script=sci_arttext>. Acesso em: 21 abr. 2013.

3. É importante lembrar que o uso do termo negro no período de escravização, mais do que descrever a cor de pele escura, referia-se à relação de dominação imposta pela elite escravocrata sobre africanos(as) e seus descendentes.

4. SANTOS, Lays Regina Batista Macena Martins dos; BARROS, Surya Aaronovich Pombo. Estado da arte da produção sobre história da educação: o negro como sujeito na história da educação brasileira. IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/5.04.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2013.

experiências educativas desenvolvidas em escolas, comunidades e movimentos sociais buscaram evidenciar a existência das muitas desigualdades sociais, do racismo, do sexismo e de outras formas de discriminação, bem como propor novas perspectivas para a educação.

O processo de democratização e a Constituição Brasileira de 1988 trouxeram novas esperanças, conquistas de movimentos sociais na legislação e avanços em muitas políticas locais e estaduais, que foram em grande parte minimizadas pela onda das reformas neoliberais dos anos 1990 na América Latina. Reformas que pregavam o enxugamento do Estado e defendiam a diminuição dos gastos públicos já insuficientes diante da gigantesca e histórica dívida social brasileira. O acesso à educação cresceu, o país chegou quase à universalização com relação à etapa obrigatória do Ensino Fundamental na década de 1990, mas tudo com base em uma educação de baixa qualidade.

Em 1995, a Marcha Zumbi dos Palmares, promovida por diversos movimentos negros em Brasília, foi um importante marco na denúncia do racismo presente no Estado brasileiro e de como ele atua para comprometer o acesso da população negra a certos direitos, entre eles, o da educação .

Apesar de importantes avanços legais nas últimas décadas, de modo geral, podemos dizer que da negação do outro como ser humano, como detentor de direitos, que caracterizou a história brasileira desde o século XVI e grande parte do século XX, passamos por políticas que reconheceram o direito ao acesso à educação, mas garantido ainda com base em uma educação de baixa qualidade; uma educação para uma sociedade hierarquizada, fortemente desigual; uma educação para uma inserção precária no mundo da aprendizagem.

Avançar rumo a uma educação de qualidade para todos e todas é superar a herança racista e a histórica tolerância para com as desigualdades sociais que ainda marcam a sociedade e o Estado brasileiros. É apostar em políticas que efetivamente garantam o direito humano à educação, pensado sempre em profunda articulação com os demais direitos humanos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, reconhece o direito humano à educação em seu artigo 26 e estabelece que o objetivo da educação é o pleno desenvolvimento da pessoa humana e o fortalecimento do respeito aos direitos humanos. Os direitos humanos são um conjunto de princípios comprometidos com a garantia da dignidade humana. Eles são universais (para todas as pessoas), interdependentes (todos os direitos humanos estão relacionados entre si e um não tem mais importância que o outro), indivisíveis (não podem ser fracionados) e devem ser exigidos frente aos governos por meio da pressão política da sociedade e de ações jurídicas. O Brasil assinou diversos documentos internacionais, com força de lei, que reconhecem a todas as pessoas o direito humano à educação.

Mas que qualidade educacional é essa?

Há um consenso nacional de que é necessário melhorar a educação brasileira, de que é necessário avançar em qualidade. Mas, com um olhar e ouvidos mais atentos, percebemos que atrás desse consenso há diferentes perspectivas e entendimentos do que é qualidade educacional e de quais são os caminhos para alcançá-la. A discussão a respeito desse assunto é fundamental para entendermos qual a relação entre qualidade educacional, direito humano à educação e relações raciais.

Muitos acreditam que qualidade educacional é apenas responder às demandas do mercado de trabalho, e que basta construir mais escolas, aprimorar a gestão educacional, distribuir computadores, acompanhar de perto os professores e professoras ou criar novas avaliações das escolas para alcançá-la.

Nosso entendimento é de que qualidade educacional é algo que tem de ser negociado e construído socialmente, ou seja, não se trata de um conceito pronto e acabado. A qualidade da educação de um país deve estar sintonizada com os anseios da sociedade por justiça, democracia e qualidade de vida para todos e todas, com respeito ao meio ambiente do qual somos parte. Ela está comprometida com a formação de pessoas como sujeitos de direitos e de vida plena, e com a concretização do direito humano à educação. Direito que toda pessoa tem, ao longo da vida, de aprender em diferentes espaços, de se apropriar de conhecimentos historicamente construídos pela humanidade e do progresso científico e de suas aplicações. Direito de ter as próprias formas de expressão e de vida, a própria estética, as próprias histórias e saberes reconhecidos como detentores de igualdade, dignidade e legitimidade, tanto no que é ensinado dentro da sala de aula como no cotidiano das demais relações sociais.

Eixos fundamentais

Para alcançar a qualidade educacional, destacamos três eixos fundamentais: garantir as condições materiais, promover a participação social efetiva e enfrentar desigualdades e discriminações.

A qualidade exige condições materiais para sua efetivação. As condições materiais são chamadas de insumos, que se relacionam à melhoria da infraestrutura e funcionamento das escolas; à valorização urgente dos e das profissionais de educação; à existência de materiais didáticos e paradidáticos; à garantia de condições não somente de acesso, mas de permanência e sucesso de crianças, jovens e adultos nas aprendizagens escolares.

O acesso aos insumos também é marcado pelas desigualdades raciais, de renda, de gênero, regionais, campo/cidade etc. O financiamento da educação deve garantir os recursos financeiros necessários para que tal qualidade seja alcançada. Essa é a base da proposta do Custo Aluno Qualidade, desenvolvida pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação (2007)⁵. Tal financiamento também deve ser sensível às desigualdades, apostando em políticas redistributivas e garantindo condições de equidade para as regiões que concentram os piores indicadores sociais, como periferias das cidades e áreas rurais, entre elas, territórios quilombolas e indígenas.

Para avançarmos na qualidade, é necessário apostar na participação efetiva, no fortalecimento da gestão democrática, na ampliação da roda de diálogo, na multiplicação das vozes no debate público, que expressem a diversidade – uma participação pensada como formação de uma cultura democrática e que não tolere as desigualdades; uma participação como fator de controle social e de aprimoramento das políticas e como estímulo à demanda social por direito humano à educação de qualidade.

Nesse ponto, é fundamental destacar a importância de os sistemas de avaliação educacional efetivamente valorizarem a participação e as vozes dos sujeitos escolares (estudantes, familiares,

5. CARREIRA, Denise; PINTO, José Marcelino Rezende. Custo aluno qualidade: rumo à educação pública de qualidade. São Paulo: Global/Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2007; e CARREIRA, Denise. Educação pública de qualidade: quanto custa esse direito? São Paulo: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2011. Disponível em: <http://arquivo.campanhaeducacao.org.br/publicacoes/CAQeducativo_2Edicao.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2013.

profissionais de educação, ativistas comunitários etc.), visando aprimorar a própria avaliação, dotá-la de sentido e de potencial transformador, articulando a avaliação da realidade escolar à avaliação das políticas educacionais. A coleção Indique (Indicadores da Qualidade na Educação) está comprometida com essa perspectiva.

Além disso, a qualidade educacional exige traduzir nas práticas educativas e no cotidiano das relações escolares um conjunto de normativas internacionais e nacionais, com força de lei, que transformem a escola em um lugar que de fato reconheça a diversidade humana, valorizando estéticas, conhecimentos e histórias ainda negadas e desqualificadas. É preciso atuar de forma a reconhecer e superar o racismo e outras discriminações e desigualdades que se manifestam de muitos modos no dia a dia de creches, escolas e universidades, e no processo de tomada de decisões e de implementação das políticas educacionais.

É a partir desses eixos fundamentais que vamos iniciar o nosso trabalho com os Indicadores da Qualidade de Educação – Relações Raciais na Escola.

Na próxima seção, apresentaremos algumas ideias de como utilizar o material em escolas e comunidades, a fim de mobilizar estudantes, profissionais de educação, gestores, familiares, integrantes das comunidades do entorno e muitas outras pessoas, para discutir formas de superação do racismo no cotidiano escolar e na sociedade. Afinal, superar o racismo no mundo da escola e nas políticas educacionais é um desafio de todos e todas.

Vamos em frente!

COMO UTILIZAR OS INDICADORES DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO – RELAÇÕES RACIAIS NA ESCOLA

Assim como os outros Indicadores da Qualidade na Educação, existem muitos jeitos de utilizar os Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola. O material é um instrumento de autoavaliação escolar bastante flexível que pode ser utilizado e adaptado de acordo com a criatividade, a experiência, as condições e a realidade de cada escola. A seguir, vamos apresentar algumas ideias para alimentar o processo de utilização dos Indicadores por parte de sua escola.

- É importante que a escola constitua um grupo de pessoas para organizar o processo de utilização dos Indicadores. Na medida do possível, o grupo deve ser composto por gestores/as escolares, coordenadores/as pedagógicos/as, professores/as, familiares e estudantes, com diferentes pertencimentos raciais presentes na comunidade escolar.
- É fundamental que o Conselho Escolar esteja envolvido em todo o processo de utilização dos Indicadores, contribuindo também para mobilizar o conjunto da escola. Lembramos que o racismo é um obstáculo para a melhoria da qualidade da educação e um desafio a ser enfrentado por todos e todas, não somente por ativistas e educadores/as que sempre trabalharam com a questão racial.
- Os Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola foram elaborados para escolas de Ensino Fundamental. O trabalho com eles pode ser desenvolvido em articulação com os Indicadores da Qualidade na Educação (Ensino Fundamental). Parte dos Indicadores da Qualidade de Educação – Relações Raciais na Escola também pode ser adaptada para a Educação Infantil e usada em articulação com os Indicadores da Qualidade na Educação (Educação Infantil). O mesmo grupo da escola/creche pode avaliar a pertinência de articular esses processos e fazer as adaptações necessárias à etapa (Educação Fundamental, Educação Infantil e Ensino Médio) e modalidade educacional, às condições e à realidade da instituição educativa.
- O planejamento do trabalho com os Indicadores deve prever a mobilização da comunidade escolar, definir o tempo necessário, preparar o espaço físico para que ele seja acolhedor e providenciar os materiais que serão usados nas atividades. Vamos a essas etapas!

O que são Indicadores?

Indicadores são sinais que revelam aspectos de determinada realidade e que podem qualificar algo. Por exemplo, para saber se uma pessoa está doente, usamos vários indicadores, tais como febre, dor, desânimo etc. Para saber se a economia vai bem, usamos como elementos indicadores, entre outros, a inflação e a taxa de juros. A variação dos indicadores nos possibilita constatar mudanças (a febre que baixou significa que a pessoa está melhorando, a taxa de juros mais baixa no último ano diz que a economia está melhorando etc.). Neste contexto, os indicadores apresentam a qualidade da escola em relação a um importante elemento de sua realidade: o das dimensões. Com um bom conjunto de indicadores tem-se, de forma simples e acessível, um quadro de sinais que possibilitam identificar o que vai bem e o que vai mal no contexto escolar, de forma que todos tomem conhecimento e tenham condições de discutir e decidir as prioridades de ação para sua melhoria.

Mobilização da comunidade

A mobilização da comunidade escolar (estudantes, familiares, profissionais de educação, integrantes de organizações comunitárias etc.) para participar da avaliação é um ponto-chave de todo o processo. Quanto mais pessoas dos diversos segmentos se envolverem em ações para a melhoria da qualidade educacional, maiores serão os ganhos para crianças, adolescentes, jovens e adultos que estudam; maiores serão os ganhos para a escola, a sociedade e a educação do país. O uso dos Indicadores pode fortalecer os vínculos entre escola e a comunidade do entorno.

É muito importante que todos os segmentos da comunidade sejam convidados a participar, não somente aqueles mais atuantes no dia a dia da escola. O grupo responsável pela preparação da escola para avaliação deve usar a criatividade para mobilizar pais, mães e outros responsáveis, professoras/es, funcionárias/os, conselheiras/os tutelares e da educação, além de outras pessoas, grupos e instituições da comunidade.

Cartas e bilhetes para os familiares, faixas na frente da instituição, divulgação no jornal, no transporte público, na rádio e TV local, nas redes sociais e em diferentes espaços da internet, além da discussão da proposta com crianças, adolescentes, jovens e adultos, são algumas das possibilidades. Especial atenção deve ser dada ao convite para que grupos e organizações locais, entre elas as do movimento negro, participem do processo.

Dimensões dos Indicadores

Este material foi elaborado para apoiar a escola no diagnóstico dos seus problemas e na busca de soluções para a melhoria da qualidade educacional, tendo como focos a superação do racismo no cotidiano escolar e a implementação da Lei n. 10.639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Os Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola são compostos por sete dimensões:

(1) Relacionamentos e atitudes – é a dimensão que introduz e concretiza, por meio de perguntas aos/às participantes, o que significa abordar as relações raciais no cotidiano escolar em seus diferentes aspectos.

(2) Currículo e prática pedagógica – a dimensão estimula discussões sobre quais perspectivas e conteúdos a escola prioriza nos processos de ensino-aprendizagem e como eles são abordados junto aos alunos no sentido de promover uma escola mais sintonizada com a realidade, a diversidade de saberes, experiências, histórias e estéticas, e com a igualdade racial e os direitos humanos.

(3) Recursos e materiais didáticos – a dimensão aborda a existência, o acesso, o uso e a organização de recursos e materiais didáticos que apoiem processos pedagógicos comprometidos com o ensino da história e da educação brasileira, bem como a educação das relações raciais, previstos na Lei n. 10.639/2003 e em suas Diretrizes.

(4) Acompanhamento, permanência e sucesso dos/das estudantes na escola – a dimensão problematiza as condições da escola para garantir a permanência e o sucesso de todos os seus estudantes na aprendizagem, em especial dos alunos e alunas negras e de outros grupos social e historicamente discriminados.

(5) A atuação das/dos profissionais de educação – a dimensão chama a atenção para o papel fundamental dos profissionais da educação na construção de uma educação antirracista e não discriminatória. Apresenta questões que estimulam a reflexão dos profissionais sobre suas concepções de relações raciais e de como elas impactam o cotidiano escolar.

(6) Gestão democrática – a dimensão traz um conjunto de questões que partem do entendimento de que o desenvolvimento de uma gestão democrática “pra valer” anda de mãos dadas com o reconhecimento e a valorização efetiva da diversidade na escola. Faz perguntas que provocam a escola a refletir até que ponto seus processos e condições estimulam e garantem a participação da comunidade escolar e quais os mecanismos que operam contra isso.

(7) Para além da escola – a dimensão estimula a escola a refletir que o avanço na garantia do direito humano à educação passa por sua maior articulação com a comunidade do entorno, com os movimentos sociais – entre eles, os movimentos negros e com outras instituições, setores governamentais e grupos que devem compor a rede de proteção dos direitos da criança e do adolescente, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/1990), como conselhos tutelares, unidades de saúde, serviços de assistência social, sistema de justiça etc.

Cada uma dessas sete dimensões do material reúne um conjunto de indicadores. Cada indicador é composto por duas partes: um pequeno texto que explica o que ele é e um grupo de perguntas bem concretas para estimular o debate da comunidade escolar, que estará reunida para avaliar os desafios da escola e, posteriormente, construir um plano de ação.

Para facilitar a avaliação, sugere-se que as pessoas atribuam cores às perguntas contidas em cada um dos indicadores. As cores simbolizam a avaliação que é feita: se a situação é boa ou satisfatória, coloca-se a cor verde; se é média, coloca-se a cor amarela; se é ruim (ou há um grande caminho ainda para se trilhar), a cor é vermelha.

Outros materiais da coleção Educação e Relações Raciais

Os **Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola** integram a coleção Educação e Relações Raciais na Escola. A coleção foi desenvolvida¹ a partir do trabalho da Ação Educativa com escolas e do acúmulo da instituição no desenvolvimento de metodologias participativas, do diálogo com experiências internacionais e nacionais de educação das relações raciais – em especial, as desenvolvidas por organizações do movimento negro brasileiro² – e com outras experiências comprometidas com uma educação não discriminatória e de promoção dos direitos humanos.

Eis o objetivo da coleção Educação e Relações Raciais: contribuir com um leque de metodologias que estimulem e organizem o envolvimento do conjunto da comunidade escolar em estratégias de promoção da igualdade racial nas instituições educativas, entendida como componente-chave para a melhoria da qualidade educacional do país.

1. O trabalho foi desenvolvido com apoio de edital público da linha de microprojetos em direitos humanos da Comunidade Europeia no Brasil (2008), com contrapartida do Unicef, Instituto C&A e Save The Children UK.

2. Entre as organizações do movimento negro, destacamos: o Ceafro (BA), o CEERT (SP), o Núcleo de Estudos Negros (NEN), o Nzinga Coletivo de Mulheres Negras (MG), o Ceap (RJ), a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), o Instituto Geledés (SP), Se essa rua fosse minha (RJ), o Grupo Africanidades e Imagens da Unicamp (SP), o Instituto AMMA Psique e Negritude (SP), a Soweto (SP), além de diversos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) vinculados à Universidades de todo o país. A experiência do projeto A Cor da Cultura, desenvolvido pela Fundação Roberto Marinho em articulação com ativistas e pesquisadores/as do campo da educação das relações raciais, também foi considerada.

As metodologias baseiam-se no seguinte triângulo conceitual:



As metodologias visam a construção de um ambiente escolar favorável, a promoção da corresponsabilidade e a definição de um conjunto de ações planejadas coletivamente que possam contribuir de forma mais sistemática para o enfrentamento do racismo. Nesse sentido, a proposta também visa reconhecer, potencializar e articular ações já desenvolvidas por escolas, secretarias de educação, universidades e organizações não governamentais destinadas a promover a igualdade racial na educação.

Além dos **Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola**, a coleção é composta também por:

1. Afro-brasilidades em Imagens. Conjunto de dez cartazes produzidos por artistas plásticos³ a partir de temas que emergiram do trabalho de Ação Educativa com escolas públicas. O material vem contribuir para suprir uma grande lacuna: a falta de imagens no ambiente escolar (nas salas de aula, no pátio etc.) que afirmem positivamente a população negra nas escolas. Os cartazes abordam os seguintes temas: cabelos, Áfricas, mídia e negritude, arte e cultura, ciência e produção de conhecimento, mulheres e meninas negras, resistências e movimentos sociais, religiosidade de matriz africana, povo negro em diferentes espaços sociais e a diversidade na escola.

2. Guia Metodológico. O guia aborda a metodologia construída por Ação Educativa e suas muitas possibilidades a serem exploradas, recriadas e adaptadas para diferentes contextos escolares. O Guia contém uma seção dedicada a sugestões de trabalho e abordagem – dentro e fora da sala – relativas ao conjunto dos dez cartazes que compõem a totalidade do material.

3. Vídeo 1 – Educação e relações raciais: apostando na participação da comunidade escolar (16 minutos). Construído a partir da linguagem da animação, o vídeo apresenta os desafios envolvidos no enfrentamento do racismo e na valorização da cultura e da história africana e afro-brasileira no ambiente escolar. Apresenta as bases da metodologia do projeto Educação e Relações Raciais: apostando na participação da comunidade escolar e busca sensibilizar estudantes, profissionais de educação e familiares sobre a importância de uma ação articulada no ambiente escolar e na comunidade.

3. Saiba mais sobre os artistas plásticos que produziram os cartazes Afro-brasilidades em Imagens: Rosana Paulino (www.rosanapaulino.com.br), Michel Onguer (<http://onguer.carbonmade.com/>), Mateus Subverso (<http://www.edicoestoro.net/entrevistas/movimento-hip-hop/mateus-subverso.html>) e Thiago Vaz (<http://www.revistaoprofessor.com.br/wordpress/?p=652>).

4. Vídeo 2 – Educação e relações raciais: diálogos Brasil e África do Sul (58 minutos). O foco desse vídeo é o lugar da agenda racial nas políticas educacionais no Brasil e na África do Sul, dois países marcados por democracias recentes e históricas e profundas desigualdades raciais. A partir de entrevistas com gestores, pesquisadores(as) e ativistas dos dois países, o vídeo explicita os desafios colocados para o campo das políticas públicas. Esse vídeo é um material mais complexo e adensado, que pode ser utilizado na íntegra ou em capítulos (introdução, parte Brasil, parte África do Sul).

Os materiais da coleção Educação e Relações Raciais (cartazes, vídeos e publicações) podem ser utilizados de forma combinada ou isolada em diversos momentos e espaços da vida escolar: em atividades pedagógicas em sala de aula, no pátio, em horários de planejamento pedagógico e de formação de professores, em reuniões de pais, mães e familiares, em festas, reuniões do grêmio estudantil etc.

Nas atividades vinculadas ao uso dos Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola, o vídeo 1 pode ser utilizado para estimular o debate e uma primeira aproximação dos participantes com a proposta. Os cartazes podem ser utilizados nos espaços nos quais serão discutidos os Indicadores em grupo ou em plenária. O vídeo 2 (principalmente a parte brasileira) pode ser utilizado na etapa de formação e preparação do grupo que impulsionará o uso dos Indicadores na escola. O Guia Metodológico traz muitas outras ideias para estimular e manter o debate vivo na comunidade escolar sobre a problemática e a implementação das metas do Plano de Ação na escola.

Além dos outros Indicadores (Ensino Fundamental e Educação Infantil), o conjunto dos materiais da coleção Educação e Relações Raciais: apostando na participação da comunidade escolar está disponível para download gratuito nos sites www.indicadoreseducacao.org.br e www.acaoeducativa.org.br.

Como conduzir a avaliação com os Indicadores

É importante que todos e todas as participantes entendam os objetivos dos Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola e também os principais conceitos utilizados. Uma explicação sobre a atividade a ser realizada, sobre o conteúdo e os objetivos deste trabalho na escola é um bom caminho. Como já colocado, pode ser utilizado também o vídeo 1 (Educação e relações raciais: apostando na participação da comunidade escolar), disponível no site www.indicadoreseducacao.org.br.

Para tanto, pode ser feita uma reunião prévia com professoras/es, coordenadoras/es pedagógicas/os e funcionárias/os. Professores, diretores e coordenadores pedagógicos estão mais familiarizados com os termos utilizados na área da educação, mas o envolvimento de familiares e ativistas que atuam no campo da igualdade racial também pode contribuir muito com o desenvolvimento do trabalho. A preparação prévia desses profissionais de educação ajuda na tarefa de explicar aos demais, no dia da avaliação, termos e assuntos que não sejam do conhecimento de todos. O Guia Metodológico e o vídeo 2 também podem auxiliar.

Com relação à duração do processo de utilização dos Indicadores, ela pode ser variada. Pode ser feita de forma concentrada, em um ou dois dias, ou ser distribuída em um conjunto maior de dias, ou ainda ocorrer por meio de encontros periódicos realizados ao longo de seis meses. O importante é planejar o começo e o fim do processo e estabelecer um prazo para que a avaliação seja concluída e dela resulte a construção coletiva de um plano de ação, composto por metas viáveis para enfrentar o desafio e alterar a situação identificada.

Uma exposição para iniciar os trabalhos de uso dos Indicadores – por meio de cartazes, murais, quadros, retroprojeter ou Power Point – pode ajudar todos participantes a compreender o objetivo dos Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola e quais serão os passos para a realização da avaliação.

Uma das propostas de uso é dividir os participantes da comunidade escolar em seis grupos. Numa primeira etapa de discussão, todos os grupos devem discutir a Dimensão 1 (Atitudes e relacionamentos). Essa dimensão apresenta questões que introduzem e concretizam para os participantes o que significa abordar as relações raciais no cotidiano escolar.

Em uma segunda etapa do debate, cada um dos seis grupos pode discutir as demais dimensões da publicação (de 2 a 7). Para possibilitar a participação de todos na discussão, é conveniente que os grupos tenham no máximo vinte pessoas. Cada grupo deve ser composto por representantes dos vários segmentos da comunidade escolar e deve contar com um(a) coordenador(a) e um(a) relator(a). Se não houver número suficiente de pessoas, um mesmo grupo pode trabalhar com mais de uma dimensão. Mas essa não é a situação ideal, porque diminui o tempo da discussão.

É importante que os coordenadores e relatores dos grupos que discutirão as dimensões sejam definidos antes do início da avaliação. Há pessoas que têm um perfil mais adequado para essas funções. O coordenador cuidará para que todas as perguntas sejam respondidas no tempo previsto, buscando chegar, depois da discussão, a consensos sobre a situação da escola em relação aos indicadores ou identificando as opiniões conflitantes quando não for possível estabelecer um consenso.

Além disso, ele ajudará o grupo a compreender como se dá o processo de atribuição de cores (é muito importante que essa pessoa tenha o conceito bem nítido para ajudar os demais!). O relator será responsável por tomar nota, cuidar da elaboração do quadro-síntese e expor na plenária o resultado da discussão do grupo, com base nesse quadro.

Os materiais que serão utilizados nas discussões coletivas precisam ser organizados com antecedência. É preciso ainda definir os locais da plenária e de cada grupo de trabalho. A identificação desses locais com números ou nomes facilita a distribuição das pessoas nos diversos grupos.

Discussão das dimensões em grupos

Como já abordado, os participantes do processo de uso dos Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola devem ser divididos em grupos de até vinte pessoas. É importante lembrar que, quanto menor o grupo, mais chance haverá de todos participarem e da discussão ser mais aprofundada.

É importante destacar que algumas dimensões são maiores e outras menores, portanto, alguns grupos terminam suas discussões antes de outros. Para que os participantes das dimensões menores não se sintam desestimulados a esperar pela realização da plenária, pode-se propor que um mesmo grupo discuta duas pequenas dimensões.

Conforme o contexto escolar, também podem ser compostos grupos somente com estudantes, para que eles e elas se sintam mais à vontade para colocar e discutir seus

pontos de vista. O coordenador cuidará, primeiramente, para que todas as perguntas sejam respondidas, buscando chegar, depois da discussão, a consensos sobre a situação da escola em relação aos indicadores ou identificando as opiniões conflitantes quando não for possível estabelecer um consenso. Quanto ao relator, será responsável por tomar nota e expor na plenária o resultado da discussão do grupo.

As perguntas referem-se a ações, atitudes ou situações que mostram como está a escola em relação ao tema abordado pelo indicador. Cada pergunta será discutida pelo grupo e receberá uma cor: verde, amarelo ou vermelho.

- Caso o grupo avalie que essas ações, atitudes ou situações estão consolidadas na escola, deverá atribuir a elas a **cor verde**, indicando que o processo de melhoria da qualidade já está num bom caminho.
- Se na escola essas atitudes práticas ou situações ocorrem de vez em quando, mas não podem ser consideradas recorrentes ou consolidadas, o grupo lhes atribuirá **cor amarela**, o que indica que elas merecem cuidado e atenção.
- Caso o grupo avalie que essas atitudes, situações ou ações são inexistentes ou quase inexistentes na escola, atribuirá a elas a **cor vermelha**. Nesses casos, a intervenção precisa ser imediata.

As cores atribuídas às perguntas ajudarão o grupo a ponderar e decidir qual das três cores reflete com mais precisão a situação da escola em relação a cada indicador. Por sua vez, para atribuir uma cor à dimensão, também será importante visualizar as cores atribuídas aos indicadores. Não se trata de gerar uma média das respostas para se chegar às cores dos indicadores e da dimensão. A partir das cores atribuídas às perguntas, o grupo avalia qual cor representa melhor o indicador e, depois, da mesma forma, a dimensão.

EXEMPLO:

3. Distribuição de afeto e atenção e fortalecimento de relações de amizade

- 1) As crianças negras têm oportunidade de conhecer e ouvir por parte das professoras(es) falas positivas sobre sua estética (beleza), história, e a vida de pessoas negras no Brasil e no mundo?
- 2) Todas as crianças negras recebem carinho, elogios e atenção dos professores e professoras e agentes escolares tanto quanto às demais crianças?
- 3) Há preocupação em escutar e compreender a situação de vida, os diferentes jeitos de participar e as diferentes formas de se comunicar e de aprender de todas as crianças?
- 4) A escola desenvolve atividades que estimulem maior interação e relações de amizade e solidariedade entre seus alunos e alunas para além dos grupinhos de amigos já existentes?

Materiais necessários

Na medida do possível, cada participante da avaliação deverá receber uma cópia da parte desta publicação com a explicação das dimensões e seus respectivos indicadores e perguntas. O ideal é que todos disponham do conjunto completo das dimensões, mas, se isso não for possível, cada participante deve, pelo menos, ter acesso à lista dos indicadores e das perguntas da dimensão que serão discutidos no seu grupo.

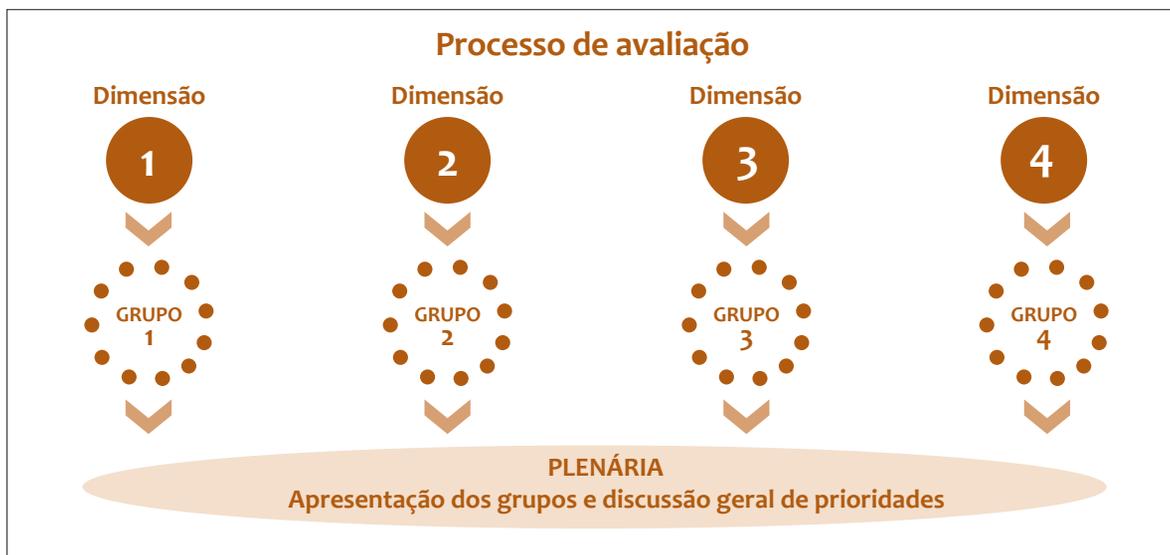
- Cada participante deve receber caneta ou lápis para fazer suas anotações.
- Cada grupo deve ter um cartaz com o quadro-síntese, para que todos possam visualizar o resultado da avaliação.
- Para registrar as cores no quadro-síntese, podem ser utilizados lápis ou canetas nas cores verde, amarelo e vermelho.
- Para facilitar a manifestação de opiniões quanto às cores atribuídas às perguntas e aos indicadores, podem-se fornecer a cada participante cartões com as cores verde, amarelo, vermelho e branco (este em caso de abstenções). Levantando os cartões durante a reunião do grupo ou na plenária, os participantes manifestam seus votos. Esse procedimento pode facilitar a identificação de consensos e dissensos.

Participação das crianças

Todas as ideias para estimular a participação dos alunos e alunas das primeiras séries do Ensino Fundamental são bem-vindas. Afinal, democracia também se aprende na escola, desde cedo. A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (1989), da qual o Brasil é signatário, prevê que toda criança “tem o direito de expressar opinião e ser considerada em qualquer assunto ou procedimento que a afete”. Nesse sentido, no caso das crianças pequenas, é preciso organizar algumas atividades específicas para facilitar a participação delas, já que debates em grupo e na plenária são mais adequados para os maiores. Algumas ideias são:

- falar, em sala de aula, sobre a importância da avaliação e do processo que está acontecendo na escola;
- propor a criação de desenhos ou textos individuais e coletivos sobre a escola e as dimensões da qualidade apresentadas neste instrumento;
- preparar esquetes teatrais sobre o dia a dia da escola.

Mais ideias sobre a importância da participação de crianças e adolescentes nas escolas e em políticas educacionais, vocês podem encontrar no Guia Participação das Crianças e Adolescentes na construção Participativa de Planos de Educação, no site www.deolhonosplanos.org.



Lidando com os conflitos

Durante os trabalhos em grupo, é importante que todos participem das discussões e das atribuições de cores, evitando que alguém ou algum grupo imponha determinada visão sobre o assunto tratado. É necessário ouvir e respeitar o que a outra pessoa tem a dizer, aproveitando o momento para o diálogo. O processo de escolha das cores deve ser negociado com todos. Caso não haja consenso entre os participantes, o grupo pode optar pela mistura de cores ou pelo uso de uma cor diferente das três cores da avaliação (vermelho, amarelo, verde) para registrar a divergência de opinião, levando-a para a plenária (por exemplo, a cor azul, rosa, laranja, preta etc.). Conflitos de opinião existem em toda sociedade. É importante reconhecê-los e lidar com eles de forma madura, negociável, e democrática, nunca desqualificando as pessoas ou suas opiniões.

No próprio caderno, ao lado de cada pergunta e indicador, há bolinhas em branco que podem ser coloridas pelos participantes com as cores atribuídas pelo grupo, além de espaço para registrar o resultado da discussão sobre cada indicador. É fundamental que essa anotação seja feita com cuidado, pontuando os aspectos mais importantes do debate, explicando por que o grupo atribuiu esta ou aquela cor ao indicador. Finalizada a discussão, o grupo deverá colorir o quadro-síntese, que traz o nome da dimensão, seus respectivos indicadores e o resumo da discussão de cada indicador. O quadro-síntese deverá ser exposto na plenária geral (quando todos os grupos estarão reunidos para a exposição dos resultados das discussões de cada grupo e para o debate das prioridades).

No fim do trabalho de cada grupo, o relator terá uma lista de pontos fortes e pontos fracos da escola em relação àquela dimensão. O grupo poderá, então, definir as prioridades da escola para melhorar sua qualidade naquela dimensão.

Essas prioridades de ação serão levadas para a plenária geral. O grupo também pode proceder a uma “chuva de ideias” sobre como melhorar as situações consideradas prioridade (no fim de cada dimensão, há espaço para anotar essas ideias).

Com as prioridades de cada dimensão, os grupos estarão prontos para o grande momento: o encontro com os demais para ouvir o que cada um tem a dizer e debater sobre o retrato que a comunidade escolar está tirando da escola. É muito importante que, durante as apresentações dos grupos na plenária, todos os participantes possam entender o que foi discutido em cada dimensão.

Participação de pessoas com deficiência

É preciso verificar se, na escola, há pessoas daltônicas. Em caso positivo, as cores podem ser substituídas ou complementadas, por exemplo, com três diferentes formas: quadrado, triângulo e círculo. Pessoas com outros tipos de deficiência também devem receber o apoio necessário para que possam participar do processo.

Governabilidade

Sabemos que a busca pela qualidade da escola não é uma responsabilidade somente da comunidade escolar. Os três níveis de governo – municipal, estadual e federal – têm papel fundamental na melhoria da educação no país. Por isso, recomendamos que, ao fim das discussões, os grupos sinalizem, entre os indicadores que receberam, as cores vermelha e amarela – os problemas que devem ser encaminhados à Secretaria de Educação. Para tanto, a comunidade precisa se organizar e negociar com as Secretarias de Educação para que suas ações passem a integrar os próprios planos de melhoria da escola.

Para facilitar o debate na plenária, cada grupo de trabalho deve deixar o quadro-síntese num local de boa visibilidade para que todos possam acompanhar. A exposição dos relatores e relatoras à plenária deve girar em torno de dois pontos:

- apresentação resumida da discussão do grupo e das justificativas para a escolha das cores atribuídas a cada um dos indicadores;
- relato das prioridades indicadas.

Após a apresentação de todos os grupos e o esclarecimento de dúvidas na plenária, sugerimos um último debate para a definição final das prioridades. Essas prioridades deverão ser a base para a produção conjunta de um plano de ação. Com o objetivo de preparar o plano de ação, muitas das escolas optam por agendar uma nova data com a comunidade escolar, pois muitas vezes sua elaboração é inviável no mesmo dia da avaliação. Há ainda escolas que, com essa finalidade, optaram por criar uma comissão representativa de todos os segmentos da comunidade escolar (incluindo pais, mães e alunos). Nesses casos, a reunião também ocorreu numa outra data, acordada entre todos.

Os Indicadores e a Educação Quilombola

Os Indicadores Relações Raciais na Escola foram elaborados visando o ensino fundamental regular. Conforme o contexto, eles podem ser adaptados para o uso em escolas de comunidades quilombolas. De acordo com a legislação, os quilombos são grupos étnico-raciais que assim se autorreconhecem e que possuem uma forte relação histórica com determinados territórios do país e com a ancestralidade negra relacionada à resistência e à luta contra a opressão sofrida ao longo da história. Para a adaptação dos Indicadores para escolas quilombolas, é fundamental considerar o que prevê as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Escolar Quilombola, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (Resolução CNE/CEB n.8) em 2012, disponíveis no site: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17417&Itemid=866>.

Coleção Indicadores da Qualidade na Educação

Uma estratégia interessante é ter o Conselho Escolar como coordenador do uso dos Indicadores, dada sua legitimidade junto à comunidade escolar. O colegiado se responsabilizaria por estudar o material, mobilizar a comunidade, organizar a avaliação participativa, elaborar os planos e acompanhar sua execução.

Como já abordado, é possível utilizar os Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola com os outros Indicadores (Ensino Fundamental ou Educação Infantil). Para fazer a articulação dos diferentes Indicadores, é importante estudá-los antes de preparar o dia da avaliação.

São diversas as possibilidades de uso conjunto: aumentar a quantidade de grupos de discussão selecionando as dimensões prioritárias para a realidade da escola e de sua comunidade escolar, planejar o debate de mais de uma dimensão por grupo, entre outros, escolher as dimensões que serão priorizadas pela escola. A ampliação do debate é uma oportunidade de trabalhar o conceito de qualidade na educação de maneira mais plena.

O plano de ação

Para ver concretizado um projeto de mudança, é preciso planejar. O planejamento nos ajuda a definir e organizar as atividades que colocaremos em prática para alcançar nossos objetivos, a decidir quais serão as pessoas responsáveis por essas atividades e a prever o tempo necessário para sua execução.

O primeiro passo num planejamento é saber o que queremos alcançar. Em seguida, precisamos saber o que faremos para alcançar os objetivos e, então, de quais recursos (se financeiros, humanos, materiais, entre outros) precisaremos para colocar nosso plano em ação. No caso deste trabalho, nosso principal objetivo é construir uma escola de qualidade. De antemão, sabe-se da existência de uma grande força: a comunidade escolar interessada em apoiar o processo de avaliação e mudança na escola. Mas é possível ainda identificar outras forças e também fraquezas, ou seja, aquilo que reforça uma ação e aquilo que pode dificultá-la. As forças têm de ser potencializadas, e as fraquezas, controladas.

Difícilmente um planejamento termina do mesmo jeito que começou. Há coisas que acontecem como o previsto, e outras nem tanto. Isso não quer dizer que o planejamento não deu certo, mas sim, que ele exige acompanhamento e avaliação. Assim, é preciso estar atento, corrigindo o que está dando errado e observando o que muda para melhor. Nesse sentido, reuniões periódicas ajudam a verificar se as ações estão acontecendo como foram planejadas e no tempo determinado anteriormente.

Uma boa verificação de resultados normalmente leva aos Indicadores. No caso deste plano de ação, que visa à melhoria da qualidade da educação, contamos com os indicadores apresentados aqui. Então, para avaliar se as ações planejadas estão solucionando os problemas detectados nas dimensões discutidas, pode-se recorrer ao uso deste instrumental a cada um ou dois anos, por exemplo. Se as cores que a comunidade escolar atribui a eles estiverem melhorando, o plano de ação estará surtindo efeito. Nesse caso, as cores devem passar do vermelho para o amarelo ou do amarelo para o verde.

Sugerimos que os painéis com as cores que trazem a dimensão e os indicadores sejam expostos em local visível na escola. Assim, toda a comunidade acompanhará a mudança dos sinais de qualidade da escola à medida que o plano de ação for executado.

Para facilitar o percurso planejamento-acompanhamento-avaliação, apresentaremos como exemplo algumas situações imaginárias. Uma vez definidas as ações, estabelecidos os prazos e os responsáveis pelas atividades, é importante indicar se as ações são de curto (até o fim do ano), médio (a serem realizadas no ano seguinte) ou longo prazo (a serem realizadas no ano subsequente).

Após realizar uma avaliação com base nos Indicadores, a escola chegou a uma lista de problemas que foram considerados prioritários. Com o olhar voltado ao sonho de melhorar a qualidade da escola, iniciou-se a elaboração de um plano de ação, que definiu as ações a serem desenvolvidas para enfrentar cada um dos problemas em ordem de prioridade, os passos para a efetivação dessas ações, seus responsáveis e os prazos possíveis para cada uma delas. Para que se possa ter uma ideia sobre como proceder, apresentamos aqui apenas parte do plano de ação elaborado.

Plano de ação da Escola sem Racismo
Data da elaboração: 10 de setembro

Dimensão	Indicador	Problema	O que fazer	Responsáveis	Prazo
Recursos didático-pedagógicos.	Uso dos recursos didático-pedagógicos pela comunidade escolar.	A escola possui vários materiais que podem ser usados para trabalhar a educação das relações raciais, mas eles não estão organizados para facilitar o uso por professores, estudantes e familiares.	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar um levantamento dos materiais existentes na escola. - Organizar os materiais em um espaço adequado. - Criar um sistema de empréstimo de materiais. - Divulgar o levantamento dos materiais na escola (mural, cartazes etc.). 	Joana e Carlos (professores).	7 de maio
				Caio (funcionário) e Ana (Grêmio).	14 de maio
				Joana, Carlos e Caio.	17 de maio
				Caio, Helena (diretora) e João (Conselho Escolar), Malu (professora), Milton e Ana (Grêmio).	5 de junho
				Antonia (coordenadora pedagógica) e Joana e Carlos.	Contínuo (ao longo do ano). Mínimo de quatro momentos de discussão no ano.

Quando planejar e avaliar

Nossa sugestão é que a avaliação baseada nos Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola e a elaboração do plano de ação ocorram no início do ano letivo, momento em que tradicionalmente a escola planeja e define o que será feito durante todo o ano. Algumas escolas já aplicaram os Indicadores no segundo semestre e também alcançaram bons resultados. Quando se estabelecem metas de curto, médio e longo prazos, fica mais fácil para a escola distinguir as ações mais simples, que podem ser imediatamente executadas daquelas mais complexas, que exigem mais empenho e integração.

Se a sua escola já elaborou uma proposta ou um projeto político-pedagógico, rememore junto aos participantes suas principais diretrizes, seus objetivos e seus princípios. As escolas que tiverem seus planejamentos já elaborados por participar do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) ou de outros programas podem utilizar os Indicadores da Qualidade na Educação para avaliar, com a comunidade, a qualidade da escola e, em seguida, verificar se o planejamento já realizado está contemplando todas as questões trazidas como resultado da discussão.

Caso a escola não possua uma proposta pedagógica, esse processo é uma excelente oportunidade para que esta seja elaborada com a participação de toda a comunidade escolar. Escolas que já usaram os Indicadores afirmam que esse material contribui para a revisão ou até mesmo a elaboração do projeto.

Estimativa do tempo necessário

Podem ser reservados três meio períodos (ou 1 dia inteiro + meio período) para o trabalho com os Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola. Como já colocado, a programação poderá ser organizada de outras formas garantindo mais tempo, tranquilidade e profundidade do debate.

Exemplo de programação:

Primeiro meio período

1. Boas-vindas e rápida apresentação dos participantes. Tempo revisado: 30 minutos.
2. Apresentação da proposta para a comunidade escolar, dos objetivos dos Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola e das explicações de como o trabalho será desenvolvido. Apresentação do vídeo 1 (Educação e relações raciais: apostando na participação da comunidade escolar) e divisão dos grupos. Tempo previsto: 45 minutos.
3. Discussão da Dimensão 1 (Relacionamentos e atitudes) nos grupos e seleção de problemas prioritários. Tempo previsto: 1 hora e meia.
4. “Chuva de ideias” nos grupos para solução dos problemas prioritários da Dimensão 1. Tempo previsto: até 30 minutos.
5. Plenária para discutir os resultados dos grupos: 1 hora.
6. Fechamento da atividade do dia e convite para o segundo momento de continuidade da avaliação dos Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola: 15 minutos.

Segundo meio período

1. Boas-vindas, rápida retomada do trabalho anterior e explicação do trabalho que será realizado no dia. Tempo previsto: 30 minutos.
2. Discussão das demais Dimensões (2 a 7) nos grupos (de preferência, cada grupo com uma dimensão) e seleção de problemas prioritários. Tempo previsto: de 1 hora a 1 hora e meia.
3. “Chuva de ideias” nos grupos para solução dos problemas prioritários das Dimensões 2 a 7. Tempo previsto: até 30 minutos.
4. Plenária (encontro de todos os grupos de trabalho para apresentação das discussões, identificação de conflitos e consensos quanto às cores atribuídas e suas razões para todas as Dimensões [1 a 7]). Tempo previsto: de 1 hora e meia a 2 horas.
5. Construção de consensos sobre os problemas de ordem prioritária. Tempo previsto: de 30 minutos a 1 hora.

Terceiro meio período – construção do plano de ação

1. Boas-vindas e retomada dos principais resultados e da “chuva de ideias” dos dois encontros anteriores. Tempo previsto: 1 hora.
2. Divisão de grupos por dimensão – escolha de até seis prioridades por dimensão – 1 hora.
3. Apresentação das prioridades por grupo na plenária e discussão coletiva das prioridades da escola. Tempo previsto: 1h30.
4. Montagem do quadro das prioridades, com previsão de tempo e responsáveis (o tempo e os responsáveis também podem ser definidos em um outro momento). Tempo previsto: 30 minutos.
5. Definição das pessoas da equipe pedagógica, conselho escolar, grêmios etc., que farão o acompanhamento da implementação das prioridades. Tempo previsto: 30 minutos.
6. Definição do cronograma dos próximos encontros e do local na escola onde ficará exposto o quadro de prioridades do plano de ação. Tempo previsto: 15 minutos.
7. Avaliação final (o que as pessoas acharam da experiência de utilizar os Indicadores) e agradecimentos. Tempo previsto: 30 minutos.

Total de horas utilizadas aproximadamente para a discussão: de 4 a 6 horas para cada meio período.

As escolas com mais de um turno podem propor uma discussão por turno, facilitando a participação de mais pessoas. Ou seja, cada turno faz sua avaliação e elabora seu plano de ação. Neste caso, pode ser necessário um momento para verificar ações comuns em todos os planos de ações.

Escolas muito grandes também podem optar por eleger representantes de alunos para participar da discussão sobre os Indicadores com os demais segmentos da comunidade escolar. Nesse sentido, deve-se garantir uma boa discussão na sala de aula e, a partir daí, eleger os representantes.

Recomendamos que os Indicadores venham a ser utilizados anualmente, pois tão importante quanto a avaliação da qualidade da escola pela comunidade é o processo de acompanhamento dos resultados, dos limites e das dificuldades encontradas na implementação do plano de ação. É importante que o uso dos Indicadores seja visto como um processo pelo qual a escola passa, e não como um evento que só ocorre nos dias de avaliação e planejamento.

Os Indicadores e sua articulação com o projeto político-pedagógico da escola

Os Indicadores da Qualidade na Educação ganham significado quando se tornam um processo de compreensão da realidade escolar e contribuem com o Projeto Político-Pedagógico. A avaliação deve subsidiar as tomadas de decisões e direcionar as intervenções para que ocorra a melhoria do trabalho escolar tendo como referência o projeto educacional da escola

Os Indicadores e os planos de educação

A partir de 2013, iniciou-se um processo de estímulo do uso dos Indicadores de Qualidade da Educação (Ensino Fundamental, Educação Infantil e Relações Raciais) na construção participativa de Planos de Educação de municípios e estados. O novo Plano Nacional de Educação deve estabelecer um prazo para que todos municípios e Estados brasileiros tenham planos de educação. Cerca de 50% municípios brasileiros ainda não possuem um plano de educação.

Os planos de educação são documentos, com força de lei, que contêm metas para a melhoria da qualidade educacional. Eles apontam qual educação se pretende alcançar em dez anos para o

município, Estado ou país e quais as principais estratégias a serem implementadas para isso. Ao estabelecerem metas de médio e longo prazo, os planos são importantes instrumentos contra a descontinuidade das políticas educacionais, fortalecem a ação planejada dos governos e contribuem para que a sociedade exerça melhor o controle social com relação à atuação do poder público.

Na construção de planos de educação, os Indicadores podem ser usados na elaboração do diagnóstico da situação educacional do município ou estado ou na avaliação e revisão de planos de educação, quando existentes. A participação da comunidade escolar é fundamental para que os planos sejam documentos vivos e consigam estabelecer metas sintonizadas com os problemas, os acúmulos e as possibilidades presentes nas escolas, avançando efetivamente na garantia do direito humano à educação de qualidade para a população.

Os processos de construção e revisão participativas de planos devem ser convocados formalmente pelas Secretarias de Educação do município ou do Estado. Para saber mais sobre o uso dos Indicadores de Qualidade na Educação na construção participativa de planos de educação, visite o portal www.deolhonosplanos.org.br.





Adinkra: MUDANÇA, A VIDA É DINÂMICA

DIMENSÃO 1

Atitudes e relacionamentos

O racismo é um conjunto de crenças e valores que tem por base o entendimento de que os seres humanos são “naturalmente” desiguais em função da cor da pele, do cabelo, de outras características físicas e/ou culturais. O racismo nega a igualdade entre as pessoas e defende que determinados seres humanos são superiores a outros.

A discriminação racial é o **racismo em ação** e se manifesta de diferentes formas no dia a dia das pessoas, seja na família, no local de trabalho, na comunidade e nos espaços educativos.

Nas creches e escolas, a discriminação racial acontece entre crianças e estudantes, **profissionais de educação** e familiares. Ela se concretiza por meio de atitudes ativas (como agressões e humilhações, como piadas, xingamentos, apelidos, violência física) ou de forma mais “sutil”, por meio da distância social, da falta de reconhecimento e de estímulo, da negação, da desatenção, da distribuição desigual de afeto e da baixa expectativa positiva com relação ao desempenho de pessoas negras.

Como diversas pesquisas apontam, o racismo tem um impacto negativo na aprendizagem e no desenvolvimento da **autoestima** de crianças, adolescentes, jovens e adultos negros, e pode alimentar o sentimento perverso de superioridade de crianças, adolescentes e jovens brancos com relação a pessoas de outras origens **étnicas e raciais** (negras, indígenas, ciganas, imigrantes, migrantes etc.).

O primeiro passo de qualquer estratégia que vise à superação do racismo no ambiente escolar passa por afinar e reeducar olhares e ouvidos para identificar as situações no cotidiano e superar um discurso defensivo presente em muitas escolas de que “aqui todos são iguais e não há racismo”. Seja por meio de palavras, gestos ou silêncios, as situações de discriminação são muitas vezes negadas, naturalizadas ou invisibilizadas pelas pessoas, o que torna mais difícil o enfrentamento do problema.

Atualmente, em muitos lugares, as situações de racismo que marcam historicamente a realidade escolar brasileira vêm sendo consideradas como parte do chamado *bullying*, palavra em inglês que significa o ato de maltratar e humilhar alguém. É necessário discutir criticamente a relação entre racismo e *bullying*, já que muitas vezes o *bullying* é abordado a partir de uma perspectiva que descontextualiza e individualiza o fenômeno da discriminação, apagando sua dimensão social.

É importante destacar que, em muitos países, as crianças e jovens negros estão entre aqueles e aquelas que mais sofrem o pro-

▪ O **racismo** está longe de ser “uma questão dos negros e das negras” e de outros grupos discriminados. Ele é fruto das desigualdades existentes nas relações sociais entre pessoas brancas e grupos constituídos por pessoas negras, imigrantes, indígenas, ciganas, migrantes etc. Superá-lo é um desafio e responsabilidade de toda a sociedade.

▪ Os **profissionais de educação** são aqueles e aquelas que trabalham na escola e nos órgãos de administração educacional. Na escola atuam os profissionais do magistério (professores/as, diretores/as, coordenadores/as pedagógicos/as...) e os funcionários ou agentes escolares (merendeiras, vigias, serventes, equipe da secretaria escolar etc.).

▪ **Autoestima** é o sentimento de amor-próprio, de valorização dos atributos pessoais e da cultura a que pertence, que é construído a partir das relações que estabelecemos com as outras pessoas na família, na escola e em outros espaços sociais.

▪ **Etnia** refere-se a um grupo de pessoas que compartilham algumas heranças históricas e/ou características culturais ou linguísticas. Um grupo étnico pode ou não apresentar características físicas comuns.

▪ Durante muito tempo, **raça** foi encarado apenas como um conceito biológico, defendido pelas teorias racistas no século XIX. Atualmente, é assumido como um conceito social e político que permite compreender as desigualdades entre seres humanos e as discriminações geradas contra determinadas pessoas ou grupos em função da cor da pele, do cabelo, de outras características físicas ou da origem regional ou cultural.



ADINKRA: PACIFICAÇÃO
E RECONCILIAÇÃO

blema da discriminação recorrente na escola. No Brasil, a situação se repete, segundo pesquisa divulgada em junho de 2009, realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação¹.

A seguir, apresentaremos um conjunto de indicadores que devem ser levados em conta para identificar e discutir como o racismo se manifesta nas relações entre pessoas em sua escola e quebrar o silêncio e conformismo que ainda marca a posição de grande parte dos educadores e educadoras diante dele. Para além das “agressões e humilhações” explícitas, o racismo manifesta-se de muitos outros jeitos na escola, nem sempre entendidos dessa forma por quem o pratica e por quem é vítima dele.

1. Intervenção imediata contra xingamentos, piadas e apelidos discriminatórios

O nosso jeito de falar é, muitas vezes, permeado por preconceitos de toda a ordem presentes na sociedade. Diariamente, xingamentos, piadas e determinados apelidos que humilham geram sofrimentos e constrangimentos em crianças, adolescentes, jovens e adultos negros e de outras origens étnico-raciais. Quando crianças, adolescentes, jovens e adultos negros estão envolvidos em situações de conflito, não são poucas as vezes que a primeira coisa a ser chamada a atenção, de forma desqualificada, é a sua origem racial. A ação rápida e consistente dos educadores e educadoras – buscando levar os envolvidos a entender a discriminação que está em jogo – é uma estratégia importante para o enfrentamento do racismo e de outras discriminações existentes na escola. Outro aspecto para o qual se deve atentar é o acolhimento da pessoa que sofreu a discriminação com escuta ativa, carinho e apoio (mesmo que seja para compartilhar o silêncio); trata-se de atitude imprescindível para que a criança, adolescente, jovem ou adulto humilhado possa se reorganizar internamente, sentir que não está sozinho e compreender que ele ou ela não é o responsável por gerar a situação de discriminação.

▪ **Apelidos pejorativos** são aqueles que humilham as pessoas diante das demais, que as fazem se sentir mal, inferiorizadas ou hostilizadas.

1) A escola reconhece quando acontecem situações que envolvem xingamentos, piadas e **apelidos pejorativos** contra pessoas negras?

2) Os apelidos pejorativos, piadas e xingamentos são entendidos como ofensa e humilhação e não como “brincadeira inofensiva”?

1. MAZZON, José Afonso. Preconceito e discriminação no ambiente escolar. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe/USP), São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relatoriofinal.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2013.

3) Diante de situações de xingamentos, piadas e de apelidos pejorativos, os educadores reprimem imediatamente os agressores, acolhem as pessoas discriminadas e utilizam a situação para refletir com os envolvidos as causas da situação e a responsabilidade de cada um no conflito, bem como as razões históricas desse fato?

4) Há procedimentos na escola de escuta, registro e encaminhamento de denúncias de discriminações raciais, entre outras discriminações, contra alunos, profissionais de educação e familiares?

Espaço para as observações da escola sobre o indicador

2. Quebra de silêncio e mudança de olhares para desnaturalizar o racismo

O silêncio de profissionais de educação, estudantes e familiares diante de situações de racismo dá sustentação para que o problema continue. Mas é importante reconhecer que há vários tipos de silêncio: o silêncio de concordância (“é isso mesmo!”), o silêncio de **constrangimento**, o silêncio da omissão (“não tenho nada a ver com isso”), o silêncio de quem não sabe o que fazer com a situação. Há também os olhares dos educadores que não conseguem enxergar “pra valer” crianças, jovens e adultos negros (sua história, beleza, conhecimentos, participação etc.) e que reforçam **preconceitos** e **estigmas**.

▪ **Constrangimento** é a vergonha por algo que sofremos ou fizemos, ou que os outros fizeram na nossa frente.

▪ **Preconceitos** são julgamentos negativos que fazemos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas, sem ter base na realidade, antes mesmo de conhecê-las.

Estigmas são características negativas que atribuímos a pessoas ou grupos e que comprometem o seu pleno desenvolvimento humano.

1) A escola atua por meio da orientação da equipe pedagógica, da discussão coletiva e da formação para que os profissionais de educação reflitam seus valores e construam expectativas positivas com relação à aprendizagem e ao desempenho de todas as crianças?

2) Diante de situação de discriminação racial, as crianças são orientadas a não ficarem caladas e a procurarem a ajuda de adultos preparados para acolhê-las?

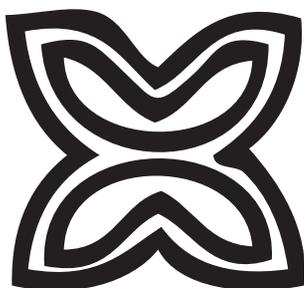
3) A escola possui estratégias de prevenção e de identificação de discriminação racial, bem como de outras formas de discriminação, que ocorrem em diferentes espaços da escola: da sala de aula ao pátio?

4) Diante de situações de discriminação racial, os familiares dos envolvidos são chamados(as) pela escola para conversarem e pensarem juntos sobre ações, a fim de superar o problema?

5) Diante do silêncio sobre a história do povo negro no Brasil, os educadores e educadoras são estimulados a pesquisar, a se formar e a trocar informações sobre como abordar a questão nas várias disciplinas escolares?



3. Distribuição de afeto e atenção, e fortalecimento de relações de amizade



Adinkra: LIBERDADE,
EMANCIPAÇÃO

Pesquisas² apontam que, muitas vezes, estudantes negros recebem menos atenção, estímulo e carinho dos/as profissionais de educação do que crianças brancas. Além disso, muitas vezes, as crianças negras não contam com o mesmo acolhimento por parte dos demais estudantes, não sendo valorizadas na formação de grupos de trabalho e chegando a sofrer até mesmo isolamento. É fundamental considerar que a afetividade é uma dimensão fundamental dos processos de ensino e aprendizagem e da formação de uma autoestima positiva, e que o racismo é uma barreira de acesso a ela.

2. Entre elas, destacamos: CAVALLEIRO, Eliane. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar – racismo, preconceito e discriminação na Educação Infantil*. São Paulo: Contexto, 2000.

1) As crianças negras têm oportunidade de conhecer e ouvir por parte dos professores e professoras falas positivas sobre sua estética (beleza), a história e a vida de pessoas negras no Brasil e no mundo?

2) Todas as crianças negras recebem carinho, elogios e atenção dos professores e professoras e agentes escolares tanto quanto as demais crianças?

3) Há preocupação em escutar e compreender a situação de vida, os diferentes jeitos de participar e as diferentes formas de se comunicar e de aprender de todas as crianças?

4) A escola desenvolve atividades que estimulem maior interação e relações de amizade e solidariedade entre seus alunos e alunas para além dos grupinhos de amigos?



4. Reconhecimento do corpo e da estética (beleza) negra

Apesar de mais de 50% dos estudantes brasileiros serem negros (pretos e pardos, segundo critérios do IBGE), grande parte das escolas do país ainda valoriza predominantemente um referencial branco e europeu como único modelo de beleza, de cultura e de conhecimento. Isso está expresso muitas vezes nos cartazes pregados nas paredes das escolas, nas imagens e atividades trabalhadas dentro da sala de aula, nas festas, nos trabalhos de colagem e de desenho. Um outro ponto a ser destacado é que o modelo predominante de educação em nossas escolas divide corpo e mente, elegendo a mente como o espaço da “razão e da inteligência” e fazendo do corpo dos alunos e alunas algo somente a ser “domesticado” e “controlado”. É bom lembrar que um dos valores civilizatórios que os africanos trouxeram para o Brasil foi o de afirmar que nosso corpo é o “templo da vida”, espaço de aprendizagem que sente, pensa, elabora, e que a inteligência se constrói mobilizando vários sentidos (tato, visão, olfato, audição, intuição, movimento etc.). Enxergar as pessoas “por inteiro”, sem a divisão corpo e mente, é um grande desafio da educação brasileira.



- 1) Na sua escola, os estudantes têm acesso a imagens de pessoas negras que não somente as de negros e de negras no tempo da escravização, divulgadas em livros didáticos?
- 2) A escola promove o contato dos estudantes com imagens de pessoas negras com diferentes estéticas e em diferentes lugares sociais?
- 3) Os agentes escolares e professores/as valorizam o cabelo crespo, os penteados e as características físicas e culturais dos/as estudantes negros?
- 4) Os educadores e educadoras promovem ações pedagógicas destinadas a estimular um olhar crítico de seus alunos e alunas com relação à supervalorização de um modelo de beleza (branco, louro, de olhos claros etc.) na sociedade em relação aos demais?
- 5) A escola promove ações pedagógicas que levem à reflexão sobre o significado de produções culturais, tais como capoeira, danças e outros movimentos corporais e intelectuais criados por negros e negras como parte da luta histórica de resistência contra o racismo?
- 6) A escola garante condições para que os alunos e alunas vivenciem experiências de aprendizagem que mobilizem atividades corporais diversas como danças, jogos, culinária, música etc.?



5. Abordagem da indisciplina, sem exclusão

A indisciplina deve ser abordada pela escola como uma questão complexa, relacionada a diferentes fatores vinculados ao mundo da escola, da família e da sociedade. Também é importante considerar que o que é indisciplina e desrespeito em um lugar pode não ser entendido assim em outro. Um bom exemplo disso é a proibição do uso de bonés e de toucas por muitas escolas do país, norma que carece de sentido, desconsidera o universo e a cultura juvenis e é motivo de conflito entre estudantes e educadores.

É importante considerar que, muitas vezes, a quebra e o desrespeito a determinadas normas e regras de convivência escolares podem ser um ato de resistência (reação) a um modelo de escola autoritário, desinteressante ou que não valoriza diferentes histórias, **identidades**, belezas e saberes; um pedido de socorro ou de atenção; uma reação a discriminações, a toda uma condição desigual de vida, à falta de perspectivas positivas, às condições de atendimento escolar (salas cheias, baixa qualidade do ensino, falta de profissionais etc.). O desafio é ir além de colocar a “culpa” nos estudantes e em suas famílias, ou de responsabilizar um professor ou professora por solucionar o problema de forma solitária, e buscar caminhos que permitam contextualizar as situações, construir coletivamente respostas pedagógicas e, conforme o caso, fortalecer a articulação da escola com outras instituições da rede de proteção de crianças e jovens, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, entre elas serviços locais de assistência social, psicologia, saúde, conselhos tutelares etc.

Em linhas gerais, **identidade** é aquilo que caracteriza uma pessoa ou um grupo como alguém ou algo singular, em decorrência de sua experiência de vida, do passado histórico e dos vínculos culturais. Assim, a identidade de uma pessoa pode identificá-la a um grupo, a uma comunidade da qual se sinta parte, bem como lhe permite ser reconhecida por outros como pertencente a um determinado grupo. Stuart Hall⁴ chama atenção para o fato de que cada pessoa assume diferentes identidades, conforme o contexto e os grupos a que pertença. Toda identidade pessoal ou coletiva é construída na relação com outras pessoas e grupos e não se constitui em algo fixo, transformando-se ao longo do tempo. Nesta publicação, abordamos a necessidade de a escola reconhecer e valorizar as identidades dos grupos discriminados pela sociedade (negros, indígenas, homossexuais, mulheres, migrantes, ciganos etc.) e atuar pela superação das desigualdades, ampliando as possibilidades para que as pessoas vivam de forma positiva e de diferentes maneiras suas várias diferenças. No entanto, tal reconhecimento e valorização de identidades coletivas não são válidos para aqueles grupos que pregam o preconceito, o desrespeito, a intolerância e a violência contra as outras pessoas, ferindo os marcos normativos dos Direitos Humanos.

- 1) A escola possui um número máximo de estudantes por sala de aula compatível com as referências nacionais³?
- 2) A escola possui um número de professores suficiente para as turmas, não enfrentando problemas recorrentes de falta ou de rotatividade de professores e de professoras?
- 3) A escola sabe quem são as crianças e adolescentes envolvidos em situações recorrentes de indisciplina e conhece as histórias de vida deles e delas?

3. A Resolução n. 8/2010 do Conselho Nacional de Educação estabelece os seguintes referenciais de número máximo de alunos por turma: 13 para creche, 22 para pré-escola, 24 para as séries iniciais do Ensino Fundamental, 30 para as séries finais do Ensino Fundamental e 30 para o Ensino Médio. Há municípios e Estados que possuem normas próprias, definindo o número máximo de alunos por turma.

4. HALL, Stuart. “Quem precisa de Identidade?”. In: *Identidade e Diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais*. SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org). Petrópolis: Vozes, 2003. Disponível em <http://conflitosociais.files.wordpress.com/2011/02/stuart_hall.pdf>.

4) As normas da escola e as situações de indisciplina são refletidas pedagogicamente em espaço de trabalho coletivo dos educadores(as) para além de se colocar a “culpa” em estudantes ou famílias?

5) Existe diálogo com os familiares de estudantes envolvidos em situações de indisciplina?

6) Os educadores e educadoras que enfrentam situações de indisciplina recorrente contam com o apoio pedagógico da equipe da direção e da coordenação pedagógica, não ficando “sozinhos” diante das situações?

7) A escola integra a rede de proteção da criança e do adolescente da região, formada pelo conselho tutelar, entidades de apoio, posto de saúde local etc.?



6. Construção positiva do pertencimento racial

São vários os obstáculos impostos pelo racismo para o reconhecimento e a valorização do pertencimento racial negro por parte de estudantes, familiares e profissionais de educação. Afirmar “eu sou negro”, “eu sou negra” em uma sociedade que não reconhece e não valoriza devidamente a identidade, a história, a estética negra, não é nada fácil. Mesmo assim, cada vez mais, muitos brasileiros e brasileiras, descendentes de africanos, vêm se declarando pretos e pardos nos censos populacionais. Segundo o IBGE, em 2009, o número de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, ou seja, negras, superou o de pessoas brancas no total da população do país.



Adinkra: FORÇA

É sempre importante ressaltar que a construção de uma autoestima positiva não é resultado somente de empenho individual, mas fruto da relação com outras pessoas e de como a sociedade enxerga os diferentes grupos humanos. A escola tem um papel fundamental ao valorizar os grupos historicamente discriminados para o conjunto da comunidade escolar e criar condições para que todas as pessoas reconheçam seu pertencimento racial e o dos outros como experiência positiva.

- 1) Nas atividades escolares (com desenhos, músicas, brincadeiras, textos etc.), a cor preta é valorizada tanto quanto as outras cores, não sendo citada como sinônimo de sujeira, maldade e outras coisas ruins?
- 2) A escola coíbe (não aceita) brincadeiras, histórias, músicas infantis e outras que desvalorizam a população negra, bem como qualquer outro segmento da população brasileira?
- 3) Na escola, quando se afirma que uma pessoa é negra, a afirmação é feita de forma positiva e digna?
- 4) As alunas e alunos da escola têm oportunidade de construir uma imagem positiva do povo negro na história brasileira, superando a visão de passividade difundida pela história oficial e mostrando as muitas formas de resistência ao longo dos séculos?
- 5) Em sua escola, discute-se com estudantes, profissionais de educação e familiares o significado do **pertencimento racial** no Brasil?
- 6) Os/As agentes escolares que trabalham na secretaria da escola passaram por alguma formação ou discussão coletiva sobre a importância e o significado do preenchimento do **quesito cor/raça** na matrícula dos alunos e alunas junto com as famílias?

Pertencimento racial é o sentimento de se reconhecer e se sentir pertencendo a um grupo que compartilha histórias, culturas e experiências (inclusive de discriminação social) em função de apresentar características físicas comuns (cor da pele, cabelo etc.). Segundo Andrade (2006, p. 47)⁵, o pertencimento racial para a população negra significa “o sentimento de pertença dos negros ao mundo africano, de maneira que o seu sentimento de pertença seja motivo de engajamento na luta por respeito e dignidade, prejudicados pelas construções de ideologias que lhe negam sua História, suas culturas e identidades”.

O **quesito cor/raça** foi incluído no questionário do Censo Escolar a partir de 2005. Dessa forma, todos os estudantes brasileiros acima de 16 anos passaram a autodeclarar sua cor/raça segundo categorias utilizadas pelo IBGE para caracterizar a população brasileira (preto, pardo, branco, amarelo e indígena). Para estudantes com menos de 16 anos, a classificação junto às escolas é de responsabilidade das famílias. O **quesito cor/raça** veio contribuir para tornar mais visível as desigualdades raciais na educação do país e, dessa forma, subsidiar ações e políticas de governo que enfrentem o problema. Ele vem sendo implementado em outras políticas públicas, como as da saúde.

5. ANDRADE, Paulo Sérgio de. *Pertencimento étnico-racial e ensino de História*. 2006. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

7. Valorização das meninas e mulheres negras

Sexismo é um conjunto de crenças, valores e práticas que defende a superioridade de pessoas de um determinado sexo (geralmente do homem em relação à mulher) ou identidade sexual (em geral a heterossexual em relação à homossexual, bissexual etc.) com relação às demais. O sexismo contra as mulheres é chamado também de machismo.

Entre a população brasileira, as meninas e mulheres negras enfrentam muitas barreiras sociais para alcançar melhores condições de vida, conforme mostram estatísticas oficiais. Nas últimas décadas, apesar do grande investimento feito por elas na educação, as oportunidades de trabalho e de renda não acompanharam esse avanço. Ainda hoje permanecem profundas desigualdades entre as mulheres negras e as brancas e entre mulheres negras e homens brancos, decorrentes da associação do racismo com o **sexismo**. Além disso, consideram-se também como agravantes desse cenário desfavorável vivenciado pelas mulheres e meninas negras a desqualificação cotidiana de sua estética e beleza, a erotização precoce (que tenta transformá-las em objetos sexuais), a falta de divulgação de imagens e de referências positivas pela sociedade, a baixa expectativa por parte de determinados profissionais de educação, além de dificuldades enfrentadas, grande parte delas no cotidiano familiar.

- 1) Em sala de aula, as professoras e os professores estimulam, valorizam e dão atenção às meninas e adolescentes negras tanto quanto às demais meninas e adolescentes?
- 2) Em sala de aula e no todo da escola, há imagens e ações pedagógicas que valorizem a estética/beleza das meninas e mulheres negras?
- 3) Na escola, em caso de discriminação por meio de apelidos pejorativos, piadas e xingamentos ou de assédio/abuso sexual contra meninas e mulheres de diferentes pertencimentos raciais (estudantes, profissionais de educação e familiares), as meninas e mulheres têm para quem recorrer a fim de que haja uma intervenção concreta e rápida na situação?
- 4) A escola valoriza o trabalho, a opinião e a estética das mulheres e meninas negras, sejam elas profissionais de educação, familiares ou estudantes da unidade escolar?
- 5) Estimulam-se todas as meninas a se aventurarem no mundo da matemática e das ciências, superando-se a visão de muitos educadores de que essas são “áreas de homens”⁶?

6. Segundo o Informe Brasil – Gênero e Educação (Ação Educativa, 2011), apesar de ser uma realidade em mudança, o desempenho diferenciado de meninos e meninas em matemática e linguagem ainda é uma realidade no Brasil e no mundo. Em testes padronizados, as meninas geralmente obtêm melhor desempenho em linguagem e os meninos em matemática. Isso também está refletido no mercado de trabalho, no qual as mulheres ainda se concentram em profissões vinculadas às áreas do cuidado (saúde, educação, assistência social etc.), e os homens constituem a maioria em áreas vinculadas a exatas e tecnologias. A transformação dessa realidade exige ações que vão da Educação Infantil ao Ensino Superior, ampliando e diversificando de forma pedagógica as possibilidades de presente e futuro de meninos e meninas para além do que é considerado “coisas de mulher e coisas de homem”. Meninas e meninos têm o direito a serem estimulados a explorar todas as potencialidades do conhecimento e da aprendizagem.

6) Os educadores (professores/as e agentes escolares) intervêm em brincadeiras que estimulam a **erotização precoce** das meninas, colocando-as como objetos sexuais?

7) São apresentadas na escola mulheres negras exercendo diferentes profissões e com diferentes atuações na sociedade?

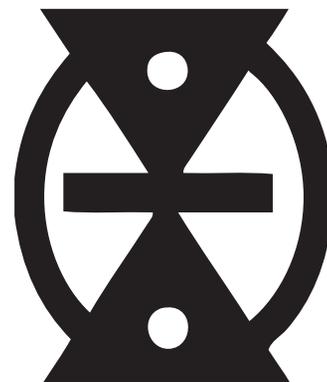
Erotização precoce consiste em tratar as crianças como objetos sexuais a partir da perspectiva da sexualidade adulta. Muitas vezes, a erotização precoce de crianças é utilizada pelos meios de comunicação como forma de estimular a venda e o consumo de determinados produtos pela população. É fundamental que a escola tenha uma visão crítica sobre a erotização precoce das crianças sem, no entanto, confundi-la com o necessário reconhecimento da sexualidade infantil. A sexualidade é uma dimensão da vida humana presente desde os bebês e que se desenvolve de diferentes maneiras entre crianças e adolescentes. É necessário que a escola busque informações e orientações adequadas para garantir o direito à educação em sexualidade para seus alunos e alunas.



Empty box for notes or reflections, indicated by a pencil icon at the top left.

8. Democratização do acesso aos lugares de poder

É fundamental refletir criticamente sobre os lugares de poder ocupados por pessoas negras e brancas na sociedade. Onde estão as crianças, jovens e adultos negros em nossa escola e na sala de aula? Onde estão os profissionais negros na nossa escola? Muitas vezes, em decorrência do racismo, consideram-se naturais comportamentos e situações que reafirmam a supremacia branca, em desvantagem de negros e de outros grupos étnico-raciais. Atuar nessa realidade, buscando garantir condições efetivas para que pessoas negras e dos demais grupos discriminados socialmente acessem outros lugares de poder na escola e na sociedade é um ponto fundamental de uma estratégia de educação e de transformação comprometida com a democratização efetiva das relações sociais.



Adinkra: MUDANÇA

- 1) Em sua escola, estudantes, profissionais de educação e familiares negros têm oportunidade de exercer liderança, representação de grupos (em conselhos escolares, comissões, grêmios etc.) ou ocupar posições de evidência junto aos colegas?
- 2) Nas festas das escolas, as crianças negras são valorizadas e participam tanto quanto as outras crianças?
- 3) Existem professores/as negros/as em sua escola?
- 4) Existem outros/as profissionais de educação negros/as em sua escola?
- 5) Em brincadeiras e jogos coletivos e no trabalho em grupo, dentro e fora da sala de aula, as crianças negras são acolhidas, respeitadas e valorizadas pelos colegas?
- 6) Em suas atividades pedagógicas, a escola aborda a vida de pessoas negras que foram e são fundamentais em seu cotidiano, na comunidade, na história e na sociedade em geral, para além das pessoas negras que se destacaram ou se destacam no futebol e na música brasileiros?
- 7) Se sua escola integra a rede particular de ensino, possui alguma política de **ação afirmativa** de promoção da diversidade que estimule a contratação de professores negros e professoras negras e o acesso, a permanência e o sucesso de estudantes negros na instituição?

▪ A política de **ação afirmativa** é uma forma que alguns países encontraram para enfrentar as desigualdades existentes em suas sociedades e garantir mais condições de acesso a recursos, conhecimentos, oportunidades e poder aos grupos discriminados. Um dos mecanismos de ação afirmativa são as cotas, ou seja, a reserva de vagas. No Brasil, existem cotas para candidaturas de mulheres nas eleições, para pessoas com deficiências físicas no mercado de trabalho, para negros e negras, indígenas e estudantes de escolas públicas acessarem as universidades, para obtenção de crédito por agricultoras e agricultores familiares etc. Em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a constitucionalidade das cotas com recorte de renda e raça. Atualmente, mais de cem universidades do país possuem programas de ação afirmativa. Quanto ao desempenho de estudantes cotistas nessas universidades, pesquisas apontam que ele é – em média – igual ou superior ao dos estudantes não cotistas. Ver mais informações no site <www.stf.jus.br>.

9. Superação da intolerância religiosa e a garantia de uma educação laica

A **intolerância religiosa** é uma realidade em muitas escolas brasileiras, principalmente contra estudantes, familiares e profissionais de educação adeptos de religiões de matriz africana, como o candomblé, a umbanda, entre outras. Historicamente, por causa do racismo existente no Brasil, as religiões de matriz africana foram e ainda são desrespeitadas, desqualificadas e fortemente reprimidas. Essas religiões têm sido, ao longo dos séculos, espaços de resistência da cultura e da história do povo negro no país. São religiões ancoradas na valorização da **ancestralidade**, das forças da natureza e de um profundo respeito à vida. Infelizmente, determinados familiares e profissionais de educação, que usam o seu fazer profissional para promover determinadas crenças religiosas, têm utilizado o espaço da escola para propagar preconceitos e discriminações contra adeptos dessas religiões. Este quadro leva, muitas vezes, estudantes vinculados às religiões de matriz africana a negarem seu credo, a sofrerem profundamente com a discriminação e a violência cotidianas, a terem o desempenho escolar e a construção de sua autoestima prejudicada e, até mesmo, a abandonarem a escola. É importante lembrar que, segundo a legislação brasileira, a escola pública brasileira é laica, ou seja, não é vinculada a nenhuma religião, devendo garantir o direito humano à liberdade religiosa.

→ A **intolerância religiosa** se caracteriza pela não aceitação de outras religiões diferentes daquela que a pessoa professa. A pessoa intolerante, além de não respeitar, muitas vezes apresenta atitudes de discriminação e até de perseguição contra pessoas de outras religiões.

→ **Ancestralidade** nas culturas africanas constitui um conceito bastante complexo e profundo que – de forma simplificada – significa o vínculo de todos nós com o ciclo da vida, com todos aqueles e aquelas que nos antecederam e com os valores fundamentais que eles e elas deixaram para nós.

- 1) A escola reconhece que existem diferentes religiões em sua comunidade escolar e que há pessoas que não professam nenhuma religião?
- 2) Na escola, estudantes, profissionais de educação e familiares vinculados a religiões de matriz africana (umbanda, candomblé etc.) são respeitados, mesmo quando utilizam adereços religiosos (colares, turbantes etc.)?
- 3) Na escola pública, não se permite que o horário escolar seja utilizado para a realização de orações e rituais de determinadas religiões?
- 4) Em sua escola, utilizam-se sem restrições atividades e materiais pedagógicos, como livros, músicas e materiais visuais, que abordam a mitologia, a cultura e a história afro-brasileira, como base para a implementação da LDB alterada pela Lei n. 10.639, de 2003?
- 5) Em sua escola, independente das crenças religiosas presentes na comunidade escolar, é garantido aos estudantes o direito à educação sobre direitos sexuais e reprodutivos⁷ como parte do currículo escolar?

7. Algumas escolas no país enfrentam a resistência de grupos conservadores à abordagem de conteúdos sobre educação em sexualidade como parte do currículo escolar. A educação em sexualidade está prevista em normas e na legislação educacional brasileira bem como em documentos internacionais, dos quais o Brasil é signatário, como a Declaração Ministerial Prevenir com Educação, assinada em 2008 pelos governos latino-americanos no México. Disponível em: <<http://www.censida.salud.gob.mx/descargas/pdfs/declaracion.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2013.

6) Em caso de discriminação religiosa em sala de aula, no pátio e em outros espaços da escola, os profissionais de educação intervêm na situação para dar limite e refletir coletivamente com a turma as causas do problema?

7) Há procedimentos na escola de escuta, registro e encaminhamento de denúncias de discriminações contra alunos, profissionais de educação e familiares por razões religiosas?



Adinkra: FORÇA





2



Adinkra: PAZ

DIMENSÃO 2:

Currículos e proposta político-pedagógica

Os currículos e as propostas político-pedagógicas (PPP) das escolas têm merecido cada vez mais atenção por parte de todos aqueles e aquelas que atuam por uma educação antirracista e que valorizem efetivamente a diversidade na sociedade e na escola. De modo geral, o currículo define os temas, os conteúdos e as questões que serão abordados pela escola. A proposta político-pedagógica trata de como tudo isso será trabalhado junto com os alunos e pelo conjunto da escola para gerar aprendizagens importantes, que façam sentido na vida das pessoas.

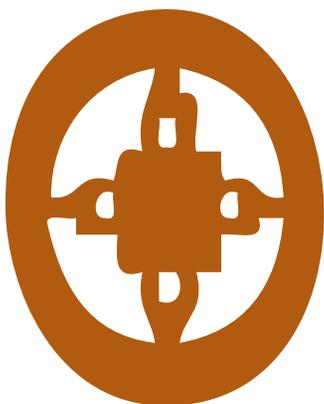
Há uma crítica de que a ideia de currículo, presente na maioria das escolas, é conteudística (ou seja, estimula somente que os alunos memorizem conteúdos, muitas vezes sem saber o porquê), sendo centrada em uma visão eurocêntrica de mundo (ou seja, acha que tudo que vem de países da Europa e também dos Estados Unidos é sempre mais importante do que o que vem dos demais). O resultado disso é grande parte das culturas humanas ser pouco reconhecida ou, quando muito, tratada como algo exótico, estranho, fora do “normal”. As professoras e os professores têm de estar atentos para que o currículo não alimente desigualdades nem discriminações raciais e sociais.

Por outro lado, a proposta político-pedagógica – que é a maneira como a escola vai trabalhar o currículo com os alunos e alunas – muitas vezes é elaborada sem considerar a diversidade social e racial presente nas escolas, contribuindo para inferiorizar uma grande parte da comunidade escolar.

Do ponto de vista de uma educação para a igualdade racial, é urgente superar a ideia de currículo compreendido apenas como um conjunto de disciplinas e conteúdos, que não considera as histórias e as necessidades cotidianas vividas pelas pessoas em suas comunidades, e que sustenta racismos e práticas discriminatórias por meio de silêncios, omissões ou mesmo de forma explícita. É necessário também superar a ideia de proposta pedagógica que não dialoga com a realidade da sociedade brasileira e nem faz sentido para a comunidade na qual a escola está inserida.

Tal concepção de currículo e de proposta pedagógica que nega a diversidade tem consequências danosas para a comunidade escolar, em especial para aqueles que trazem nos corpos e nos modos de ser o traço de suas diferenças, como as pessoas indígenas, migrantes, imigrantes, deficientes, lésbicas, gays, bissexuais, **travestis**, **transexuais** e **transgêneros**, e, em especial, homens e mulheres negra(o)s.

▪ O Supremo Tribunal Federal (STF) em decisão de 2011 sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade 4277 e Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental 132 reconheceu juridicamente o direito à diversidade sexual no Brasil. Entre as diferentes identidades sexuais, constam: 1) **travestis** - pessoas que se identificam com a imagem e o estilo feminino, apropriando-se de roupas e adereços de sua estética, realizando com frequência a transformação de seus corpos, quer por meio da ingestão de hormônios, quer através da aplicação de silicone industrial e das cirurgias de correção estética e de próteses; 2) **transexuais** são pessoas com demandas de cirurgia de mudança de sexo e de identidade civil, demandas que não são encontradas nas reivindicações das travestis. 3) **transgêneros** são aqueles e aquelas que se caracterizam esteticamente por orientação do gênero oposto, não se mantendo o tempo todo nessa caracterização, como fazem travestis e transexuais. Como exemplos desses últimos, podemos elencar os transformistas, as *drag queens*, os *drag kings* etc. (JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org.). *Diversidade sexual na educação*. Brasília, Ministério da Educação/Unesco, 2009)



Adinkra: INTELIgÊNCIA

Para mudar esse jogo perverso, é necessário considerar outra visão de currículo e de proposta político-pedagógica. É fundamental um “currículo cheio de vida” e uma proposta pedagógica que nasça do diálogo com a comunidade, permitindo a todos aprenderem a olhar a realidade a partir de diferentes perspectivas, promovendo valores, atitudes e comportamentos de respeito mútuo.

O desafio da reeducação das relações étnico-raciais é pensar currículo e proposta político-pedagógica em sentido amplo, compreendendo que o processo de ensino-aprendizagem se dá todos os dias na prática, materializado no jeito de fazer e na garantia ao direito à memória, à história e a conhecimentos significativos para negros e brancos e para outros grupos sociais.

Daí a importância de compreender que o enfrentamento do racismo, do sexismo, da homofobia e de outras tantas discriminações não se dá em um passe de mágica. Trata-se de enfrentar mais de quinhentos anos de história. Para isso, é preciso compreender as resistências e os processos de luta por direitos, protagonizados por tantos movimentos sociais ao longo da história do país, entre eles, os movimentos negros.

1. Conhecimento de leis e documentos oficiais sobre educação e relações raciais

Sabemos que muitas leis e propostas inovadoras levam um bom tempo para se tornarem conhecidas nas escolas. Muitas vezes, as equipes pedagógicas e as comunidades escolares já ouviram falar alguma coisa de “determinada lei ou norma”, mas desconhecem seus conteúdos e o porquê de terem sido criadas. Diante da tarefa de se efetivar a reeducação das relações raciais, um dos primeiros passos é conhecer “pra valer” os conteúdos das leis que orientam os sistemas de ensino, em especial, a LDB, alterada pela Lei n. 10.639/03, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e seu Parecer, além do Plano Nacional de Implementação da Lei n. 10.639/2003. É necessário também conhecer e refletir coletivamente sobre qual o histórico dessas leis e documentos e quais são suas implicações para a vida escolar, visando construir uma ação mais efetiva no cotidiano.

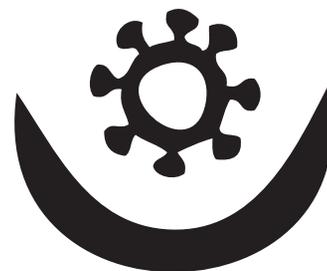
1) Na escola, todas as professoras e professores, bem como a direção e coordenação pedagógica, sabem da existência da LDB, alterada pela Lei n. 10.639/2003, e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana?

- 2) Na escola, todas as professoras e professores, bem como a direção e coordenação pedagógica, já analisaram detalhadamente e discutiram esses documentos?
- 3) Na escola, os demais profissionais da educação – merendeiras, secretários/as, agentes escolares – conhecem e já puderam discutir sobre a existência e o conteúdo desses documentos?
- 4) Na escola, os alunos e alunas, bem como seus familiares, conhecem e já puderam discutir sobre a existência e o conteúdo desses documentos?
- 5) A escola já analisou se sua proposta político-pedagógica e seu regimento interno estão sintonizados com o cumprimento da Lei n. 10.639/2003 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana?
- 6) A escola mantém a prática de rever e rediscutir coletivamente a Proposta Política Pedagógica da escola, buscando analisar avanços e desafios no que se refere à implementação da Lei n. 10.639/2003?



2. Organização da proposta político-pedagógica (PPP)

Uma proposta político-pedagógica comprometida com uma educação antirracista e não discriminatória foge da ideia de ser um instrumento burocrático, pronto e acabado. Longe disso, está sempre em movimento, envolvendo questionamentos, mudanças e novas propostas que nascem conforme a realidade da escola e da sociedade. Ao retratar a “cara” da escola, passa a ser uma construção assumida coletivamente, mobilizando opiniões e conhecimentos de todos os profissionais da educação ao lado de estudantes e familiares. Vai muito além do que diz o papel e não se reduz ao trabalho de uma semana ou um mês, mas é processo permanente, no qual todos aprendem a reeducação das relações étnico-raciais no dia a dia.



Adinkra: HARMONIA

1) Quando discute a proposta político-pedagógica, a escola se dedica a traçar um perfil da comunidade escolar e incentiva que as pessoas contem suas histórias, tragam suas memórias e vivências, garantindo um lugar de respeito, acolhimento e valorização de todos e todas?

2) Quando discute a proposta político-pedagógica, a escola busca formas de garantir a participação de toda a comunidade escolar no diálogo, inclusive organizações não governamentais ligadas aos movimentos negros?

3) Caso a temática étnico-racial conste no PPP, ela é cumprida nas atividades pedagógicas cotidianas?

4) A proposta político-pedagógica explícita, por escrito, o compromisso com a educação antirracista na escola?

5) No **regimento interno** da escola, há regras negociadas de postura e comportamentos diante de situações de racismo (sutis e explícitas) como forma de educação para a igualdade racial?

6) A escola busca sustentar as propostas aprovadas coletivamente e, para isso, organiza estratégias para que elas “peguem raízes”, tais como a constituição de um grupo que acompanhe o processo de disseminação de práticas antirracistas?

7) A escola promove ao longo do ano encontros de formação para que os segmentos da comunidade escolar compreendam os diferentes papéis e tarefas para a promoção de uma educação antirracista e antidiscriminatória, tomando-a como uma tarefa coletiva?

→ O **regimento interno** da escola é um documento que estabelece a organização, as responsabilidades de cada segmento (direção, coordenação pedagógica, professores, outros profissionais de educação, familiares e estudantes), as relações entre eles, o processo de tomada de decisão e as formas de funcionamento para que a escola consiga cumprir o seu projeto político-pedagógico. Toda escola deve ter um regimento interno, elaborado pelo Conselho Escolar, em diálogo com a comunidade da escola.

3. Garantia de espaço para planejamento coletivo

A partir da promulgação da Lei n. 10.639/2003, que alterou a LDB, aumentou o número de iniciativas voltadas com a promoção da igualdade racial nas escolas. Embora isso seja uma realidade, sabe-se também que, lamentavelmente, muitas dessas iniciativas acontecem de forma isolada ou esporádica, assumidas por uma professora ou professor ou por um pequeno grupo de educadores. Para que o quadro seja alterado e tais projetos sejam permanentes e ganhem raízes no cotidiano e no projeto político-pedagógico da escola, são necessários planejamento coletivo, troca de ideias e acompanhamento das ações. Trata-se de um trabalho permanente, que mobilize toda a comunidade escolar, como prevê a Resolução CNE/CP n. 1/2004: “a construção de estratégias educacionais que visem o combate ao racismo é uma tarefa de todos os educadores, independentemente do seu pertencimento étnico-racial.”.

- 1) A escola organiza reuniões e estratégias para que todos os outros profissionais da educação – secretários/as, porteiros/as, merendeiras e outros agentes escolares – possam participar das reuniões de planejamento?
- 2) As reuniões de planejamento têm espaços para que cursos e palestras das quais determinados professores participam possam ser compartilhados com os demais, garantindo o registro e a discussão de possíveis desdobramentos na escola?
- 3) A coordenação pedagógica e os professores e professoras organizam e participam de reuniões que contribuam para a construção, reflexão e acompanhamento de planos de aula que implementem a LDB alterada pela Lei n. 10.639/2003 em sala de aula?
- 4) Nos momentos de planejamento, a coordenação pedagógica e os professores e professoras discutem orientações coletivas para enfrentar o racismo e as discriminações dentro e fora da sala de aula?
- 5) A direção da escola e a coordenação pedagógica garantem as condições necessárias para a realização de projetos como organização especial de horários de aula, visitas externas, recursos humanos e financeiros e infraestrutura adequada?
- 6) Nas reuniões coletivas, as professoras e os professores são estimulados a trazer suas vivências e experiências de vida para o coletivo – relatos, fotografias, diários e outros –, inclusive para reelaborar conceitos importantes para a temática das relações étnico-raciais em sociedade?



4. Inserção e abordagem de conteúdos sobre história e cultura africana e afro-brasileira

Um dos aspectos fundamentais para a implementação da Lei n. 10.639/03 diz respeito à necessidade de lançar novos olhares e possibilidades sobre muitos dos conteúdos que são tradicionalmente trabalhados na escola. Para isso é necessário que na construção da proposta político-pedagógica seja estimulada a capacidade de pesquisa dos educadores e educadoras e garantido espaço para a discussão coletiva e a elaboração de projetos nos quais a história e a cultura africanas e afro-brasileiras sejam abordadas de modo inovador, crítico e positivo, tanto por cada disciplina como de forma interdisciplinar, contribuindo, por exemplo, para superar velhas visões sobre a África e de processos como a escravização no Brasil. Na maioria das escolas do país, ainda predomina uma visão da escravização que reforça a ideia de passividade da população negra e que não aborda as muitas e diferentes formas de resistência criadas e recriadas pelo povo negro ao longo da história brasileira – uma visão que ainda não aborda o papel ativo do povo negro na construção do país ou, quando muito, se restringe a falar da culinária e de algumas “manifestações culturais”.

- 1) As disciplinas de História, Língua Portuguesa e Artes estão organizadas para tratar os conteúdos voltados para história e cultura africanas e afro-brasileiras de forma crítica, valorizando diferenças, conhecimentos, resistências, e indo além de uma abordagem tradicional da escravização?**
- 2) Todas as disciplinas buscam aproximar seus objetivos específicos com o que foi previsto na Lei n. 10.639/2003 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana?**
- 3) Ao olhar cada disciplina e seus conteúdos, os professores usam em sala de aula materiais adequados (mapas, jogos, filmes, livros etc.), estimulando novas visões sobre**

a cultura africana e afro-brasileira, e revelando, inclusive, os conhecimentos africanos e afro-brasileiros com relação à matemática e às ciências, por exemplo, o que atualmente vem sendo discutido pela **etnomatemática**?

4) Na escola, articulado ao projeto político-pedagógico, há um esforço para a construção de um campo interdisciplinar que possa colocar em diálogo diversas áreas do conhecimento com foco na reeducação das Relações Étnico-raciais?

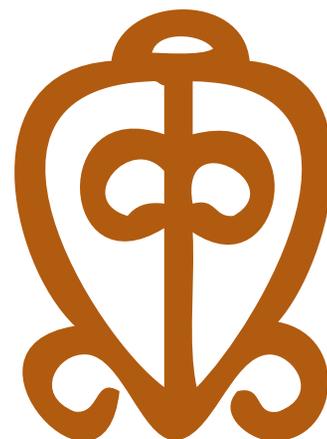


A **etnomatemática** nasceu na década de 1970 como fruto das críticas feitas ao ensino tradicional da matemática nas escolas, que entendia que havia apenas um jeito de se pensar a matemática. A etnomatemática estuda as várias formas de conhecimento matemático construídas por diferentes povos, culturas e grupos de determinada população. Na etnomatemática, o continente africano ocupa um lugar de destaque por ser a origem de vários conhecimentos matemáticos assumidos pela cultura ocidental. A etnomatemática estuda, por exemplo, os conhecimentos matemáticos dos povos africanos, dos povos indígenas, das famílias camponesas, de pedreiros, feirantes, meninos de rua, artesãos, pais e mães de santo, além de muitos outros povos e grupos humanos. Mais informações no site <www.etnomatematica.org>.

5. A sala de aula como lugar estratégico para uma educação antirracista

Assumir o compromisso de sustentar uma educação antirracista requer que a escola aprenda a dialogar com a diversidade presente dentro e fora da sala de aula, reconhecendo cada pessoa como alguém que tem história, necessidades e desejos. A atuação em sala de aula passa a exigir um trabalho bem mais complexo e instigante ao se levar em conta os diferentes modos de ser das pessoas que estão nela, o que implica desenvolver ações que ofereçam possibilidades de valorização de todos e de estreitamento de convivência, de participação coletiva, de debates e questionamentos

Considerando o previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, bem mais do que a inclusão de novos conteúdos, é necessário repensar as relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas; os procedimentos de ensino; as condições oferecidas para aprendizagem; os objetivos da educação oferecida pelas escolas. As aulas devem corresponder às necessidades e aos interesses dos diferentes educandos, sem excluir parte deles, como tem sistematicamente acontecido com muitos alunos e alunas negros.



Adinkra: PODER DO AMOR

- 
- 1) Na sala de aula, os estudantes são organizados em grupo de forma que possam interagir e conviver melhor durante as atividades?
 - 2) Nas salas de aula, e na escola como um todo, estão visíveis cartazes, faixas, painéis e murais que visem afirmar a diversidade étnico-racial de nosso país?
 - 3) Nas salas de aula, são discutidas regras de postura e comportamentos diante de situações de racismo (sutis e explícitas) como forma de educação para as relações étnicorraciais?
 - 4) Os/as professores/as consideram experiências, acúmulos e reações dos alunos e alunas para planejar as aulas?
 - 5) As aulas contam com atividades externas e palestrantes convidados para tratar da temática sobre relações raciais?
 - 6) Todas as disciplinas estão comprometidas na divulgação de eventos e datas de celebração ou comemorativas, e revelam a existência de cientistas africanos e afro-brasileiros, bem como de outras personalidades negras importantes para o conhecimento humano?







3



Adinkra: UNIDADE NA DIVERSIDADE

DIMENSÃO 3

Recursos didático-pedagógicos

Os recursos didático-pedagógicos, ou seja, os materiais que são utilizados em atividades educativas, como livros, jogos, brinquedos, filmes e músicas, bem como as **práticas pedagógicas** que envolvem brincadeiras e histórias orais, ocupam lugar central nas estratégias para a construção de uma educação das relações raciais no cotidiano da escola. Afinal, as artes (a literatura, o teatro, o cinema, a música, a dança, as artes plásticas etc.) e o mundo das brincadeiras trazem à tona a maneira de nos relacionarmos com a própria vida, alimentando a criatividade e a imaginação, promovendo valores e mostrando com mais nitidez os medos, os conflitos e as tensões vividas em sociedade.

Muitas vezes, as escolas acham que os livros e outros recursos didáticos pedagógicos são “neutros” no que se trata das relações raciais e de outras desigualdades existentes na sociedade. É necessário afinar o olhar crítico para com as obras, mesmo aquelas de autores e autoras consagrados e famosos¹, e discutir o contexto das relações raciais nas quais foram elaboradas e a maneira como a população negra é retratada. A reflexão sobre tais obras, quando desenvolvida em sala de aula, deve ser usada para questionar o racismo e as relações desiguais de poder em nossa sociedade e estimular a ação de todos a favor da transformação de uma realidade injusta.

Apesar dos avanços gerados pela avaliação dos livros didáticos pelo Programa Nacional do Livro Didático, do Ministério da Educação, no sentido de excluir livros que promovam preconceitos e ataquem a cidadania, ainda chegam muitos materiais à escola que colocam as pessoas brancas como as únicas representantes da espécie humana. Muitas obras continuam a inferiorizar pessoas negras, a tornar invisíveis suas lutas históricas e a restringir sua presença a lugares sociais de pouco reconhecimento ou à posição secundária de **coadjuvantes** de pessoas brancas.

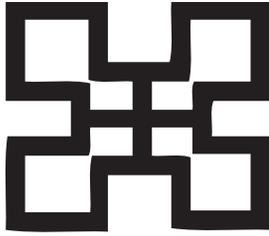
Por outro lado, cresce o número de materiais didático-pedagógicos capazes de apoiar estratégias de uma educação antirracista, tais como filmes, jogos, livros, músicas e brinquedos. É importante considerar também que não basta a existência desses materiais na escola, muitas vezes “condenados a uma gaveta ou armário fechado”, mas o uso efetivo deles pela comunidade escolar. Nesse sentido, é fundamental desenvolver ações concretas que fortaleçam os acervos das bibliotecas e as salas de leitura, a divulgação e a circulação de materiais e o uso deles dentro e fora de sala de aula.

1. Como exemplo da necessária contextualização de obras de autores consagrados pela literatura, apontamos a importância do Parecer n. 15, de 2010, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE), de autoria da professora Nilma Lino Gomes, que trata das obras do escritor Monteiro Lobato. Mais informações no site <<http://portal.mec.gov.br>>.

■ **Práticas pedagógicas** são as formas como as educadoras e os educadores organizam e desenvolvem as atividades destinadas a promover a aprendizagem de crianças, jovens e adultos.

Em uma novela de televisão, em um filme ou em uma peça de teatro, o **coadjuvante** é o ator ou a atriz que nunca desempenha o papel principal da história e se restringe a ajudar ou apoiar o/a personagem de destaque.

Diversidade significa reconhecer a variedade e as muitas diferenças entre aqueles e aquelas que fazem parte de um coletivo, grupo, comunidade, população etc.



Adinkra: QUALIDADE, EXCELÊNCIA,
GENUINIDADE, AUTENTICIDADE

1. Existência de recursos didático-pedagógicos na escola

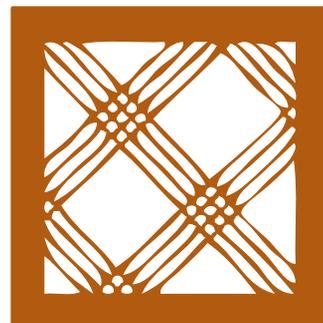
Muitas vezes, a escola desconhece os materiais (livros, jogos, brinquedos, filmes e músicas) existentes na própria instituição que podem ser utilizados para fins educativos. Saber o que existe no acervo e identificar seu potencial e seus limites com relação às questões raciais e a outras temáticas importantes para a escola é um primeiro passo importante a ser dado pela equipe pedagógica. Outro importante passo é analisar criticamente os materiais que já vêm sendo utilizados em sala de aula.

- 1) Na escola, existem livros didáticos que tratem positivamente a questão racial, destacando personagens negros e brancos em situações de igualdade e de sucesso?
- 2) Na escola, existem brinquedos e jogos que contribuam para a educação das relações raciais no cotidiano?
- 3) Na escola, existem livros, CDs, DVDs e outros materiais que tragam referências sobre a cultura africana e afro-brasileira?
- 4) Na escola, estimulam-se brincadeiras e o uso de livros, jogos e materiais audiovisuais que questionam os **estereótipos** do que “é ser menino” e o que “é ser menina”?
- 5) A escola busca junto à comunidade de seu bairro, região ou cidade materiais, histórias e depoimentos de pessoas que possam ser utilizados no trabalho pedagógico sobre relações raciais?
- 6) Na escola, existem jornais e informativos sobre ações dos movimentos negros e outros comprometidos com a questão racial?

▪ **Estereótipo** é uma ideia, uma opinião, uma imagem que temos de pessoas, situações ou coisas antes mesmo de conhecê-las e de nos relacionarmos com elas. Geralmente, os estereótipos fixam a ideia de que existem padrões de comportamento (menino é assim, menina é desse jeito, pessoa negra faz isso etc.) e estão na base de muitos preconceitos, limitando nossa capacidade de enxergar e dialogar com as pessoas em suas muitas diferenças.

2. Usos dos recursos didático-pedagógicos na comunidade escolar

Há escolas que contam com um bom acervo de materiais referentes a relações raciais – entre outras questões –, mas que não é posto em uso pela maioria do professorado e muito menos por estudantes. Fazer com que a escola se aproprie efetivamente de seus materiais é uma decisão que deve mobilizar diversas e criativas estratégias de estímulo ao uso em projetos, pesquisas, eventos etc., por parte de professores e alunos, com envolvimento também de outros integrantes da comunidade escolar. O uso ainda deve ser buscado na abordagem das diversas disciplinas escolares (humanas, biológicas e exatas) e de projetos interdisciplinares, como previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.



Adinkra: PRECISÃO,
HABILIDADE

- 1) Na escola, há materiais com foco em questões africanas e afro-brasileiras que são utilizados pelos professores e professoras?
- 2) Na escola, os materiais com foco em questões africanas e afro-brasileiras são utilizados em todas as disciplinas de humanas (Língua Portuguesa, História, Geografia, Artes etc.)?
- 3) Na escola, os materiais com foco em questões africanas e afro-brasileiras são utilizados nas disciplinas de exatas e biológicas?
- 4) Os estudantes têm acesso a bibliotecas, salas de leitura ou atividades pedagógicas que permitam que livros e outros materiais (brinquedos, jogos, CDs etc.) sejam levados para a casa?
- 5) Na escola, há registro de projetos (disciplinares ou interdisciplinares) e de outros trabalhos pedagógicos que já utilizaram ou utilizam os materiais existentes na escola?
- 6) Na escola, todos os livros – mesmo os de autoras e autores consagrados na literatura – são abordados de maneira contextualizada (considerando a realidade histórica em que a obra foi desenvolvida) e crítica com relação a conteúdos racistas e de outras discriminações sociais?
- 7) Na escola, utilizam-se materiais que abordem culturas e histórias africanas e afro-brasileiras junto à comunidade escolar?



Adinkra: SABEDORIA,
INTELIGENCIA, PACIÊNCIA

3. Organização e circulação dos recursos na escola

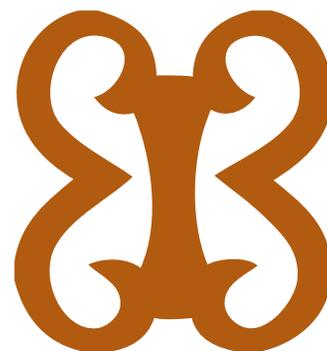
Para que os materiais sejam apropriados pela comunidade escolar, é fundamental organizá-los e dispô-los de forma a torná-los acessíveis e atraentes para todas as pessoas de todas as idades, considerando também aquelas com deficiências. É importante desenvolver ações que possibilitem aos materiais “saírem” de caixas, gavetas e estantes, e circularem por salas de aula, pátios e até pelas casas de alunos, sempre associando tais ações à criação de procedimentos de empréstimo, ao estímulo ao cuidado e à corresponsabilidade pela preservação e segurança dos materiais como bens coletivos da escola.

- 1) Na escola, os materiais de leitura, jogos e audiovisuais estão acessíveis para pessoas de todas as idades e com deficiências, e também para os que estudam em diferentes turnos (manhã, tarde e noite)?
- 2) A escola conta com projetos de estímulo à leitura?
- 3) Na escola, há espaço e equipamentos adequados para uso dos recursos audiovisuais?
- 4) Na escola, há materiais de leitura, jogos e audiovisuais em quantidade suficiente para circular pelas salas de aula?
- 5) Há pessoas preparadas para facilitar/mediar o acesso e o uso do acervo de materiais?
- 6) A escola cria e aproveita todas as oportunidades para expor os materiais, tais como datas comemorativas, eventos e festas?



4. Manutenção e ampliação do acervo de recursos

Todos os acervos de materiais exigem cuidados permanentes para sua manutenção, entre eles os referentes à limpeza e ao armazenamento em condições adequadas, conforme a natureza do material (se ele é feito de papel, plástico, pano etc.). É importante também considerar que todos os acervos se desgastam com o uso e se desatualizam, exigindo que sejam substituídos de tempos em tempos. Em muitas escolas públicas, com relação aos acervos de livros, eles são compostos por meio de doações governamentais e pela compra direta efetuada pelas escolas. Para novas compras feitas pelas escolas, devem-se sempre realizar pesquisas sobre os novos materiais disponíveis no mercado e levantar e discutir coletivamente as necessidades colocadas pelo planejamento pedagógico e pela comunidade escolar.



Adinkra: FIRMEZA,
PRONTIDÃO, RESISTÊNCIA

- 1) Na escola, há pesquisa para aquisição e compra de livros e materiais educativos que abordem questões relativas à educação das relações raciais?
- 2) Na escola, os materiais de leitura, jogos e audiovisuais são adquiridos em quantidade suficiente para circular pelas salas de aula?
- 3) Na escola, a discussão sobre compras é feita coletivamente, envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar?
- 4) A escola busca conhecer e adquirir materiais elaborados por pessoas da comunidade escolar?
- 5) Na escola, há procedimentos de conservação e reposição de materiais?
- 6) Na escola, é estimulado o cuidado de todos em prol da preservação de brinquedos, livros, jogos e outros materiais que tragam referências à população negra?
- 7) Na escola, todas as doações de materiais, de qualquer natureza, são analisadas para que não sejam veiculadas ideias, imagens e crenças preconceituosas?





4



Adinkra: ADAPTABILIDADE

DIMENSÃO 4

Acesso, permanência e sucesso na escola

As dificuldades para entrar na escola, permanecer nela e aprender novos conhecimentos e habilidades constituem realidade para milhões de crianças brasileiras e, em especial, para as crianças negras. Pesquisas¹ apontam que são as crianças, adolescentes, jovens e adultos negros que mais figuram entre aqueles e aquelas que são excluídos diariamente da escola, como revelam alguns dados apresentados a seguir:

- 1) das 821.126 crianças de 7 a 14 anos fora da escola, 512.402 são negras (Censo/IBGE, 2010);
- 2) entre os jovens brancos de 15 a 17 anos, 58% haviam concluído o Ensino Fundamental, enquanto que entre os negros esse percentual era de 44% (Censo/IBGE, 2010);
- 3) Em 2010, 55% de jovens brancos, de 15 a 17 anos, estavam cursando o Ensino Médio, enquanto o percentual de negros era de 41% (Censo/IBGE, 2010);
- 4) dos jovens brancos de 18 e 19 anos concluíram o Ensino Médio, 47% eram brancos e apenas 29% eram negros (Censo/IBGE, 2010);
- 5) o número absoluto de pessoas analfabetas entre jovens negros de 15 a 29 anos é mais de duas vezes e meia maior do que entre brancos (Censo/IBGE, 2010);
- 6) a frequência líquida no Ensino Médio é 49,2% maior entre os jovens brancos do que entre os negros (IPEA, 2008);
- 7) a diferença de dois anos de estudo entre brancos e negros manteve-se praticamente inalterada desde o início do século XX. A média atual de estudos das pessoas de 25 anos ou mais de idade entre os adultos brancos é de 8,2 anos e dos adultos negros é de 6,4 anos (PNAD/IBGE, 2011). Em 2001, os números eram 6,4 para adultos brancos e 4,7 para adultos negros;
- 8) do total das pessoas com 10 anos ou mais no país, 8,31% possuem Ensino Superior completo, sendo 6,09% brancos e 2,04% negros (Censo/IBGE, 2010). Em estudo de 2008, o IPEA apontou que, em 30 anos, o percentual de pessoas brancas com diploma universitário aos 30 anos de idade passou de 5% para 18%, sendo que o percentual de pessoas negras na mesma situação passou de 0,7% para 4,3%. O hiato racial quase triplicou para 13 pontos nas três últimas décadas.

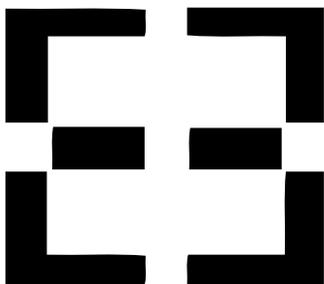
1. Entre outras, *Relatório Situação da Infância e da Adolescência Brasileira 2009* (Fundo Mundial da Infância – Unicef); *Desigualdades raciais, racismo e políticas públicas: 120 anos após a abolição* (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, 2008); *Relatório de Desigualdades Raciais* (Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais – Laeser, 2008); *Juventude Negra na EJA: os desafios de uma política pública*, tese de doutorado de Joana Célia Passos, Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

Tal situação se deve a um conjunto de fatores, entre eles, às formas explícitas e sutis de racismo que acontecem no cotidiano escolar (abordadas na Dimensão 1 desta publicação), aos diversos desafios da escola brasileira (turmas com número excessivo de alunos, condições precárias de trabalho dos profissionais de educação, pouca verba para a educação, falta de gestão democrática etc.) e às desigualdades raciais e sociais presentes na sociedade, que tanto impactam as condições das famílias e das comunidades. Para esse quadro, contribui também a existência de um jeito de “fazer escola” ainda marcado pelo eurocentrismo (que valoriza as referências culturais de outros países ricos e predominantemente de população branca) – um jeito de fazer escola que tem pouca capacidade de escuta e acolhimento, apresentando conteúdos que muitas vezes não fazem sentido para os alunos e com uma forma de avaliar que não favorece a melhoria da aprendizagem.

Do ponto de vista de uma educação antirracista e contra qualquer tipo de discriminação, comprometida com o sucesso de todos os estudantes, é necessário buscar novas perspectivas e rever as concepções limitadas e excludentes de avaliação de aprendizagem que somente penalizam e excluem os alunos. Isso não significa defender a ausência de avaliações; muito pelo contrário, a avaliação é a base para que haja a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem. Mas é fundamental que a avaliação seja desenvolvida a partir de uma visão que assuma que o sucesso escolar vai muito além do desempenho dos alunos em provas e testes, tendo a ver com o direito a uma trajetória escolar sem interrupções e a aprendizagens significativas – uma trajetória que estimule a autoestima, a autonomia e o respeito para com os outros seres humanos entendidos como iguais; que escancare as janelas de conhecimentos, saberes, experiências e possibilidades de aprendizagem e esteja comprometida com uma visão integral do desenvolvimento humano.

Nessa perspectiva, o que importa não é apenas a nota da prova, mas o processo de aprendizagem, que é formado por vários momentos, sendo desenvolvido de muitas maneiras; mobilizando saberes e conhecimentos (inclusive dos alunos e de suas famílias); e envolvendo as relações entre as pessoas, levando assim toda a escola a aprender em conjunto: estudantes, profissionais de educação, familiares etc.

Trata-se de um processo que permita à aluna e ao aluno se sentirem acolhidos, desafiados e valorizados em seus passos, e que fortaleça a ligação deles com a escola. A busca maior de toda a comunidade escolar deve ser a de se organizar para que nenhuma criança, adolescente, jovem ou adulto seja excluído(a) e todos tenham garantido o *direito humano à uma educação de qualidade*.



Adinkra: COOPERAÇÃO
E ENCORAJAMENTO

1. Pensando o estudante por inteiro (integralidade)

Cada criança, adolescente, jovem e adulto tem um nome e sobrenome², tem uma história, desejos, medos e angústias; tem sonhos, talentos e muitas potencialidades. É alguém que está inserido em uma família e comunidade, contando ou não com apoios diversos, enfrentando ou não uma série de dificuldades, sejam elas emocionais, econômicas, de saúde, vinculadas ao racismo ou a outras formas de discriminações etc. Por uma série de razões, muitas vezes se mantém um muro “tão alto” entre a escola e seus alunos, que os estudantes passam a ser quase somente “mais um”. Conhecer a realidade vivida pelos alunos e alunas, escutar seus desejos e ideias, não temer a crítica, aproximar-se do mundo deles exigem que a escola como um todo – apesar de todas as dificuldades da educação brasileira – busque se organizar para tal, mantendo viva a comunicação com seus estudantes e respectivas famílias.



Adinkra: ENERGIA

As redes de garantia e proteção de direitos de crianças e adolescentes estão previstas no artigo 86 do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). A rede busca articular a atuação de todas as políticas públicas (saúde, educação, cultura, esporte, lazer, habitação e trabalho), serviços, instituições, entidades e grupos de sociedade civil comprometidos com a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes. Tais redes devem ser acionadas não somente para o encaminhamento de casos de violência contra crianças e adolescentes, mas com relação a outros problemas que contribuem para a exclusão social e educacional. Sua formação deve envolver conselhos escolares, conselhos tutelares, conselhos de direitos, Promotorias, Defensorias, Varas de Justiça Especializadas, postos de saúde, centros de referência, serviços de assistência social, organizações e grupos da sociedade civil etc. No Brasil, ainda é um desafio tornar as redes uma realidade na maior parte das comunidades do país. Como anda a construção da rede em sua localidade?

- 1) A escola tem informações sobre as condições de vida e a situação familiar de todos os seus alunos e alunas?
- 2) A escola tem informações sobre as condições de vida e a situação familiar de seus alunos segundo o quesito cor/raça?
- 3) A escola já realizou alguma visita às famílias de seus alunos?
- 4) A escola já mobilizou a **rede de garantia de direitos das crianças e adolescentes** para situações familiares que exijam cuidado e apoio de outras instâncias e serviços públicos (saúde, assistência social, conselhos tutelares etc.)?

2. É importante observar que, com base no Código Civil brasileiro (lei federal 10.406/2002), instâncias do poder judiciário e governos estaduais e municipais têm garantido o direito de estudantes travestis e transexuais ao uso de seu nome social nas escolas, ou seja, o nome com o qual querem ser conhecidos. Os estados de São Paulo, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Paraíba, Pará, Goiás, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Alagoas, além de dezenas de municípios, permitem que os alunos tenham o nome social escrito em sua documentação escolar. Há diferentes regulamentações em tais municípios e estados quanto à efetivação desse direito, em especial, com relação a idade a partir da qual é permitido e a necessidade de autorização de pais, mães ou de outros responsáveis.

5) A escola mantém alguma forma de registro (como fichas, portfólios, cadernos etc.) que contenha informações organizadas sobre a trajetória escolar dos alunos, sua saúde e suas dificuldades, bem como potencialidades, ao longo dos anos e em diferentes disciplinas?

6) A escola conhece os sonhos e as críticas de seus alunos com relação ao mundo escolar?

7) Para além das dificuldades, o professorado consegue enxergar as potencialidades e os talentos de cada aluno e aluna?



2. Acompanhamento das faltas dos alunos e enfrentamento da evasão

São várias as razões que levam um estudante a sair da escola: um ensino que não desperta o interesse; a necessidade de trabalhar; uma situação de racismo ou outras discriminações que se repetem; um conflito com um professor; o sentimento de “não ser capaz” de aprender; um problema na família; questões de saúde; situações de violência na escola ou na comunidade; falta de transporte escolar; condições precárias de moradia; gravidez na adolescência etc. Se buscarmos saber o porquê da evasão, veremos que, muitas vezes, o problema começa com algumas faltas isoladas e ganha rapidamente dimensão. É fundamental que a escola possua procedimentos regulares de controle de faltas e estratégias que permitam acompanhar, apoiar e trazer os alunos e alunas de volta aos espaços escolares, a partir da reflexão crítica sobre as causas das faltas e da evasão escolar, visando o enfrentamento do problema.

1) A equipe pedagógica controla periodicamente o número de faltas dos alunos?

2) A equipe pedagógica tem conhecimento sobre quem são os alunos que estão faltando e as razões que o levaram a isso, levando em conta também o recorte cor/raça?

3) A comunidade escolar discute as causas das faltas e as estratégias para enfrentá-las, entre elas, a problemática do racismo?

4) A comunidade escolar vai atrás dos alunos e alunas que deixaram a escola? Há estratégias para que jovens e adultos que saíram da escola possam retomar os estudos?

5) A escola envolve agentes escolares, merendeiras, pessoal administrativo nas estratégias para garantir acesso e permanência na escola?

6) Conforme previsto na legislação, a escola comunica o conselho tutelar sobre a situação de alunos com faltas recorrentes, depois de esgotadas as ações escolares de retomada do vínculo com os alunos?



A large empty rectangular box with an orange border, intended for notes or answers.

3. Utilização dos dados de avaliações oficiais sob recortes cor/raça

O Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e o IBGE produzem informações sobre a situação da educação brasileira, o que envolve também as taxas de evasão, repetência e desempenho. Desde 2005, o Brasil conta com alguns indicadores que permitem enxergar com mais precisão as desigualdades entre negros e brancos na educação. É fundamental que a equipe pedagógica e a comunidade escolar conheçam as informações referentes à própria escola, no que se refere também às desigualdades raciais, e as comparem com a situação de outras escolas do município, do Estado e do país. Essas informações são importantes para a melhoria do atendimento educacional de qualidade no curto, médio e longo prazo.



Adinkra: BRAVURA E DESTEMOR

- 1) A comunidade escolar é informada sobre as estatísticas educacionais produzidas pelo Inep ou pelas Secretarias de Educação sobre o desempenho da escola e da rede escolar?
- 2) O significado desses indicadores é discutido na escola (em sala de aula, reunião de professores, de familiares, reuniões pedagógicas etc.)?
- 3) Os indicadores referentes à escola estão afixados em local visível?
- 4) A comunidade escolar discute os dados de avaliações oficiais de acordo com o quesito cor/raça?
- 5) A equipe pedagógica (diretoria, coordenação pedagógica e professorado) acompanha e analisa os dados mais gerais referentes ao desempenho e à frequência da escola considerando o recorte cor/raça e, a partir disso, redefine suas estratégias pedagógicas visando o sucesso na aprendizagem de todos os alunos?



4. Realização de avaliação diagnóstica e monitoramento da aprendizagem do aluno

A avaliação diagnóstica permite que o professor/a acompanhe o desenvolvimento da aprendizagem do aluno ao longo do tempo, utilizando-se de diferentes instrumentos de avaliação, garantindo uma abordagem mais individualizada e sensível de cada estudante. Sabemos que as condições enfrentadas pela maioria das escolas públicas, principalmente das séries finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, dificultam muitas vezes que o professor consiga garantir uma abordagem mais individualizada, já que chega a ser responsável por centenas de estudantes em diferentes turmas e escolas. Apesar das dificuldades que devem ser assumidas como

um desafio das políticas públicas educacionais e do conjunto da sociedade, a comunidade escolar (profissionais de educação, estudantes, famílias etc.) precisa discutir a situação e buscar caminhos possíveis que melhorem as condições para que os professores desenvolvam a avaliação diagnóstica, sobretudo, dos alunos e alunas que enfrentam mais dificuldades na escola.

- 1) A escola discute os resultados gerais das avaliações com a comunidade escolar (sem expor publicamente casos individuais), buscando aprimorar estratégias de promoção da aprendizagem?
- 2) Os professores discutem em horários de trabalho coletivo a situação de cada aluno, visando identificar avanços e potencialidades, detectar problemas e construir soluções?
- 3) A equipe pedagógica participa de formação continuada para aprimorar suas práticas de ensino e estratégias de avaliação, indo além da aplicação de provas?
- 4) O professorado considera, na avaliação dos alunos, tarefas e trabalhos que os estudantes trazem espontaneamente de casas e de suas experiências de vida?
- 5) Nas discussões da equipe pedagógica são levadas em conta questões como as condições de vida dos estudantes, o contexto familiar e comunitário e o impacto do racismo e de outras discriminações sociais no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos?
- 6) A escola tem procedimentos para detectar e encaminhar situações de discriminação racial que levam o estudante a perder o interesse, prejudicam o seu rendimento escolar e podem levá-lo até mesmo à evasão?



5. Atenção às dificuldades e valorização das potencialidades dos alunos

Estigmatizar é marcar, tachar, classificar alguém de forma negativa.

Com base em uma avaliação diagnóstica, que acontece ao longo do tempo, é fundamental identificar as potencialidades e as dificuldades de cada aluno e atuar para garantir melhorias na aprendizagem. Ou seja, não basta constatar o problema, é necessário agir! São várias as estratégias que podem ser usadas, conforme a dificuldade, o desafio e o perfil de cada aluno, como grupos de reforço, grupos de troca de saberes, leituras coletivas, projetos especiais, investimento na expressão artística dos alunos, solicitação de professores de apoio etc. É importante também tomar cuidado para não **estigmatizar** o aluno ou aluna com dificuldade, ou seja, é necessário destacar os avanços, mostrar confiança em seu desenvolvimento e afirmar para ele e a turma de colegas que todos têm dificuldades e potencialidades, e que os problemas existem para serem superados.

- 1) No dia a dia, os professores dão atenção individual e garantem acolhimento aqueles alunos e alunas negros, brancos e de outros pertencimentos raciais ou étnicos que apresentam dificuldades de aprendizagem?
- 2) Os professores conseguem identificar avanços e potencialidades de alunos negros, brancos e de outras raças/etnias que apresentam dificuldades e compartilhar com eles e com o conjunto dos alunos essas conquistas?
- 3) A escola valoriza a identidade racial, étnica, regional, social etc. dos alunos e alunas que enfrentam dificuldades?
- 4) A escola oferece oportunidades especiais para alunos que têm dificuldade de aprendizagem (como grupos de reforço, grupo de troca de saberes, projetos especiais, investimento em expressões artísticas, solicitação de professores de apoio etc.)?
- 5) Caso atividades como estas sejam oferecidas, elas conseguem fazer com que alunos negros, brancos e de outros pertencimentos raciais ou étnicos melhorem seu nível de aprendizagem?
- 6) A comunidade escolar sabe quais são as disciplinas em que há mais reprovação e que, por isso, exigem atenção especial da direção e dos professores?
- 7) Além da avaliação escrita, há outras formas do aluno e da aluna demonstrar que acumularam conhecimento?



6. Atenção às necessidades educativas da comunidade

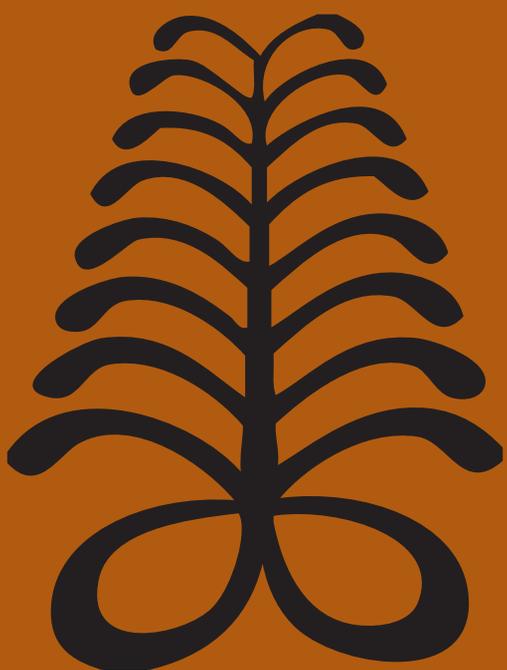
Muitas vezes há na comunidade em que a escola está localizada um conjunto de pessoas que não têm acesso ao direito à educação. Além das pessoas que tiveram suas trajetórias educacionais interrompidas por motivos diversos, há aquelas que nunca passaram pela escola. A realização de um diagnóstico comunitário, com o envolvimento dos alunos, pode se constituir em experiência pedagógica muito rica, fortalecer os laços com a comunidade e organizar a **demanda** por educação da comunidade a ser discutida na escola e apresentada às secretarias e conselhos de educação do município.

Demanda por educação são informações sobre as pessoas de uma comunidade que gostariam de voltar a estudar e/ou aquelas que poderiam ser estimuladas a voltar para os estudos.

- 1) Todas as crianças e adolescentes em idade escolar obrigatória (4 a 17 anos) da comunidade estão na escola?
- 2) A escola registra a demanda por creches, escolas e universidades por parte de crianças, adolescentes, jovens e adultos?
- 3) A escola conhece a demanda por alfabetização de jovens e adultos existente entre familiares, agentes escolares e na comunidade do entorno?
- 4) A escola conhece a demanda por educação por parte de crianças, adolescentes, jovens e adultos da comunidade com deficiências?
- 5) A escola discute todas essas informações sobre demanda por educação com a comunidade escolar, levando em conta o recorte cor/raça?
- 6) A escola apresenta formalmente à Secretaria de Educação as informações referentes à demanda por educação existentes na comunidade do entorno, explicitando o recorte cor/raça?



5



Adinkra: RESISTÊNCIA E DESENVOLVURA

DIMENSÃO 5:

A atuação dos(as) profissionais de educação

Os profissionais de educação têm um papel fundamental em uma educação transformadora das relações raciais, que possibilite condições de maior igualdade entre brancos, negros, indígenas e outros grupos presentes em nosso país.

Quando falamos dos e das profissionais de educação, referimo-nos ao professorado, às direções e coordenações pedagógicas, às merendeiras, vigias e pessoal de limpeza, à equipe da secretaria escolar, entre outras pessoas que atuam no cotidiano escolar e exercem função educadora. Não podemos esquecer também que quase 90% dos profissionais da educação básica brasileira são mulheres que ainda enfrentam em seu dia a dia a dupla e a tripla jornadas de trabalho: no mundo profissional, no doméstico e no cuidado da família.

A construção de um trabalho transformador por parte das(dos) profissionais de educação em creches e escolas passa por reconhecer e refletir criticamente a própria condição racial (inclusive a chamada **branquitude**), as nossas concepções sobre relações raciais e como elas estão presentes em nossa trajetória de vida, orientando ou dificultando as percepções do problema no cotidiano. Significa também compreender como essas visões estão presentes no trabalho realizado por educadores em creches e escolas.

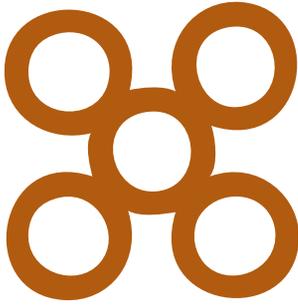
É importante considerar que moramos no país do chamado “mito da democracia racial”, que defende que todos nós vivemos em “harmonia e que não há racismo no Brasil”. Esse imaginário nacional, construído historicamente, é uma barreira e uma armadilha a serem enfrentadas para que consigamos, de fato, enxergar com nitidez o problema do racismo em nossas escolas. É necessário estar consciente e disposto a sair da chamada zona de conforto colocada por tal mito.

Apesar das inúmeras dificuldades que enfrenta, a escola brasileira é espaço de bastante resistência, inovação e criatividade. Muitos profissionais fazem a diferença e, sozinhos ou com outros colegas, criam alternativas cotidianas para promover a diversidade e lidar com as desigualdades presentes no ambiente escolar. Muita coisa pode e tem sido feita para transformar a escola em um espaço pluralizado – de todos e de todas – que valorize de forma efetiva a história e a identidade negra de nosso país.

1. Consciência da própria identidade étnico-racial

Muitos(as) profissionais de educação nunca tiveram oportunidade de refletir sobre seu pertencimento racial, sua identidade de

A **branquitude** é compreendida como um sistema de valores e comportamentos que toma o ser branco como “o modelo universal de humanidade”, o representante de todas as pessoas. Esses valores levam a uma espécie de “cegueira social”, fazendo com que grande parte das pessoas brancas não consiga enxergar a dor das pessoas que enfrentam discriminação étnico-racial. Tais valores contribuem também para o desenvolvimento de um certo sentimento de superioridade, muitas vezes não assumido, por parte de várias pessoas brancas com relação a outros grupos raciais. A branquitude faz com que muitos entendam como “natural” a desigualdade entre pessoas de diferentes pertencimentos raciais.



Adinkra: LEALDADE E HABILIDADE

gênero (como se sentem como mulheres e homens), sobre o lugar das pessoas negras e da cultura afro-brasileira em suas vidas e sobre como o racismo está presente na trajetória pessoal e profissional. Criar espaços individuais e de trabalho coletivo para essa reflexão é um importante passo para maior consciência das questões em jogo, como já realizado por algumas escolas. É fundamental destacar que esse é um desafio não somente dos profissionais negros, mas também dos brancos, já que o racismo é fruto de relações desiguais entre brancos e negros, e não um “problema somente das pessoas negras”.

- 1) Em sua escola, foram realizados alguma formação, encontro ou reunião que permitissem a reflexão crítica dos profissionais de educação com relação ao seu pertencimento racial (branco, negro, indígena, oriental etc.) e sua identidade de gênero (ser homem, ser mulher etc.)?
- 2) Em sua escola, foi realizada alguma pesquisa ou levantamento sobre o pertencimento étnico-racial dos/das profissionais de educação?
- 3) Em sua escola, valorizam-se os profissionais negros e de outros pertencimentos raciais ou étnicos tanto quanto os brancos?
- 4) Em sua escola (caso ela seja particular), há alguma ação afirmativa de contratação e promoção de profissionais negros para funções de docência e coordenação/direção?
- 5) Em sua escola, os profissionais brancos também refletem o significado e o impacto de sua branquitude nas relações étnico-raciais?



2. Enfrentamento da discriminação entre profissionais de educação

Os profissionais de educação podem cometer discriminação racial, sendo testemunhas ou vítimas dela. É bom lembrar que, em nome da autonomia profissional, alguns profissionais cometem grandes equívocos e até mesmo atrocidades contra a autoestima

de crianças e jovens negra(o)s. Muitos profissionais não sabem como agir diante do problema ou o consideram irrelevante. Outros sofrem na pele essa mesma discriminação, enfrentando situações de discriminação por parte de outros profissionais, familiares e até mesmo estudantes. O maior desafio é romper o silêncio e discutir as situações coletivamente como parte do desafio político e pedagógico da escola.

- 1) Em sua escola, reconhece-se quando ocorrem situações nas quais os profissionais de educação se sentem discriminados por diferentes razões?
- 2) Em sua escola, reconhece-se quando ocorrem situações nas quais os profissionais de educação se sentem discriminados em decorrência de seu pertencimento racial ou vínculo com religiões de matriz africana (candomblé, umbanda etc.)?
- 3) Em sua escola, reconhece-se a existência de situações nas quais os profissionais de educação já testemunharam casos de discriminação étnico-racial na escola?
- 4) Em sua escola, há procedimentos internos para o registro e encaminhamento de denúncias?
- 5) Em sua escola, a direção escolar e a coordenação pedagógica atuam quando chegam casos de discriminação entre profissionais de educação?

Há espaços de reflexão coletiva sobre as causas e os significados dessas situações e desdobramentos em ações pedagógicas?

Racismo na legislação: a Lei Caó e a Constituição

Em 1985, foi aprovada a Lei federal n. 7.437, conhecida como Lei Caó, em reconhecimento ao deputado e ativista do movimento negro, Carlos Alberto de Oliveira, o Caó. A lei inclui entre as contravenções penais, sujeita à pena de prisão, a prática de atos resultantes de preconceito de raça, cor, sexo ou estado civil, dando uma nova redação à Lei n. 1.390, de 3 de julho de 1951 (Lei Afonso Arinos). Entre as situações abarcadas pela Lei Caó, encontram-se discriminações ocorridas no mercado de trabalho, em escolas, em serviços públicos, em clubes esportivos e em estabelecimentos comerciais. A lei vem sendo usada também em casos de discriminação religiosa. Em 1988, a Constituição Federal, em seu artigo 5º, passou a considerar a prática do racismo como crime inafiançável e imprescritível.

3. Melhoria das condições de trabalho e de formação

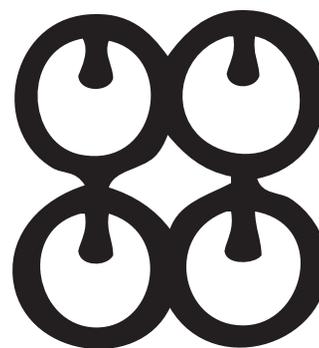
Não dá para esquecer que, muitas vezes, as(os) profissionais de educação atuam em condições de trabalho difíceis, marcadas por turmas com um número excessivo de crianças e estudantes, baixos salários, falta de plano de carreira, de suporte pedagógico e de trabalho coletivo, rotatividade intensa e iniciativas de formação continuada pontuais ou que não dialogam com a realidade da escola. A luta histórica das organizações dos profissionais de educação e de outras atuantes pelo direito humano à educação afirma que a valorização “pra valer” da condição dos profissionais de educação é questão central para avançarmos rumo à educação de qualidade para todos e todas. Algo a ser assumido de fato como prioridade por governos e toda a sociedade.

▪ A Resolução n. 8/2010, do Conselho Nacional de Educação, estabelece os seguintes **referenciais nacionais** de número máximo de alunos por turma: 13 para creche, 22 para pré-escola, 24 para as séries iniciais do Ensino Fundamental, 30 para as séries finais do Ensino Fundamental e 30 para o Ensino Médio.

- 1) O número de profissionais de educação é suficiente para o bom funcionamento da escola?
- 2) A escola mantém salas/turmas com número de crianças e alunos que respeitem os **referenciais nacionais**?
- 3) A escola ou a Secretaria de Educação oferece permanentemente cursos ou ações de formação para professores e demais funcionários da escola? Essas ações são informadas à comunidade escolar?
- 4) A escola ou a Secretaria de Educação oferece permanentemente cursos de formação para professores e demais funcionários da escola sobre conteúdos referentes às relações raciais e a implementação da Lei n. 10.639/2003?

4. Investimento no educador(a) pesquisador(a)

Muitos profissionais afirmam não estar preparados para abordar conteúdos referentes à educação das relações raciais. De fato, são muitos os desafios existentes em várias regiões do país com relação às políticas de formação sobre questão tão desafiadora para a realidade brasileira. A implementação do Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Raciais, de 2010, significa um passo a mais na luta para conquistá-las. Apesar disso, e da necessidade urgente de melhoria das condições de trabalho e salariais, em grande parte das unidades educacionais do país, muito vem sendo feito, e muito ainda pode ser feito, pelos profissionais de educação. Nesse sentido, é fundamental apostar na capacidade dos educadores de criar e pesquisar novos conhecimentos, saberes, conexões, experiências e práticas que possam dinamizar seu fazer pedagógico no que se refere também às relações étnico-raciais.

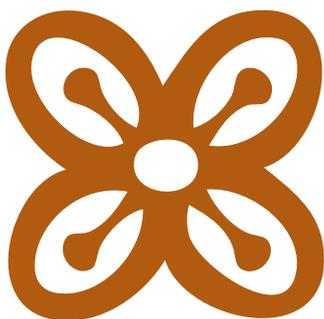


Adinkra: PERSEVERANÇA,
COMPROMISSO

- 1) Em sua escola, os professores têm condições de preparar adequadamente as aulas e pesquisar outros materiais didáticos e audiovisuais para uso em sala de aula?
- 2) Em sua escola ou comunidade, as crianças e estudantes têm acesso à biblioteca ou à sala de leitura?
- 3) Em sua escola, profissionais de educação e estudantes têm acesso regular à internet?
- 4) Em sua escola, desenvolvem-se projetos disciplinares e interdisciplinares que estimulem os estudantes a realizar pesquisas, entre elas, as com a comunidade?
- 5) Em sua escola, desenvolvem-se projetos que envolvem visitas a parques, museus, teatros e outros espaços públicos de interesse pedagógico, incluindo os que abordem as relações raciais?
- 6) Em sua escola, desenvolvem-se pesquisas com entidades e ativistas do movimento negro (homens e mulheres) e que estimulem os estudantes a conhecer a história da população negra da cidade?



5. Fortalecimento do trabalho coletivo



Adinkra: RIQUEZA,
PODER, ABUNDÂNCIA,
MUITA UNIÃO E UNIDADE

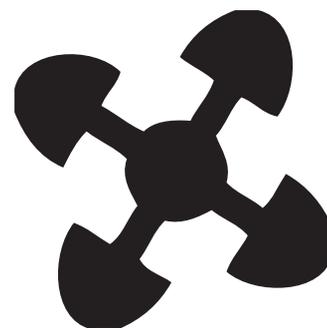
A existência do trabalho coletivo entre profissionais de educação é condição para uma educação de melhor qualidade. Sabemos que grande parte das escolas brasileiras, em decorrência das condições de trabalho existentes, não conta com um horário de trabalho coletivo organizado, que possibilite aos profissionais de educação refletir, planejar, avaliar conjuntamente sua ação pedagógica, considerando a função da escola e os objetivos de curto, médio e longo prazo da unidade. O trabalho coletivo é o lugar da troca de experiências, da partilha de angústias, descobertas e esperanças, e do aprofundamento de conhecimentos sobre a realidade da comunidade e dos estudantes que frequentam a escola (afinal, quem são os nossos estudantes?), visando garantir o direito de todos ao acesso, à permanência e ao sucesso na aprendizagem. É o espaço para a construção de um trabalho interdisciplinar, como exigido pela educação das relações raciais, e de construção de estratégias articuladas de enfrentamento de práticas racistas existentes na escola.

- 1) A escola garante condições para o trabalho coletivo?
- 2) Os professores e coordenadores/supervisores pedagógicos se reúnem para a discussão de planos de aula, para a avaliação da prática e para estudos (reuniões pedagógicas)?
- 3) Caso as reuniões pedagógicas aconteçam, elas ajudam de fato a melhorar a prática pedagógica?
- 4) As reuniões pedagógicas começam e terminam com pontualidade?
- 5) A situação dos alunos e alunas que enfrentam dificuldades de aprendizagem e indisciplina é discutida no espaço de trabalho coletivo?
- 6) Questões ligadas a situações de discriminações no cotidiano escolar, à educação das relações raciais e ao ensino de conteúdos da história e da cultura africanas e afro-brasileiras são discutidas nesses espaços?



6. Reconhecimento dos/as profissionais que atuam em diferentes espaços da escola

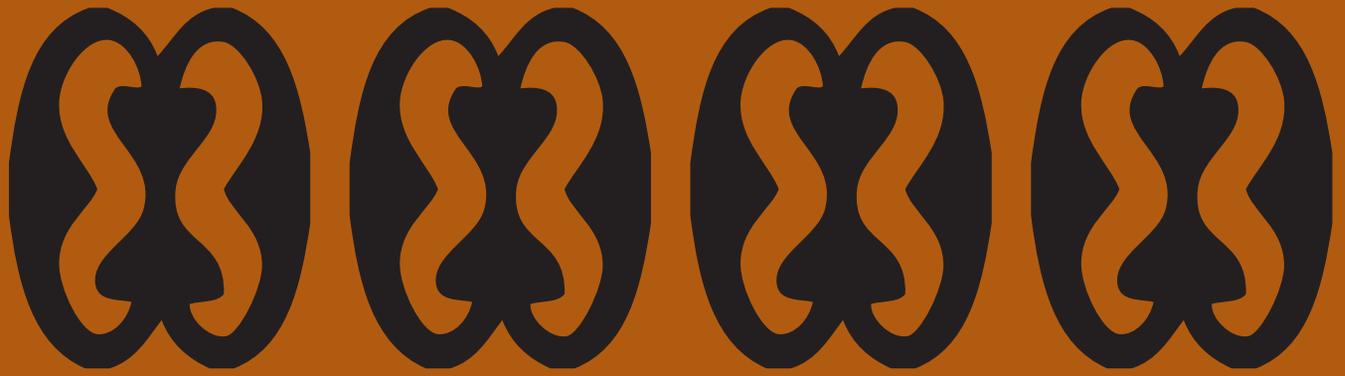
Para além do professorado, as(os) demais profissionais de educação têm um papel educativo fundamental que deve ser reconhecido, valorizado e considerado nas estratégias de promoção de uma educação comprometida com a igualdade das relações raciais. Estamos falando de merendeiras, serventes, vigias, pessoal da secretaria escolar, entre outros – funções muitas vezes exercidas por pessoas negras. Além de cozinhar, higienizar os ambientes, cuidar da segurança e dos procedimentos burocráticos de uma escola, esses profissionais estabelecem, no cotidiano, relações de troca, mediação, aconselhamento, orientação e interferência em situações de conflito junto a alunos e alunas. Muitas vezes, são capazes de identificar problemas que estão acontecendo com algumas crianças e estudantes, que passaram despercebidos pelo professorado. No caso dos profissionais de educação que atuam na secretaria escolar, são eles e elas responsáveis pelo preenchimento do quesito cor/raça do Censo Escolar, momento delicado no qual famílias e estudantes optam pelo seu pertencimento racial entre as alternativas fixadas pelo IBGE (pardo, preto, branco, indígena e amarelo). Investir na formação desses profissionais e envolvê-los no planejamento da escola, a partir do reconhecimento de seus saberes e suas experiências, é ponto fundamental para a melhoria da qualidade educacional e construção de uma educação antirracista no ambiente escolar.



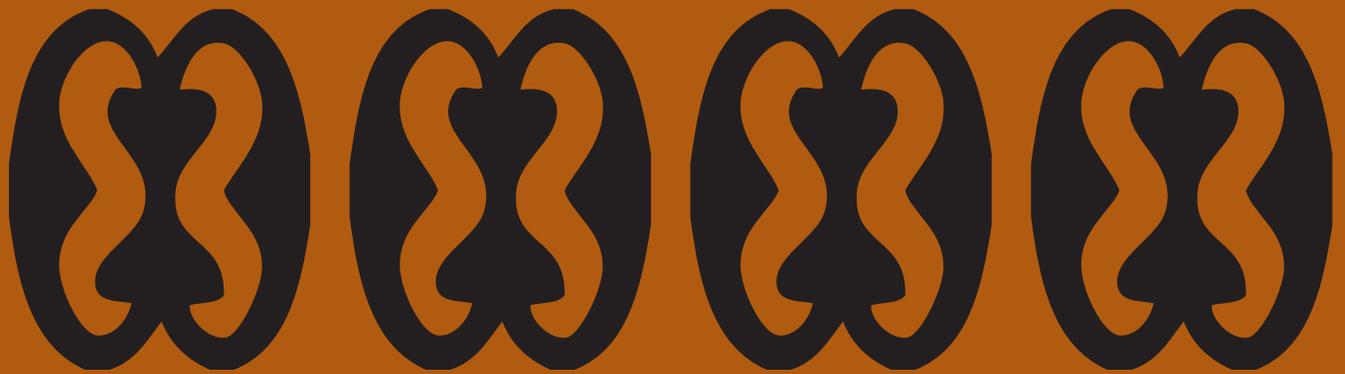
Adinkra: ENTENDIMENTO
E ACORDO

- 1) A escola realiza atividades pedagógicas para que estudantes, professores e demais membros da comunidade escolar conheçam quem são os profissionais de educação que trabalham na cozinha, na limpeza, na secretaria, na segurança etc. e o que fazem para que a escola funcione bem?
- 2) A direção, a coordenação pedagógica, o professorado e o conselho escolar costumam convidar tais profissionais para reuniões de trabalho coletivo e ouvi-los sobre o que pensam quanto a problemas, desafios e propostas que possuem para melhorar o atendimento da escola?
- 3) Existem canais de diálogo entre esses profissionais e a equipe pedagógica?
- 4) Os profissionais já receberam alguma orientação/formação sobre como identificar e intervir em situações de racismo e de outras discriminações no ambiente escolar?





6



DIMENSÃO 6: Gestão democrática

A gestão democrática é uma maneira de uma escola, uma cidade, um país funcionar, valorizando a opinião e a participação de cada um para alcançar o bem comum. A participação é um direito humano, previsto na legislação, e representa o direito de todas as pessoas de participarem das decisões que afetam suas vidas e de suas coletividades. Sabemos que muitas vezes o racismo faz com que as opiniões de pessoas negras, indígenas, ciganas e de outros grupos discriminados sejam menos reconhecidas, estimuladas e valorizadas nos espaços escolares.

Uma gestão democrática “pra valer” anda de mãos dadas com o reconhecimento da diversidade que existe no ambiente escolar. Uma gestão educacional – da escola aos sistemas de ensino – que valorize diferentes vozes, saberes, experiências, estéticas, necessidades e propostas contribui para distribuir o poder de decisão, mostrar a força da diversidade e revelar que muitas vezes ela é marcada por desigualdades e discriminações presentes tanto na escola, nas políticas educacionais como na sociedade.

Nesse sentido, a escola que busca tornar realidade o princípio da gestão democrática em seu cotidiano pode criar várias oportunidades para a construção de uma educação que estabeleça o respeito à diversidade e o combate ao racismo e a todas as demais formas de discriminação.

É sempre importante que esta participação na gestão escolar não perca de vista a relação com o Conselho de Educação e outras instâncias de participação e controle social, que tratam da política educacional do município ou estado. Há muitos desafios de uma escola que são também de outras escolas e que precisam ser enfrentados pelas políticas educacionais como um todo.

Algumas bases da gestão democrática, como o estímulo à participação da comunidade na tomada de decisões, o envolvimento das pessoas na organização do espaço, do planejamento e da avaliação escolar, bem como a troca de informações fortalecem compromissos e laços entre as pessoas. Isso tudo gera um clima positivo de confiança na capacidade de a escola enfrentar seus desafios, entre eles, aqueles que se relacionam à educação das relações raciais.

Quando todos e todas têm conhecimento sobre como funciona a gestão escolar e podem decidir a melhor forma de aplicar os recursos disponíveis e participar na definição das



Adinkra: UNIDADE E
RELAÇÕES HUMANAS



As **ouvidorias**, nesse caso públicas, são espaços nos quais a população pode pedir informações e apresentar críticas, sugestões, elogios e denúncias sobre o atendimento realizado por órgãos públicos. As ouvidorias devem fazer a ponte entre os cidadãos e os gestores públicos, contribuindo para a melhoria dos serviços públicos. Apesar do crescimento do número de ouvidorias no país na última década, a maioria dos órgãos públicos ainda não conta com ouvidorias. As ouvidorias públicas estão previstas no artigo 37 da Constituição Federal. Devem ser órgãos autônomos, comprometidos com a defesa do interesse da população. Na Secretaria de Educação de seu município ou Estado existe ouvidoria? Em caso negativo, existe uma ouvidoria-geral da prefeitura ou do governo estadual?

prioridades, aumentam-se as chances de sucesso e fortalece-se a escola como um espaço de ensino, de aprendizagem, de democracia e de vivência de valores – espaço no qual as pessoas se educam e experimentam a convivência com a diversidade humana por meio da prática do respeito, da negociação e do combate a qualquer discriminação.

1. Fortalecimento da relação com a família

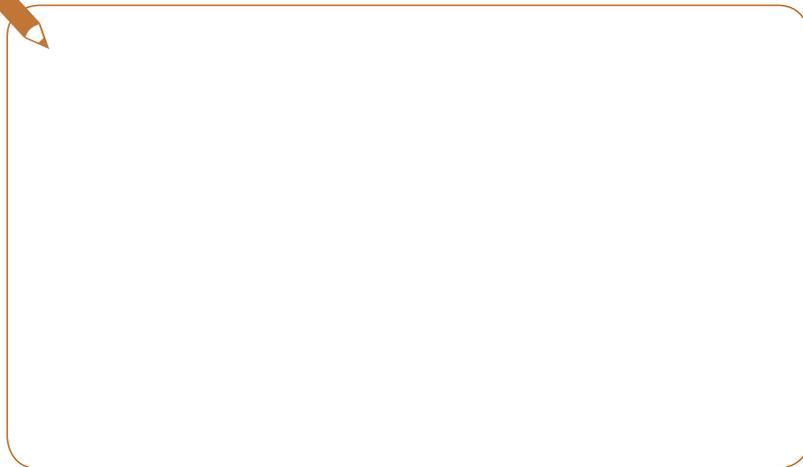
A relação entre escola e família é fundamental no desenvolvimento da trajetória educacional de crianças, adolescentes e jovens. Mas nem sempre essa relação é fácil. Ela é, muitas vezes, marcada por encontros e desencontros, expectativas frustradas e preconceitos. Um dos principais desafios da maioria das escolas é superar uma abordagem que coloca a “culpa” nas famílias, principalmente as de baixa renda e as negras, por todas as dificuldades enfrentadas com os alunos. É necessário se aproximar das famílias para conhecer a realidade vivida por elas, revendo conceitos do que se entende por família “ideal”.

Muitas escolas consideram apenas a família nuclear (pai + mãe + filhos) como o arranjo “organizado”, sendo os outros

- 1) A escola reconhece e valoriza a existência de várias formas de família em sua comunidade, para além da chamada família nuclear composta por pai, mãe e filhos?
- 2) A escola conhece a realidade das famílias de seus alunos e valoriza seus conhecimentos e saberes?
- 3) A escola realiza reuniões periódicas com familiares e responsáveis em horários compatíveis com a disponibilidade da maioria e com estímulo para que eles e elas se expressem nas reuniões?
- 4) A escola estimula a participação dos pais (homens) nas reuniões, atuando no sentido de que esta não seja assumida somente como responsabilidade de mães, avós e outras mulheres das famílias?
- 5) A equipe pedagógica tem escuta para as famílias que apresentam denúncias de situações de racismo vivenciadas na escola?
- 6) A escola envolve as famílias no enfrentamento de situações de racismo existentes na escola?
- 7) A escola divulga a existência da **ouvidoria** da Secretaria de Educação como canal para apresentação de denúncias dos familiares com relação ao atendimento oferecido pela escola?



chamados de “famílias desestruturadas”. Devemos considerar que a realidade brasileira é marcada por muitas formas de família (famílias amplas com fortes redes de parentesco – muito comuns entre famílias negras; famílias recompostas por novas uniões conjugais; famílias em que os filhos contam apenas com a mãe ou o pai; famílias de casais homossexuais etc.) e também por novos lugares sociais ocupados por mulheres e pelo crescente número delas como chefes de família. É marcada ainda por muitos adultos que vivem relações de trabalho precárias e encaram dificuldades de transporte, sobretudo nas grandes cidades e áreas rurais. Diante desse quadro, é necessário construir uma relação com a família que permita reconhecer suas possibilidades, saberes e limites – uma relação que garanta condições concretas para a participação delas na vida escolar e para o estabelecimento de um diálogo efetivo em prol da proteção, do acolhimento e da aprendizagem dos alunos e alunas.



2. Democratização das instâncias de participação e da tomada de decisão

Grande parte das escolas brasileiras conta com o **Conselho Escolar**, **grêmios estudantis** e outras instâncias de participação da comunidade escolar. Quando atuantes, tais espaços são fundamentais para dinamizar a participação da comunidade escolar, envolvendo-a na decisão de questões fundamentais da escola, como o projeto político-pedagógico, as prioridades anuais, a resolução de problemas que atingem toda a instituição e a construção de estratégias pedagógicas de enfrentamento de racismo e de outras discriminações. Como abordado no Guia Metodológico (que consta no anexo desta publicação), essas estratégias só ganham “raízes” no cotidiano escolar se envolverem tais instâncias, e outros grupos organizados existentes na escola, na construção e na implementação do plano de ação em prol de uma educação antirracista.

▪ Toda escola deve ter um **Conselho Escolar**. O Conselho Escolar é formado por representantes de alunos, familiares, professores(as), outros profissionais de educação, integrantes da comunidade local e o(a) diretor(a) da escola. Cada escola deve estabelecer regras transparentes e democráticas para a escolha daqueles e daquelas que vão compor o conselho. O Conselho Escolar é responsável por cuidar do funcionamento da gestão administrativa, pedagógica e financeira da escola. Os conselhos deliberam (decidem coisas), assessoram a direção, fiscalizam o uso dos recursos e mobilizam a comunidade escolar para a participação na escola. Um dos papéis mais importantes dos conselhos é a discussão do projeto pedagógico da escola com professores e diretores, ou seja, quais os temas, os desafios e as estratégias que a escola vai priorizar para melhorar a qualidade da educação oferecida aos alunos e alunas.

▪ O **grêmios estudantis** é uma organização que nasce da união dos estudantes de uma escola para representar os interesses de todos os alunos e alunas. O direito dos estudantes à organização por meio de grêmios está previsto na legislação federal. O grêmios é também um importante espaço de aprendizagem, cidadania, convivência, responsabilidade e luta por direitos. Por isso, um dos seus principais objetivos é contribuir para aumentar a participação dos alunos nas atividades da escola, organizando campeonatos, palestras, projetos e discussões, fazendo com que os alunos tenham voz ativa e participem – junto com pais, funcionários, professores, coordenadores e diretores – da programação e da construção das regras dentro da escola. Mais informações no site do Projeto Grêmios em Forma: <www.soudapaz.org.br>.

- 1) A escola possui Conselho Escolar atuante, composto de forma paritária por todos os segmentos da comunidade escolar (professorado, familiares, estudantes e profissionais de educação)?
- 2) A escola possui grêmio estudantil ou outras organizações ou grupos de estudantes?
- 3) Todos os segmentos têm acesso a informações e decisões tomadas pelo Conselho Escolar?
- 4) Todos os segmentos ajudam a decidir sobre as prioridades do uso dos recursos financeiros da escola?
- 5) Existem recursos financeiros da escola utilizados no investimento da educação das relações raciais?
- 6) A tomada de decisão para resolução de conflitos raciais é articulada a ações pedagógicas desenvolvidas dentro e fora da sala de aula?
- 7) A escola mantém diálogo com a Secretaria de Educação sobre suas demandas de formação e acompanhamento, entre elas, as referentes às questões raciais?



3. A democratização da informação na escola e na comunidade



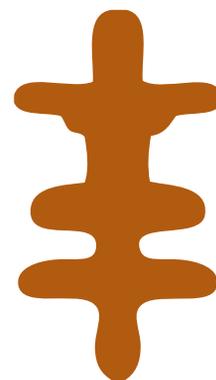
Adinkra: COOPERAÇÃO E INTERDEPENDÊNCIA

Uma escola que cultiva a gestão democrática é um lugar que investe na transparência e na divulgação de informações. O acesso à informação contribui de forma decisiva para a ampliação e o aprimoramento da participação na escola. É importante considerar que essa informação precisa ser trabalhada de modo a ser compreensível para a maioria das pessoas, devendo ser divulgada tanto em murais e boletins como em reuniões com a comunidade escolar. Informações sobre leis, direitos da população e campanhas de conscientização referentes ao enfrentamento do racismo e de outras discriminações, bem como à valorização das pessoas negras na sociedade, também devem estar estampadas nas paredes das escolas.

- 1) A direção informa a comunidade escolar sobre os acontecimentos mais importantes da escola?
- 2) As informações circulam de maneira rápida e precisa entre familiares, professores, demais profissionais da escola, alunos e outros membros da comunidade escolar?
- 3) Todos têm acesso a informações sobre os dados do censo escolar e a coleta do quesito cor/raça pela secretaria da escola?
- 4) A escola presta contas à comunidade, apresentando regularmente o orçamento da escola e seus gastos?
- 5) Existe um mural em local visível que contenha as principais informações relacionadas às atividades da escola (datas comemorativas, prestação de contas, datas de reuniões, agenda escolar do ano letivo, decisões do conselho escolar etc.)?
- 6) A escola divulga para a comunidade escolar a existência da LDB, alterada pela Lei n. 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana em toda a educação básica?
- 7) Os cartazes e outros materiais que circulam pela escola e que estão nas paredes da instituição representam toda a diversidade étnico-racial da população brasileira?

Lei de Acesso à Informação

A Lei de Acesso à Informação (Lei federal n. 12.527, de 2011, que entrou em vigor a partir do dia 16 de maio de 2012), regulamenta o direito constitucional de todo cidadão acessar as informações e documentos públicos dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) em nível municipal, estadual ou federal – informações essas que também devem ser fornecidas por escolas públicas e Secretarias de Educação, quando demandadas. Mais informações sobre a lei e sobre como utilizá-la no site <www.informacaopublica.org.br>.



Adinkra: FORÇA,
BRAVURA PODER



7



Adintra: SEGURANÇA,
AMOR E SEGURANÇA

DIMENSÃO 7:

Para além da escola

Para enfrentar os diversos desafios cotidianos, entre eles a construção de uma educação antirracista, a escola não pode atuar de forma isolada. É fundamental fortalecer laços com a comunidade e com outros serviços e políticas públicas que contribuam para a garantia do direito ao acesso, à permanência e ao sucesso na educação. Conhecer a comunidade em que se atua – seus problemas, necessidades, acúmulos e possibilidades – constitui passo decisivo para a elaboração de uma ação pedagógica e de um planejamento escolar mais sintonizado com a realidade vivida pelos estudantes.

É necessário reconhecer também que muitos problemas encarados pela escola vão além de suas competências e saberes, dependendo das políticas públicas de educação e de outras áreas, como abordado na introdução desta publicação.

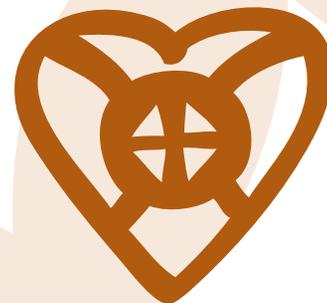
A rede de proteção dos direitos das crianças e adolescentes, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e a ação da escola como parte da implementação da **Lei Maria da Penha** (Lei n. 11.340/2006), que trata da violência contra a mulher, preveem uma ação coordenada e planejada entre diversos serviços públicos e organizações da sociedade civil, entre eles a escola, possibilitando o encaminhamento de casos de forma mais adequada. O atendimento visa fortalecer os vínculos familiares, prevenir o abandono, combater discriminações, assegurar proteção social imediata e atendimento integral e articulado.

Apesar de prevista na legislação, a construção de redes de proteção ainda é um desafio para um país no qual predomina uma abordagem compartimentada e fragmentada dos problemas sociais. Fazer a rede de proteção acontecer no cotidiano depende muitas vezes da iniciativa de gestores de serviços públicos – entre eles, os gestores escolares – que compreendam o significado da iniciativa e que apostem em um trabalho em rede.

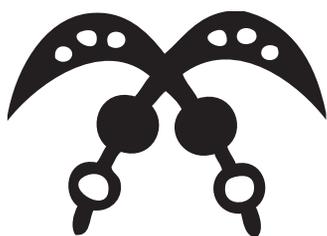
É de conhecimento também que muitas redes de proteção ainda não possuem formação adequada para enfrentar problemas referentes ao racismo e a outras discriminações. Esse é um desafio a ser encarado com o esforço articulado da escola e dos demais integrantes da rede, com participação da comunidade.

Há casos de racismo que acontecem na escola que exigem a mobilização de instâncias administrativas superiores, de ouvidorias das Secretarias de Educação, de organismos de defesa dos direitos da população negra (conselhos, coordenadorias, organizações da sociedade civil etc.) e até o acionamento do próprio sistema

▪ **A Lei Maria da Penha** foi sancionada em agosto de 2006, como resultado da luta dos movimentos de mulheres brasileiras. A lei tornou crime a violência cometida na família e no ambiente doméstico. O nome da lei presta homenagem a uma farmacêutica que foi espancada brutalmente durante seis anos pelo marido e enfrentou duas tentativas de assassinato, que a levou a ficar paraplégica. O caso de Maria da Penha chegou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), que condenou em 2001 o Estado brasileiro a pagar uma indenização à vítima e a tomar medidas para combater de forma mais efetiva a violência contra a mulher. No Capítulo I da Lei Maria da Penha, constam artigos que abordam a importância da educação e das escolas na prevenção da violência doméstica e familiar.



Adinkra: ESPERANÇA,
PROVIDÊNCIA, FÉ



Adinkra: CORAGEM,
BRAVURA E HEROÍSMO

de justiça, como o Ministério Público, as Defensorias e o Poder Judiciário. Nessa categoria estão situações que envolvem a discriminação cometida por profissionais de educação; o abuso de poder de determinados gestores escolares; a proibição da capoeira e do uso de livros que tratam da cultura e da história africanas e afro-brasileiras; o uso de publicações, imagens e materiais audiovisuais racistas na escola; a demissão e o afastamento de profissionais de educação por motivos de raça, etnia, credo religioso, origem nacional etc.

Além de divulgar o papel das ouvidorias das Secretarias de Educação e do Ministério Público no recebimento de denúncias, a escola também pode exercer um importante papel informando a comunidade sobre os direitos previstos na legislação. Entre as leis referentes à questão racial, destacam-se a *Lei n. 10.639/2003*; a *Lei n. 7.716/89*, que estabeleceu que a discriminação por motivo de raça, credo religioso, origem nacional e etnia é crime no Brasil, sujeito a pena de um a cinco anos de reclusão; e o Estatuto da Igualdade Racial (*Lei n. 12.288*), aprovado pelo Congresso em 2010, que prevê formas de combate à discriminação racial existente no país.

1. Aprofundamento da relação com a comunidade

Para efeito do nosso trabalho, chamamos de comunidade um conjunto de pessoas, grupos, organizações e instituições que, muitas vezes, partilham vivências e relações em uma mesma localidade. A comunidade pode ter uma história, começando a existir antes dos seus atuais integrantes e continuando depois deles. É dinâmica, está sempre se transformando. Também é marcada por conflitos de interesses e por alianças e articulações em torno de objetivos comuns. É plural, envolvendo desde relações de vizinhanças, grupos esportivos, culturais, religiosos, movimentos sociais (negros, juvenis, de mulheres, por moradia, por saúde etc.), associações e organizações comunitárias, empreendimentos econômicos, serviços públicos, entre outros. Conhecer a realidade, a história e quem compõe a comunidade, e desenvolver diálogos e parcerias com ela, vinculados ao projeto político-pedagógico da escola, podem contribuir decisivamente para a melhoria da qualidade da educação oferecida pela escola à população.

1) A escola conhece e mantém diálogo com os vizinhos e as vizinhas da escola e outras pessoas e grupos da comunidade?

2) A escola mantém parcerias com organizações e movimentos da sociedade civil?

3) A escola já realizou algum **diagnóstico participativo** – com o envolvimento dos alunos – sobre os principais problemas educacionais da comunidade e as ideias existentes para enfrentá-los?

4) A escola conhece organizações, grupos e/ou pessoas que desenvolvem algum trabalho referente à questão racial?

5) Essas organizações, grupos e/ou pessoas têm espaço de participação nas atividades da escola e na construção de estratégias de enfrentamento do racismo?



Empty rounded rectangular box for notes or answers.

2. Fortalecimento da escola como parte da rede de proteção

Prevista na legislação, a rede de proteção é uma ação integrada entre instituições para atender crianças e adolescentes em situação de risco pessoal, por exemplo, em casos de abandono, violência física, psicológica ou sexual, exploração sexual, situação de rua, trabalho infantil e outras formas de submissão que provocam problemas físicos e emocionais. Os serviços da rede de proteção, que também devem abordar a violência doméstica sofrida por mulheres, estão articulados com a Secretaria da Saúde, a Secretaria de Educação, o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e outras organizações de defesa de direitos, com um fluxo organizado de procedimentos a partir da identificação do caso. Sua constituição local deve envolver, entre outras instâncias/instituições e organizações, conselhos escolares, conselhos tutelares, conselhos de direitos, postos de saúde, centros de referência, serviços de assistência social, centros de defesa dos direitos de crianças e adolescentes, organismos dos direitos da população negra (conselhos, coordenadorias e organizações da sociedade civil) e outras organizações da sociedade civil, abrigos, varas especializadas etc. Apesar da falta de formação adequada da rede de serviços para abordar a problemática racial, a rede (quando existente) também pode ser acionada em situações de racismo que exijam uma abordagem que vá além da ação pedagógica da escola.

Diagnóstico participativo é um tipo de levantamento realizado com a comunidade para identificação dos seus problemas, condições de vida, sonhos, ideias, propostas e desafios. Além de ser uma grande atividade de mobilização, que deve envolver desde crianças a idosos, o diagnóstico permite que a comunidade possa planejar quais ações coletivas devem ser desenvolvidas para melhorar sua qualidade de vida e conquistar direitos.



Adinkra: SEGURANÇA E PROTEÇÃO

- 1) A escola já discutiu em reuniões pedagógicas, reuniões do Conselho Escolar e com a comunidade escolar a importância da rede de proteção da infância e da adolescência para o desenvolvimento de seus estudantes?
- 2) A escola mantém relações permanentes com conselhos tutelares, serviços de saúde, serviços sociais, organizações de defesa dos direitos de crianças e adolescentes, defensoria pública, abrigos etc.?
- 3) Existe uma rede de proteção organizada da qual a escola faça parte com procedimentos precisos sobre o que fazer e quais encaminhamentos devem ser dados em determinados casos de violação?
- 4) A escola participa ou estimula a realização de reuniões entre instituições e organizações que deveriam integrar a rede de proteção local?
- 5) A escola possui procedimentos para o encaminhamento de casos de violência doméstica – incluindo aqueles que envolvem mães de alunos e profissionais de educação – aos **serviços de proteção e de atendimento**, como delegacias especializadas, serviços de saúde e de apoio, organizações de atendimento de mulheres etc.?
- 6) A escola possui procedimentos para casos de racismo que exigem abordagem para além do pedagógico e que precisam ser encaminhados à rede de proteção, à instância, como coordenadorias e Conselhos Municipais e Estaduais dos Direitos da População Negra, a delegacias especializadas em crimes raciais ou ao Ministério Público?

▪ O governo federal mantém dois **serviços de proteção e de atendimento** telefônico para denúncia e orientação de casos de violência. O DISQUE 180 é uma central de atendimento à mulher e trata, entre outros assuntos, de casos de violência contra a mulher. O DISQUE 100 trata da violência contra crianças e adolescentes. Ambos os serviços telefônicos são gratuitos.



Adinkra: CARISMA,
GRANDEZA E LIDERANÇA

92



3. Divulgação de equipamentos e políticas públicas para a comunidade

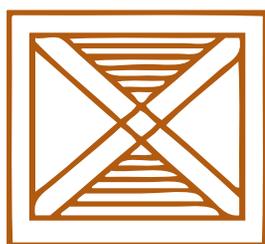
A escola pode atuar como um importante polo de divulgação de informações sobre direitos e acesso a programas e políticas sociais para a comunidade do seu entorno. Porém, é importante observar que tal papel não deve ser assumido como responsabilidade

exclusiva das escolas, mas sim do conjunto de políticas e serviços públicos existentes no município e no Estado. Sabemos que muitas informações de interesse público que poderiam contribuir para a melhoria das condições de vida da população não conseguem efetivamente chegar a ela. Essa atuação pode ser desenvolvida por meio de murais, campanhas de divulgação, informes em reuniões com familiares e eventos escolares que mobilizem a comunidade, boletins e outros instrumentos de comunicação que a escola tenha ou possa criar.

- 1) A escola divulga ou está articulada a programas e políticas sociais como os de renda mínima, de cultura, acesso ao Ensino Superior, os destinados à juventude, entre outros?
- 2) A escola divulga junto à comunidade a existência da Lei n. 10.639/2003?
- 3) A escola conhece e divulga as políticas públicas existentes (municipais, estaduais e federais) para a população negra?
- 4) A escola já realizou alguma campanha ou atividade educativa com a comunidade escolar, em articulação com os serviços de saúde locais, sobre a prevenção e encaminhamento de casos de **anemia falciforme**, problema que atinge predominantemente a população negra?

Anemia falciforme é uma doença hereditária (passa de pais para filhos) caracterizada pela alteração dos glóbulos vermelhos do sangue, tornando-os parecidos com uma foice, daí o nome falciforme. Essas células têm sua membrana alterada e rompem-se mais facilmente, causando anemia. A hemoglobina, que transporta o oxigênio e dá a cor aos glóbulos vermelhos, é essencial para a saúde de todos os órgãos do corpo. Essa doença é mais comum em pessoas negras.

Fonte: Biblioteca Virtual em Saúde/ Ministério da Saúde. Disponível em: <<http://bvsmms.saude.gov.br>>. Acesso em: 23 abr. 2013.



Adinkra: CORAGEM E DISPOSIÇÃO PARA ENFRENTAR AS VICISSITUDES DA VIDA



Adinkra: FORÇA

PARA SABER MAIS

Esta seção apresenta outras dicas e caminhos para ampliar as possibilidades de pesquisa da comunidade escolar sobre a educação das relações raciais e a história e a cultura africanas e afro-brasileiras. São leis, sites de instituições, subsídios para debate e formação, planos de aula e outras informações. Destacamos também a importância dos Fóruns Permanentes de Educação e Diversidade Étnico-Racial, presentes em muitos municípios e Estados brasileiros. Os Fóruns se constituem em espaços de troca e fortalecimento de experiências educativas e de atuação em prol de políticas educacionais que implementem a LDB alterada pela Lei n. 10.639/2003. Integre-se ao fórum do seu município/Estado ou, caso ele ainda não exista, ajude a criá-lo. Bom trabalho!

Marcos legais nacionais e internacionais

Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988 (ver em especial arts. 3º, IV 4º, VIII 5º, XLII). <<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>>

Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, aprovada pela Assembleia das Nações Unidas em 1965 e assinada pelo Brasil em 1966. <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139390por.pdf>>

Lei n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989. A Lei Caó define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, etnia, religião e procedência nacional. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7716.htm>

Lei n. 9.459, de 13 de maio de 1997. Altera os arts. 1º e 20 da Lei Caó (Lei n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989) e acrescenta o parágrafo 3º ao art. 140 do Código Penal, caracterizando como crime de injúria real a utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião ou origem. Define pena de três anos de reclusão e multa. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9459.htm>

Lei sobre discriminação nos meios de comunicação ou publicação de qualquer natureza – Lei n. 8.081, de 21 de setembro de 1990. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8081.htm>

Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>

Lei sobre crime de tortura – Lei n. 9.455, de 7 de abril de 1997. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9455.htm>

Declaração e Programa de Ação de Durban adotados na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, África do Sul, em 2001. <http://www.inesc.org.br/biblioteca/legislacao/Declaracao_Durban.pdf/view>

Estatuto da Igualdade Racial – Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm>

Marcos legais da Educação brasileira

Lei n. 9.394, de 20 de dezembro 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 20 dez. 1996. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm>

Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Inclui no currículo oficial a obrigatoriedade da História e Cultura Africanas e Afro-Brasileiras e da Educação Relações Raciais em toda a educação básica (pública e privada). Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nos arts. 26-A e 79-B. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>

Resolução n. 1, de 17 de junho de 2004. (Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas.) Parecer do Conselho Nacional de Educação CNE/CP 6/2002 que regulamenta a alteração trazida à LDB pela Lei n. 10.639/2003. <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>>

Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008. Altera e inclui no currículo oficial a história e a cultura dos povos indígenas do Brasil. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm>

Planos e programas

Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Planapir). Decreto n. 6.872, de 4 de junho de 2009. Aprova o Plano e institui o seu Comitê de Articulação e Monitoramento. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6872.htm>

Programa Nacional de Ações Afirmativas. Decreto n. 4.228, de 13 de maio de 2002. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4228.htm>

Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (MEC/SEPPPIR, 2009). <www.seppir.gov.br/arquivos/leiafrica.pdf>

Sites importantes

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) do Ministério da Educação: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13165&Itemid=913>

Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir): <<http://www.seppir.gov.br/>>

Fundação Cultural Palmares: <<http://www.palmares.gov.br>>

Unicef (Campanha por uma infância sem racismo): <www.infanciasemracismo.org.br> e <<http://www.unicef.org/brazil/pt/>>

Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN): <www.abpn.org.br>

CEERT – Centro de Estudos das Relações do Trabalho e da Desigualdade. (Prêmio Educar para a Igualdade Racial): <www.ceert.org.br>

Ceafro – Educação e Profissionalização para Igualdade Racial e de Gênero:
<<http://www.ceafro.ufba.br>>

Geledés Instituto da Mulher Negra: <www.geledes.com.br>

Quilombhoje (Cadernos Negros): <www.quilombhoje.com.br>

Amma Psique e Negritude: ammapsi@uol.com.br

Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras: nzinga21@gmail.com

Odara Instituto: <<http://odarainstituto.wordpress.com>>

Se Essa Rua Fosse Minha: <www.seessarua.org.br>

Centro de Cultura Negra do Maranhão: <www.ccnma.org.br>

Ceap (Centro de Articulação de Populações Marginalizadas): www.portalceap.org.br

Núcleo de Estudos Negros (NEN): <www.nen.org.br>

Formação – Centro de Educação Básica: <www.formacao.org.br>

Recursos didáticos

Vídeos “Debates e perspectivas para a institucionalização da Lei n. 10.639/2003”, desenvolvidos pelo Programa Brasil – África, da Unesco:
<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/single-view/news/debates_e_perspectivas_para_a_institucionalizacao_da_lei_no_106392003_video_collection/>

A Cor da Cultura – Projeto educativo de valorização da cultura afro-brasileira por meio de programas audiovisuais, fruto de uma parceria entre MEC, Fundação Cultural Palmares, Canal Futura, Petrobras e Centro de Informação e Documentação do Artista Negro (CIDAN): <www.acordacultura.org.br/>

Coleção História Geral da África – Publicada em oito volumes, a coleção História Geral da África é um grande marco no processo de reconhecimento do patrimônio cultural da África. Foi produzida por mais de 350 especialistas das mais variadas áreas do conhecimento:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13165&Itemid=913>

Coleção Percepções da Diferença – A coleção Percepções da Diferença: Negros e Brancos na escola é destinada a professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Os dez volumes que compõem a coleção chamam atenção para momentos em que a diferenciação ocorre, quando se torna discriminatória, e sugerem formas para lidar com esses atos de modo a colaborar para que a autoestima e o respeito entre crianças sejam construídos: <www.usp.br/neinb/livro>

Unidade na Diversidade – É um portal que tem como objetivo oferecer à comunidade educacional brasileira um ponto de encontro onde questões de preconceito e discriminação baseadas em gênero, raça e etnia possam ser discutidas, buscando-se caminhos para a solução do problema: <www.unidadenadiversidade.org.br/>

DHNet – Site com diversos documentos, normativas nacionais e internacionais, vídeos e materiais sobre Direitos Humanos: <www.dhnet.org.br/>

Formação em Educação, Direitos Humanos e Relações Raciais – Blog dos cursos “Formação em Direitos Humanos” da Ação Educativa. Contém biblioteca de textos de referência, vídeos e outras informações sobre educação e relações raciais e o direito humano à educação: <<http://www.acaoeducativa.org/fdh/>>

Planos de aula e outros materiais

www.ceao.ufba.br/2007/livrosvideos.php
www.geledes.org.br/areas-de-atuacao/educacao/planos-de-aula
www.fazervaleralei.blogspot.com.br/
www.tvbrasil.org.br/saltoparaofuturo/
www.afrouneb.uneb.br
<http://diferencaediversidade.blogspot.com.br>
www.letras.ufmg.br/literafro/frame.htm (Literatura afro/UFMG)
www.africaeafricanidades.com/ (Revista África e Africanidades)
www.casadasafricas.org.br (Espaço de estudos sobre sociedades africanas)
<http://www.irohin.org.br/> (jornal)
<http://www.cultne.com.br>

Pesquisas, dados e estatísticas

LAESER – Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais do Instituto de Economia da UFRJ: <www.laeser.ie.ufrj.br/>

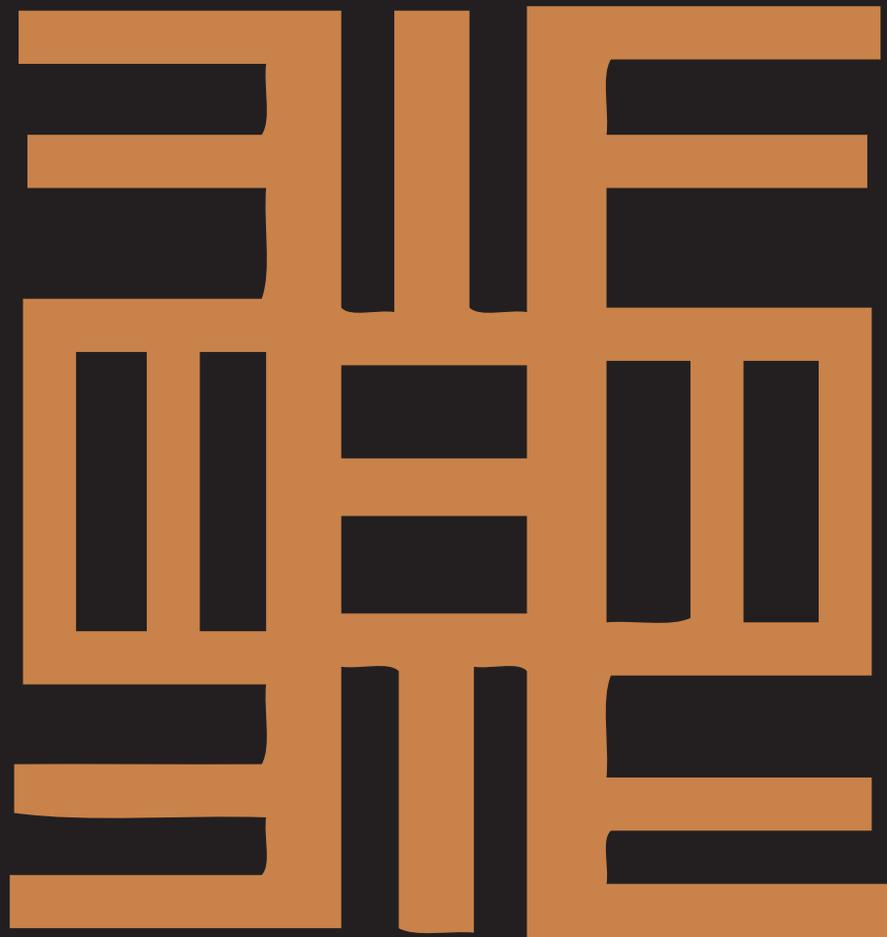
Consulta Igualdade das Relações Étnico-Raciais na Escola (Ação Educativa/CEERT/CEAFRO/Núcleo de Gênero e Raça da Prefeitura de Belo Horizonte, 2007): <www.relacoesraciaisnaescola.org.br/site/filmes.html>

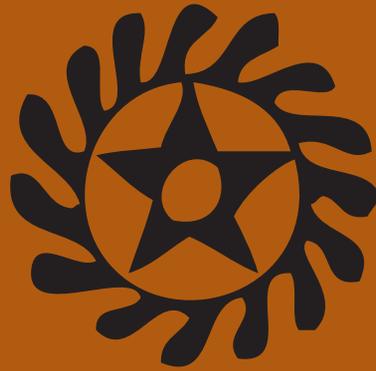
Contribuições para a Implementação da Lei n. 10.639/2003 (Grupo Interministerial/2008): <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetaileObraForm.do?select_action=&co_obra=155704>

Retratos das Desigualdades de Gênero e Raça (SPM/Unifem/IPEA): <www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=12893>

Preconceito e discriminação no ambiente escolar (FIPE/USP/INEP): <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relatoriofinal.pdf>>

As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição (IPEA/2009): <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5605>





ANEXO



CONHEÇA A COLEÇÃO EDUCAÇÃO E RELAÇÕES RACIAIS: apostando na participação da comunidade escolar

Os *Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola* integram a coleção Educação e Relações Raciais na Escola. Como já abordado na seção *Como utilizar os Indicadores*, a coleção foi desenvolvida a partir do trabalho da Ação Educativa com escolas e do acúmulo da instituição com metodologias participativas, do diálogo com experiências internacionais e nacionais de educação das relações raciais – em especial, as desenvolvidas por organizações do movimento negro brasileiro – e com outras experiências comprometidas com uma educação não discriminatória e de promoção dos direitos humanos.

Eis o objetivo da coleção Educação e Relações Raciais: apostar na participação da comunidade escolar é contribuir com um leque de metodologias que estimulem e organizem o envolvimento de diferentes sujeitos escolares em estratégias de promoção da igualdade racial nas instituições educativas, entendida como componente-chave para a melhoria da qualidade educacional do país.

Além dos Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola, a coleção é composta também por:

1. **Afro-brasilidades em Imagens.** Conjunto de dez cartazes produzidos por artistas plásticos¹ a partir de temas que emergiram do trabalho de Ação Educativa com escolas públicas. O material vem contribuir para suprir uma grande lacuna: a falta de imagens no ambiente escolar (nas salas de aula, no pátio etc.) que afirmem positivamente a população negra nas escolas. Os cartazes abordam os seguintes temas: cabelos, Áfricas, mídia e negritude, arte e cultura, ciência e produção de conhecimento, mulheres e meninas negras, resistências e movimentos sociais, religiosidade de matriz africana, povo negro em diferentes espaços sociais e a diversidade na escola.
2. **Guia Metodológico.** O guia aborda a metodologia construída por Ação Educativa e suas muitas possibilidades a serem exploradas, recriadas e adaptadas para diferentes contextos escolares. O Guia contém uma seção dedicada a sugestões de trabalho e abordagem – dentro e fora da sala – relativas ao conjunto dos dez cartazes que compõem a totalidade do material.
3. **Vídeo 1 – Educação e relações raciais: apostando na participação da comunidade escolar** (16 minutos). Construído a partir da linguagem da animação, o vídeo apresenta os desafios envolvidos no enfrentamento do racismo e na valorização da cultura e da história africanas e afro-brasileiras no ambiente escolar. Apresenta as bases da metodologia do projeto Educação e Relações Raciais: apostando na participação da comunidade escolar e busca sensibilizar estudantes, profissionais de educação e familiares sobre a importância de uma ação articulada no ambiente escolar e na comunidade.
4. **Vídeo 2 – Educação e relações raciais: diálogos Brasil e África do Sul** (58 minutos). O foco desse vídeo é o lugar da agenda racial nas políticas educacionais no Brasil e na África do Sul, dois países marcados por democracias recentes e históricas e profundas desigualdades raciais. A partir de entrevistas com gestores, pesquisadores(as) e ativistas dos dois países, o vídeo explicita os

1. Saiba mais sobre os artistas plásticos que produziram os cartazes Afro-brasilidades em Imagens: Rosana Paulino (www.rosanapaulino.com.br), Michel Onguer (<http://onguer.carbonmade.com/>), Mateus Subverso (<http://www.edicoestoro.net/entrevistas/movimento-hip-hop/mateus-subverso.html>) e Thiago Vaz (<http://www.revistaoprofessor.com.br/wordpress/?p=652>).

desafios colocados para o campo das políticas públicas. Esse vídeo é um material mais complexo e adensado, que pode ser utilizado na íntegra ou em capítulos (introdução, parte Brasil, parte África do Sul).

Os materiais da coleção Educação e Relações Raciais (cartazes, vídeos e publicações) podem ser utilizados de forma combinada ou isolada em diversos momentos e espaços da vida escolar: em atividades pedagógicas em sala de aula, no pátio, em horários de planejamento pedagógico e de formação de professores, em reuniões de pais, mães e familiares, em festas, reuniões do grêmio estudantil etc.

Além dos outros *Indicadores* (Ensino Fundamental e Educação Infantil), o conjunto dos materiais da coleção Educação e Relações Raciais: apostando na participação da comunidade escolar está disponível para *download* gratuito nos sites <www.indicadoreseducacao.org.br> e <www.acaoeducativa.org.br>.

Veja nas páginas seguintes os cartazes em tamanho reduzido da série Afro-brasilidades em Imagens, disponíveis para serem impressos por secretarias de educação, instituições educacionais ou qualquer organização ou pessoa interessada.

**AFRO-BRASILIDADES EM IMAGENS:
cartazes para escolas**



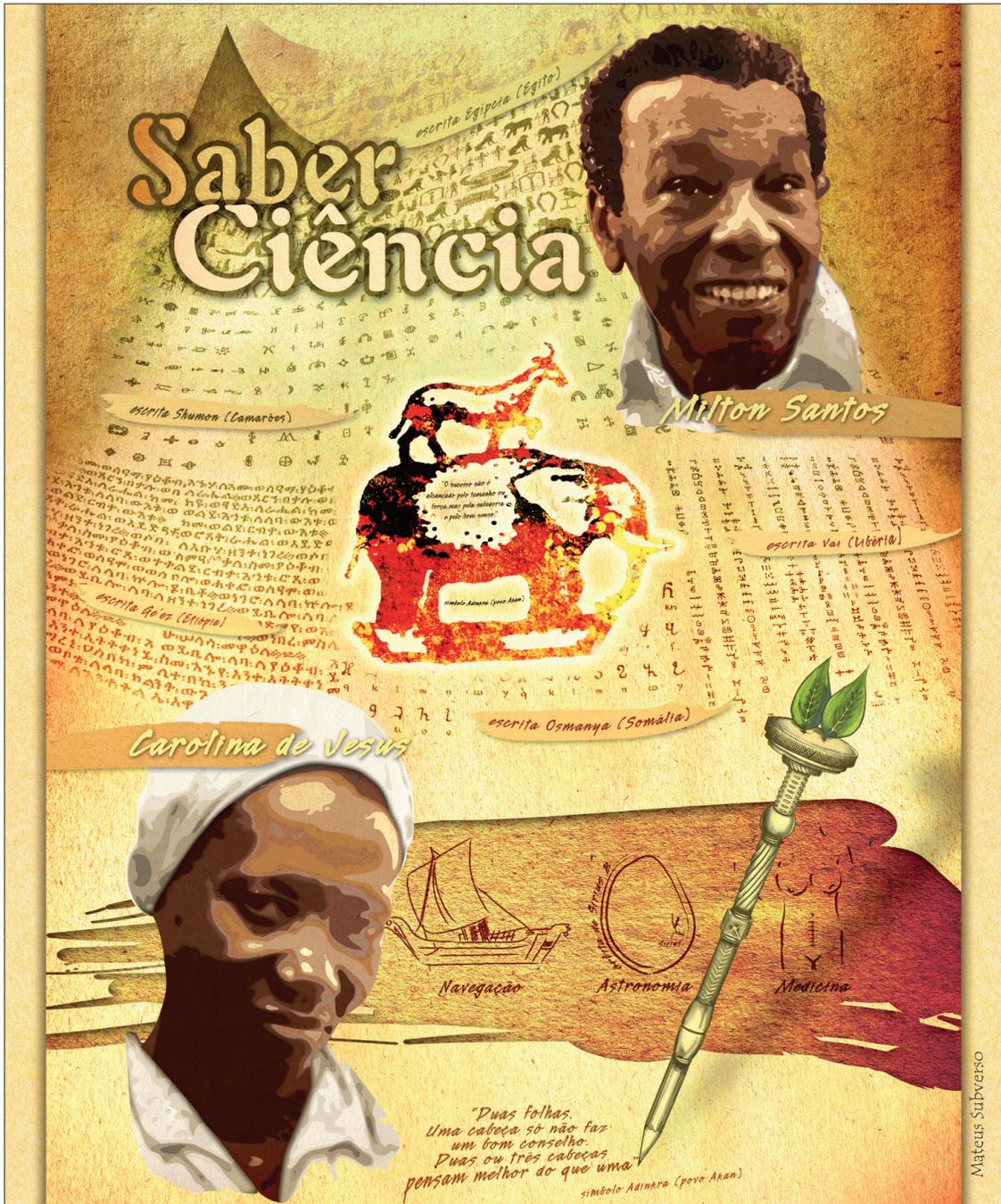
1. *Áfricas*, de Michel Onguer.



2. Meu cabelo é tudo de bom, de Rosana Paulino.



3. Mulheres negras. Garra e beleza, de Rosana Paulino.

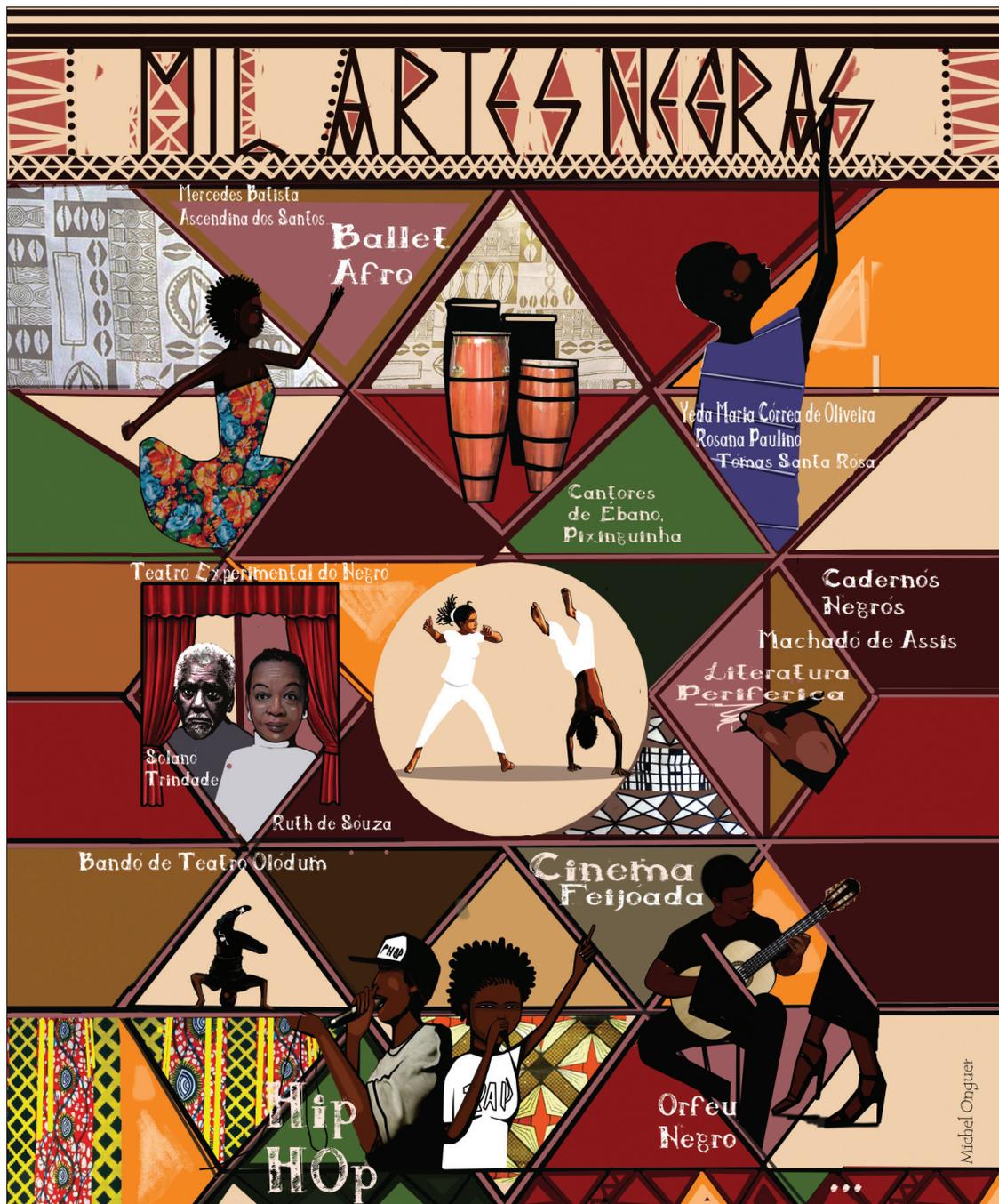


Mateus Subverso

4 Saber ciência, de Mateus Subverso.



5. Resistências e reexistências, de Thiago Vaz.



6. Mil artes negras, de Michel Onguer.



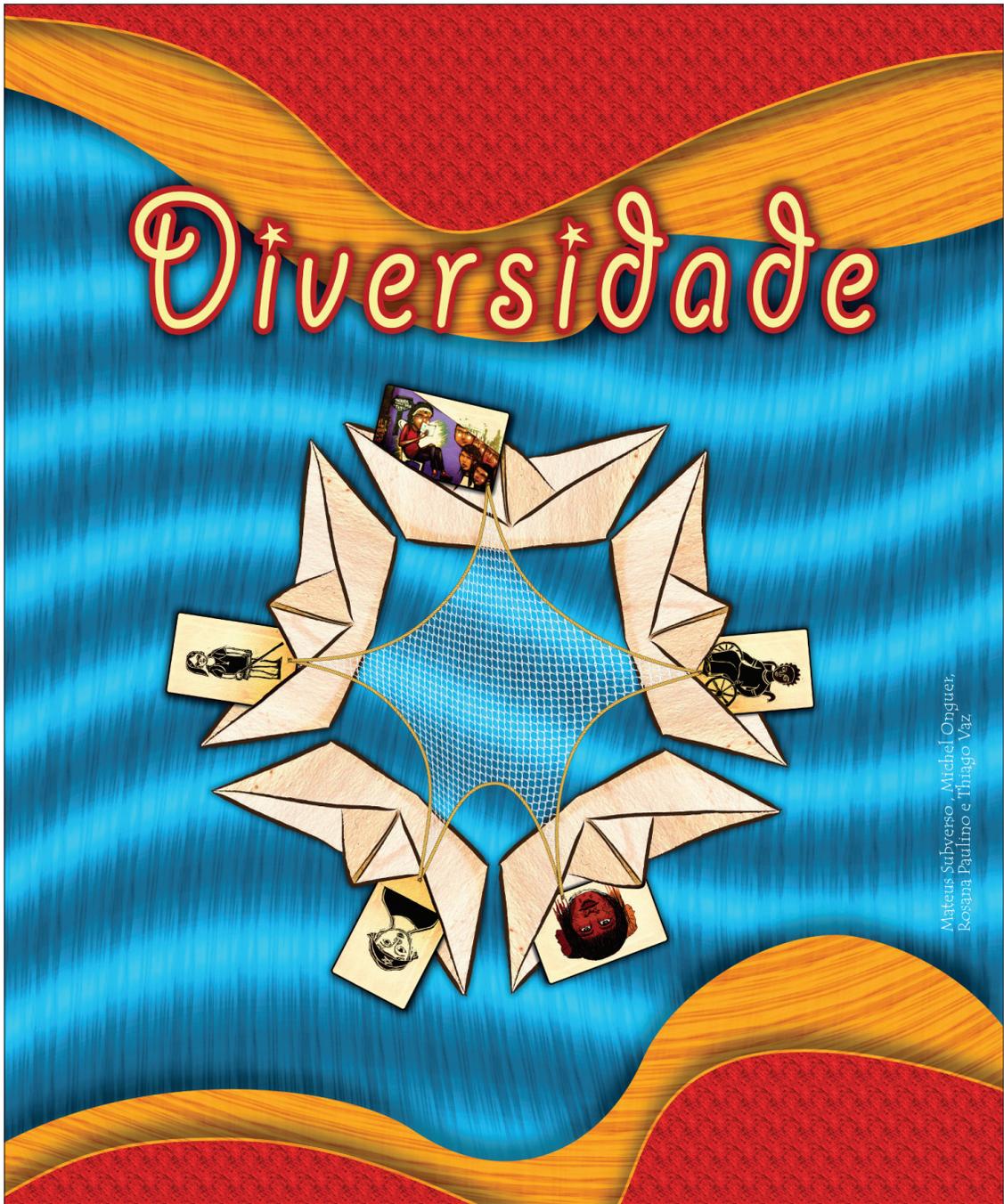
7. Mídias e negritude, de Thiago Vaz.



8. Em movimento, de Michel Onguer.



9. Axé: a força da vida, de Mateus Subverso.



10. *Diversidade*, de Rosana Paulino, Michel Onguer, Thiago Vaz e Mateus Subverso.